

SÉRIE

Desenvolvimento Regional em Perspectiva

SOCIEDADE, POLÍTICAS E DESENVOLVIMENTO

www.unifacef.com.br



Uni-FACEF
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA

Franca/SP - 2016



Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
GEDE – Grupo de Estudos em Desenvolvimento

Série Desenvolvimento Regional em Perspectiva

SOCIEDADE, POLÍTICAS E DESENVOLVIMENTO

Bárbara Fadel
Silvio Carvalho Neto
(Organizadores)

ISBN 978-85-87406-99-6

UNI-FACEF

FRANCA-SP

2016

© 2016 dos autores
Direitos de Publicação Uni-FACEF Centro Universitário de Franca
www.unifacef.com.br

Capa: Silvio Carvalho Neto / Valdemar Lespinasse Júnior

O CONTEÚDO DOS ARTIGOS PUBLICADOS NESTE LIVRO É DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES DO RESPECTIVO ARTIGO

Comissão Científica

Profª Drª Barbara Fadel (Uni-FACEF/ UNESP)
Prof. Dr. Silvio Carvalho Neto (Uni-FACEF)
Profª Drª Melissa F. Cavalcanti Bandos (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Paulo de Tarso Oliveira (Uni-FACEF)
Profª Drª Sheila F. Pimenta e Oliveira (Uni-FACEF)
Profª Drª Marines S. J. Smith (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Alfredo José Machado Neto (Uni-FACEF)
Profª Drª Daniela de Figueiredo Ribeiro (Uni-FACEF)
Profª Drª Maria Zita Figueiredo Gera (Uni-FACEF)
Profª Drª Patricia do Espírito Santo (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Daniel F. Pires (Uni-FACEF)
Prof. Dr. José Alfredo de Pádua Guerra (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Fernando C. de Almeida (FEA/USP)
Profª Drª Marta L. Pomim Valentim (UNESP)
Profª Drª Helena Carvalho de Lorenzo (UNIARA)
Prof. Dr. Célio Bertelli (Uni-FACEF)

B169s Fadel, Bárbara (Org.)
Sociedade, Políticas e Desenvolvimento. / Bárbara Fadel; Silvio
Carvalho Neto, (orgs.). Franca (SP): Uni-FACEF, 2016.
101p.; il.
Série - Desenvolvimento Regional em Perspectiva.

ISBN: 978-85-87406-99-6

1.Desenvolvimento Econômico. 2.Desenvolvimento
humano - social. 3.Políticas públicas. 4.Educação. 5.Tecnologia.
7.Pesquisa. I.T.

CDD 338.98161

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos do autor (lei 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal. Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora Uni-FACEF Centro Universitário de Franca
Associada à ABEC – Associação Brasileira de Editores Científicos



Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
GEDE – Grupo de Estudos em Desenvolvimento

Série Desenvolvimento Regional em Perspectiva

SOCIEDADE, POLÍTICAS E DESENVOLVIMENTO

Bárbara Fadel
Silvio Carvalho Neto
(Organizadores)

ISBN 978-85-87406-99-6

UNI-FACEF

FRANCA-SP

2016

Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca - Corpo Diretivo 2016**REITOR**

Prof. Dr. Alfredo José Machado Neto

VICE-REITOR

Prof. Dr. Paulo de Tarso Oliveira

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Prof. Dr. José Alfredo de Pádua Guerra

PRÓ-REITORA ACADÊMICA

Profa. Dra. Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO

Profa. Dra. Melissa Franchini Cavalcanti Bandos

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Prof. Dr. Silvio Carvalho Neto

COORDENADORA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO-SENSU

Profa. Dra. Bárbara Fadel

ASSESSOR JURÍDICO

Prof. Ms. Paulo Sérgio Moreira Guedine

ASSESSORA DE DIFUSÃO CULTURAL

Alba Valéria Penteado Orsolini

COORDENADORA DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO e RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Profa. Dra. Marinês Santana Justo Smith

COORDENADORA PEDAGÓGICA

Profa. Ms. Regina Helena de Almeida Durigan

COORDENADOR DE MARKETING

Prof. Ms. Clésio Antônio Dourado

Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca - Corpo Diretivo 2016

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Prof. Ms. Francismar Monteiro

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
Prof. Ms. Orivaldo Donzelli

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Profª. Ms. Ana Tereza Jacinto Teixeira

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA
Prof. Ms. Paulo Anderson Cinti

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA ENGENHARIA CIVIL
Prof Dr. João Baptista Comparini

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
Prof Ms. June Tabah

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE LETRAS
Profa. Dra Ana Lúcia F. Campos-Toscano

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE MATEMÁTICA
Profa. Dra Sílvia Regina Viel

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE MEDICINA
Prof. Dr Frederico Alonso Sabino de Freitas

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
Profª. Drª. Maria Cherubina de Lima Alves

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
Prof. Dr. Daniel Facciolo Pires

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE TURISMO
Profa. Ms. Tatiana Iuri Yamassaki da Silva

Apresentação

A série Desenvolvimento Regional em Perspectiva continua a trazer em 2016 trabalhos de pesquisas, projetos, ensaios e relatos de casos em torno da temática do Desenvolvimento Regional.

Os trabalhos publicados nesta série têm suas origens nas apresentações do Encontro de Pesquisadores do Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca, um evento tradicional e aberto a toda a comunidade científica regional e nacional com apresentação de comunicações e projetos de pesquisas nas diversas áreas do conhecimento. As temáticas abordadas procuram atender às necessidades da interdisciplinaridade e têm como objetivo a reflexão e a interação de pesquisadores em torno de suas apresentações.

No presente livro Sociedade, Políticas e Desenvolvimento são apresentadas discussões contemporâneas, especialmente correlacionadas às políticas sociais, serviço social, assistência social e direito. Os capítulos apresentam diferentes temáticas em torno destes temas. O objetivo das obras desta série é estabelecer diálogos e a construção de sentido, responsabilidade e atuação de pesquisadores.

Por meio da publicação dos livros eletrônicos da série Desenvolvimento Regional em Perspectiva, o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Municipal de Franca e o Grupo de Estudos em Desenvolvimento - GEDE buscam promover e ampliar as oportunidades de disseminação como forma de tornar transparentes as atividades de pesquisas e de estudos avançados do seu corpo docente e discente, e dos pesquisadores provenientes de outras instituições e programas de pós-graduação.

Boa leitura.

Profª Drª Bárbara Fadel

Prof Dr Silvio Carvalho Neto

Sumário

A IMPORTÂNCIA DAS STARTUPS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL: ESTUDO COMPARATIVO E PROPOSTA DE AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM ECOSISTEMA PROPÍCIO PARA STARTUPS 8	
A RELAÇÃO FAMÍLIA/ESCOLA NO DESEMPENHO ESCOLAR	21
ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA E INTEGRAL COMO FORMA DE ACESSO À JUSTIÇA NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA.....	33
PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: UMA FORMA DE IMPLEMENTAR O DESENVOLVIMENTO LOCAL COM VERBAS FEDERAIS NA CIDADE DE RIBEIRÃO CORRENTE.....	41
PROSPECÇÃO DE CENÁRIOS PARA O SETOR DA AGRICULTURA FAMILIAR NA CIDADE DE PASSOS - 2017 / 2021	54
REFLEXÕES DA CULTURA ORGANIZACIONAL E INFORMACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO: estudo da Tipologia Cultural de Cameron e Quinn com a Matriz de Ilharco	67
SOCIODRAMA COM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS: UM INSTRUMENTO DE INVESTIGAÇÃO E PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL.....	81
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL: CONSIDERAÇÕES SOBRE SUA GÊNESE LEGISLATIVA	90

A IMPORTÂNCIA DAS STARTUPS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL: ESTUDO COMPARATIVO E PROPOSTA DE AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM ECOSISTEMA PROPÍCIO PARA STARTUPS

THE IMPORTANCE OF STARTUPS IN THE LOCAL DEVELOPMENT: A COMPARATIVE STUDY AND ACTIONS PROPOSES TO DEVELOP A PROPER ENVIROMENT FOR THE STARTUPS

Sessão temática: Desenvolvimento Regional e Local

MARINZECK, Najla
Uni-FACEF

Mestranda em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas
najla_gm@hotmail.com

CARVALHO NETO, Silvio
Uni-FACEF

Doutor em Ciências de Administração
silvio@facef.br

Resumo

As empresas de startup vêm ganhando mais espaço a cada dia, e sua importância para a economia e desenvolvimento também está crescendo. No âmbito local, estas empresas geram renda, emprego, fomentam outras empresas, no geral, fazem a economia girar. O cenário de startups é um dos poucos que passa pela atual crise sem grandes perdas, com crescimentos e números positivos para os empreendedores e os locais onde atuam. Os benefícios que empresas deste segmento trazem para o local onde está situado são nítidos, mas poucas cidades estão auxiliando essas empresas. Como Franca, no interior paulista, reconhecida por seu setor calçadista, a cidade não tem programas voltados especificamente para startups, apesar de seu potencial empreendedor. Para sugerir ações à cidade, o presente estudo analisou algumas cidades que são referências, foram apresentados os cenários destas cidades, benefícios que estas empresas trouxeram para o desenvolvimento local, e também alguns programas governamentais e privados que auxiliam no desenvolvimento de um ecossistema melhor para startups. Em seguida foi apresentado o cenário em Franca, e foram propostas algumas ações de âmbito municipal que poderiam ser realizadas para estimular o setor de startups na cidade. Foi sugerido que a Prefeitura Municipal de Franca, concedesse alguns benefícios fiscais através de impostos municipais, sugeriu-se investir em pesquisa, desenvolvimento e inovação, também a adequação da atual incubadora, ou criação de uma nova especialmente para startups, e outra sugestão foi criar uma aceleradora, por fim, foi proposto a criação de uma plataforma digital, que integrasse digitalmente os envolvidos no ecossistema local das startups.

Palavras-chave: Startups, Desenvolvimento Local, Empreendedorismo.

Abstract

The importance of Startups to the economy and development is growing. At the local level, these companies generate income, employment, stimulate other companies, in general they are improving the local economy. The startup scenario is one of the few that passes through the current crisis without major losses, with growth and positive numbers for entrepreneurs and the places where they operate. The benefits that companies in this segment bring to the city in which it is located are clear, but few cities are helping these companies to establish. As Franca, in the interior of the São Paulo state, known for its shoe industry, the city has no programs aimed specifically for startups, despite its entrepreneurial potential. To suggest some actions that the city could make to help those companies establish locally, the present study analyzed some cities that are references in the startup ecosystem, were also presented the startup scenarios of those cities, benefits that these companies brought to local development, and also some government and private programs that help to develop a better ecosystem for startups. Then was presented the scenario in Franca, and was proposed some municipal actions that could be done to stimulate the startups sector in the city. It was suggested to Franca to grant some tax benefits through municipal taxes, also suggested to invest in research, development and innovation, another suggestion was the adequacy of the current incubator, or creating a new one specifically for startups, was also suggested to create an accelerator, and finally, it was proposed to create a digital platform which digitally integrates the participants of the local ecosystem of startups.

Keywords: Startups, Local Development, Entrepreneurship.

1 INTRODUÇÃO

O empreendedorismo é de fundamental importância para uma sociedade, visto que influencia o crescimento e desenvolvimento do país. Algumas características no Brasil, assim como em qualquer lugar, estimulam a empreender enquanto outras limitam. As características citadas como sendo as que favorecem no nosso país, são a criatividade e a resiliência do brasileiro. No ano de 2015, no Brasil, de acordo com GEM (2015), cerca de 39,3% dos brasileiros, que corresponde a aproximadamente 52 milhões, com idade entre 18 e 64 anos, estavam envolvidos na criação ou manutenção de um negócio próprio. Contudo, o mesmo estudo apresenta algumas limitações para empreender, entre elas falta de políticas públicas, de educação e capacitação, e apoio financeiro.

Nos últimos anos vêm crescendo o empreendedorismo com *startups*, assim como a importância desse tipo de empresa para o Brasil, o que pode ser percebido através do aumento nos números que envolvem as *startups* no país. Entre Junho de 2014 e Junho de 2015, as *startups* brasileiras movimentaram cerca de R\$784 milhões, sendo que no mesmo período de 2013 a 2014 o valor girou na casa do R\$688 milhões (SEBRAE SP, 2015). Lembrando que no país existem mais de 10 mil empresas com esse perfil, e o número vem aumentando, assim como a movimentação das mesmas e os investimentos realizados nelas (PEQUENAS EMPRESAS E GRANDES NEGÓCIOS, 2016).

As perspectivas para o cenário brasileiro de *startups* são boas, de acordo com o SEBRAE SP (2015), a quantidade de investidores (anjos, semente, *venture capital*), estão aumentando. Também está em crescimento o investimento de empresas de grande porte em *startups*. Já tratando do consumo dos produtos oferecidos por *startups*, essas empresas maiores também estão se tornando cliente dessas empresas e utilizando produtos desenvolvidos por elas, assim como os demais consumidores também estão adotando os novos produtos e serviços rapidamente. Estão aumentando também o número de eventos relacionados a *startups* que promovem educação, capacitação e *networking*, e outro fator importante está acontecendo, os empreendedores, investidores e parceiros estão se ajudando e atuando unidos com a intenção de desenvolver e fortalecer o ecossistema de *startups* no Brasil.

No entanto, muitos empresários não conseguem manter suas portas abertas e seus negócios operando por muito tempo, a taxa de mortalidade para empresas com até dois anos no país é de aproximadamente 29%, enquanto no período de quatro anos, essa taxa de mortalidade chega a quase 47% (VILLAS BÔAS, 2016), ou seja, quase metades das empresas fecham suas portas após quatro anos de funcionamento, por diversos motivos.

O SEBRAE SP (2015) apresenta alguns desafios mais específicos para *startups*, como a necessidade de se melhorar a capacitação para os empreendedores, aumentar e melhorar a promoção da cultura empreendedora no país. Também apresenta a necessidade de se dar condições e conhecimento para os possíveis investidores, e outro desafio que esse tipo de empresa vem enfrentado, é a falta de uma legislação própria para elas.

Sendo assim, o problema de pesquisa deste estudo é “Quais ações poderiam estimular o desenvolvimento de um ecossistema propício para as *startups*?”. Já o objetivo principal deste estudo é propor ações que estimulem o desenvolvimento de um ecossistema propício para *startups*. E os objetivos específicos são (1) apresentar conceitos específicos do setor de *startups*, para facilitar a compreensão do estudo, (2) apresentar programas de incentivo às *startups* em cidades que são referência em *startups*, tanto no Brasil quanto fora, (3) mostrar como está o cenário atual das *startups* nessas cidades apresentadas, (4) apontar como as *startups* auxiliaram no desenvolvimento local destas cidades, (5) analisar o atual cenário na cidade de Franca, e (6) propor ações de âmbito público que estimulem a criação e desenvolvimento de *startups* na cidade, de acordo com seu ecossistema.

O presente estudo é composto pela introdução, revisão de literatura, onde são apresentados temas que facilitam a compreensão da pesquisa, como empreendedorismo, o processo de empreender, *Startups* e alguns termos específicos do setor de *startups*, desenvolvimento local, desenvolvimento local e *startups*, e políticas públicas. Em seguida é apresentada a metodologia utilizada no estudo, e então os resultados obtidos através dessa pesquisa, seguido pela conclusão e pelas referências utilizadas durante esse processo. O estudo também conta com apêndice e anexos que foram utilizados para enriquecer a apresentação do estudo. Sendo assim, o próximo tópico apresenta o referencial teórico.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O foco do referencial teórico será apresentar termos do setor das startups para facilitar a compreensão do estudo e resultados, e será também apresentado um pouco sobre desenvolvimento local. Para iniciar, será apresentado um quadro com resumo de definições por diversos autores do termo Startup na figura 1.

Figura 1 – Quadro com definições do termo Startup na visão de autores selecionados

Autor	Definição de Startup
SEBRAE (2016)	Empresas novas com projetos promissores, ligados à pesquisa, investigação e desenvolvimento de idéias inovadoras, que envolve elevados riscos, mas tem baixos custos iniciais e com grande expectativa de crescimento. São de base tecnológica e buscam por um modelo de negócio inovador, empresas que criam modelos de negócios promissores a baixo custo e através de idéias inovadoras.
BLANK; DORF (2014)	Startups são organizações temporárias que procuram um modelo de negócios escalável, recorrente, lucrativo e que seja sustentável.
CAMPINAS (2014)	São pessoas jurídicas que atuam com serviços ou produtos como serviços de e-mail, hospedagem e desenvolvimento de sites e blogs; comunicação pessoal, redes sociais, mecanismos de buscas, divulgação publicitária na internet; distribuição ou criação de aplicativos e software original por meio físico ou virtual para uso em computadores, tablets, celulares e outros dispositivos eletrônicos móveis ou não; desenho de gabinetes e desenvolvimento de outros elementos do hardware de computadores, tablets, celulares e outros dispositivos informáticos; atividade de pesquisa, desenvolvimento ou implementação de idéia inovadora ou modelo de negócios baseado na internet e nas redes telemáticas; e atividades de pesquisa e desenvolvimento em: biotecnologia, fármacos e cosméticos; engenharia e sistemas de energia; produtos agrícolas; e ciências físicas e naturais não citadas anteriormente.
SEBRAE SP (2015)	São empresas que se encontram em fase inicial, de base tecnológica, e com características específicas como (a) uma idéia inovadora, e que tenha potencial de se transformar em negócio, (b) um modelo de negócio escalável, e (c) baixo custo para iniciar suas atividades.

INCUBADORAS: Pri (2016) explica que elas têm como função estimular, nutrir, as startups em seus primeiros meses ou anos de vida, para que a mesma se estabilize. A base da incubadora é auxiliar as empresas em seu estágio inicial, ou inclusive antes do seu nascimento formal, é um mecanismo que auxilia na geração de novos empreendimentos, levando em conta as peculiaridades locais, e ajudando os empreendedores a terem acesso aos recursos e mercados, assim como acesso ao conhecimento (ANPROTEC, 2016).

ACELERADORAS: são organizações ou programas que oferecem conselhos, tutorias, ou recursos com a intenção de ajudar empresas de menor porte a crescer (PRI, 2016). As aceleradoras auxiliam as startups a se desenvolverem, contudo, o apoio delas é realizado por um tempo determinado, normalmente de 3 a 6 meses, através de aporte financeiro, eventos programados e mentoria intensiva, normalmente esses programas preferem focar em pequenos times de empreendedores ao invés de empreendedores individuais (NESTA, 2014).

BUSINESS ANGELS: normalmente são empreendedores já estabelecidos no mercado, ou profissionais que dão o pontapé inicial para se começar a startup, ou

capital para investir e ajudar a empresa a crescer, esses investimentos são feitos quando o anjo acredita que a idéia da startup dará certo, e são feitos por pessoas físicas (PRI, 2016). Nesta (2014) complementa que são investidores que além de investir seu capital nesses negócios, também fornecem mentoria e dividem seu *know-how*, normalmente são investimentos para startups que estão iniciando.

SEED FUNDS: também fornecem o financiamento inicial para startups (NESTA, 2014). Capital semente, como é conhecido no Brasil de acordo com a Endeavor (2016b), tem uma idéia similar a dos anjos, contudo, é realizado por pessoas jurídicas, normalmente realizados por fundos de investimentos.

CAPITAL VENTURE: todo e qualquer investidor de risco, normalmente investem em empresas de menor porte, porém já estabelecidas, e tem a função de elevar o patamar do negócio (ENDEAVOR, 2016).

CO-WORKING: são espaços de trabalho compartilhados (PRI, 2016). Normalmente esses espaços oferecem espaços de reunião, de encontro, oportunidade de conhecer outros empreendedores e também têm um calendário de eventos (NESTA, 2014).

ECOSSISTEMAS: De acordo com o SEBRAE SP (2015), são ambientes estruturas que apóiam as startups, e normalmente são compostos por universidades que têm a proposição de formar empreendedores de alto padrão, também por incubadoras e aceleradoras com tutores capacitados para auxiliar os empreendedores, além de investidores que queiram investir em inovações, e claro, incentivos e legislações favoráveis ao empreendedorismo.

DESENVOLVIMENTO LOCAL: Buarque (2002, p.25) explica que para ser “consistente e sustentável”, o desenvolvimento local deve “mobilizar e explorar as potencialidades locais”, com a finalidade de contribuir tanto para a competitividade local quanto para a elevação das oportunidades sociais. Assim, esse desenvolvimento, de maneira sustentável, resulta da interação entre a qualidade de vida da população local, da eficiência econômica e da gestão pública eficiente.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo trabalhará com o desenvolvimento local, contudo esse conceito pode ser aplicado a diferentes territórios e aglomerados humanos, podendo ser uma comunidade até um município, ou microrregião (BUARQUE, 2002), assim sendo necessário delimitar o território que será abordado, o município de Franca.

A abordagem do estudo é qualitativa, visto que este tem características como “hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.33). Essa pesquisa também tem caráter bibliográfico e documental, pois grande parte dela é baseada em material já elaborado, sendo que parte deste material é contribuição de outros autores para a área, e parte ainda não receberam determinados tratamentos analíticos (GIL, 1999). Quanto ao fato de ser um estudo descritivo, segundo Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 101) essa pesquisa busca especificar propriedades e características importantes de qualquer fenômeno que se analise, “descrever é coletar dados”, de acordo com Gil (1999). A natureza desta pesquisa é aplicada, visto que de acordo com Gerhardt e Silveira

(2009) tem como objetivo gerar conhecimentos que possam ser aplicados na prática, ou seja, envolve interesses locais.

Foram coletados dados primários e secundários para a pesquisa. A coleta dos dados primários deu-se através de entrevista realizada com responsável do setor de empreendedorismo da administração pública local. Esta entrevista foi em profundidade, que como explica Malhotra (2004), é um dos principais métodos diretos de pesquisa qualitativa. Ela também foi semi estruturada, direta e pessoal. Já o levantamento dos dados secundários foi através de fontes como livros especializados nos temas a serem abordados no estudo, além de revistas acadêmicas das áreas relacionadas no trabalho, contando também com referencial vindo de periódicos especializados e *sites* virtuais. Parte destes dados secundários foi coletado em sites governamentais das cidades estudadas, assim como blogs especializados, e sites de empresas particulares que estão envolvidas no tema. Estes dados serão utilizados para realizar um estudo comparativo.

As cidades selecionadas para o estudo foram Londres, Berlim, São Paulo e Campinas. A escolha destas cidades deu-se devido ao fato de serem referências, algumas inclusive referências mundiais, no ecossistema das startups. Após selecionadas as cidades, foram escolhidos alguns programas de apoio e incentivo às startups destas cidades, sendo alguns deles de iniciativa privada e outros de iniciativa pública, dentro de iniciativas públicas essas poderiam ser de alcance federal, regional ou municipal. Estes programas foram apresentados, e foram destacadas algumas de suas características principais em um quadro para facilitar a compreensão sobre eles e para especificar a área de atuação deles. Ressaltando que os programas poderiam oferecer desde uma das opções até todas:

- Suporte financeiro: esse suporte poderia ser através de „bolsas“, de incentivos fiscais, de patrocínios;
- Acesso a financiamento: facilitaria o acesso a financiamentos, também podendo oferecer financiamentos com melhores taxas, melhores formas de pagamento;
- Auxílio com produto/ serviço/ mercado: este auxílio é quando o programa ajuda o empreendedor e sua startup a desenvolverem o produto ou serviço que será fornecido por eles, normalmente através de P&D, pesquisa e desenvolvimento. Esse programa também ajuda a selecionar o melhor mercado de atuação para o que a startup tem a oferecer, e também pode auxiliar essa empresa a se adequar ao mercado local;
- Coaching: são os programas que oferecem mentoria, tutoria, auxílio intelectual, com especialistas que irão ajudar e ensinar os empreendedores, transferindo seu *know-how* e experiência;
- Qualificação: é quando o programa oferece às startups qualificação para o empreendedor e para os talentos que trabalham com ele, essa qualificação pode ocorrer através de workshops, aulas, cursos e outras formas que venham se fazer necessárias;
- Espaço físico: quando o programa oferece às startups um espaço físico para que a mesma possa iniciar e/ou se desenvolver, normalmente são áreas de co-working, e o período de tempo é limitado;
- Networking: quando o programa dá a oportunidade do empreendedor conhecer outras pessoas do ecossistema das startups, podendo ser mentores, investidores, outros empresários, talentos, enfim, uma gama de pessoas que podem, de alguma maneira, em algum momento, serem úteis à ele.

Para Hair Jr e outros (2010), a última etapa do processo de pesquisa é a de comunicar os resultados, estes são resultantes de uma análise comparada entre o que a cidade já oferece e o que ela poderia oferecer às startups, sendo este último

baseado no estudo realizado com as cidades que são referências no mercado de Startups, e serão apresentados no próximo tópico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A princípio serão apresentados os estudos comparativos realizados com as cidades que utilizamos como modelo, Londres, Berlim, São Paulo e Campinas. Nesse estudo serão apresentados breves relatos, com uma visão geral do ecossistema de cada uma dessas cidades no setor de startups atualmente, seguido por quadros com resumos dos programas que estas cidades têm e que são voltados especificamente para startups, sendo que estes programas servirão de referência para que se possa selecionar quais características deles poderiam ser útil e mais apropriadas para o ecossistema de Franca, para enfim adaptá-los à realidade do local em estudo. A partir dessa seleção anterior, serão propostas algumas ações de âmbito público que possam vir a auxiliar Franca a desenvolver um ecossistema propício para as startups e quem sabe, se tornar uma referência no setor, ou um cluster da economia digital e tecnologia.

LONDRES: Atualmente é a cidade europeia com o maior número de startups, de acordo com o Whiteborad (2016), são mais de 36 aceleradoras e incubadoras, sendo a segunda cidade que mais apóia a inovação e o empreendedorismo, ficando atrás apenas de Nova York, de acordo com Tech City (2016). Quem decide empreender em Londres tem grande apoio do governo, tanto municipal quanto federal, que tem a intenção de promover iniciativas empreendedoras (ENT, 2016). Além do apoio do governo, Londres também tem uma grande concentração de investidores anjos e *seed funds* (TECH.EU, 2016). O resumo dos benefícios de alguns dos programas de Londres é apresentado na figura 2.

Figura 2 – Quadro de resumo dos programas de apoio às startups em Londres

LONDRES	Suporte Financeiro	Acesso a financiamento	Auxílio Produto/Serviço /Mercado	Coaching	Qualificação	Espaço físico	Networking
SEIS							
EIS							
Global Entrepreneur Programme							
Early Stage Accelerator Programme							
Startup Britain							
Enterprise Europe Network							
Tech City							

BERLIM: tem diversas opções para suprir as necessidades dos empreendedores, desde diversos *coworking spaces*, eventos do setor, *meetups*, aceleradoras e incubadoras, recursos, facilidades, investidores, programas de apoio, e ainda oferece um baixo custo de vida ao empreendedor, sendo umas das capitais européias mais baratas de se viver (START UP GUIDE BERLIN, 2016). Na cidade atualmente têm cerca de 2000 startups ativas, e as estatísticas estimam que até 2020, terão entre 40.000 e 100.000 novos empregos no setor digital (HONEYPOT, 2016). A figura 3 apresenta um resumo dos programas para startups em Berlim.

Figura 3 – Quadro de resumo dos programas de apoio às startups em Berlim

BERLIN	Suporte Financeiro	Acesso a financiamento	Auxílio Produto/Serviço /Mercado	Coaching	Qualificação	Espaço físico	Networking
TECHNOLOGIE-STIFUNG BERLIN							
FACTORY BERLIN							
IBB							
EXIST							

SÃO PAULO: é a única cidade da América Latina presente no relatório com as vinte cidades mais propícias para se iniciar uma startup (COMPASS, 2016), além de ser a melhor cidade brasileira para se empreender de acordo com o Índice de Cidade Empreendedoras (ICE) do Endeavor (2016). O cenário startup em São Paulo está se aprimorando, e a vinda do Campus São Paulo, do Google, para a cidade comprova isso (CAMPUS, 2016), assim como o aumento em Capital de Risco na cidade, que ficou entre os maiores no ano de 2014. Um resumo dos programas voltados para startups em São Paulo pode ser visto na figura 4.

Figura 4 – Quadro de resumo dos programas de apoio às startups em São Paulo

SÃO PAULO	Suporte Financeiro	Acesso a financiamento	Auxílio Produto/ Serviço /Mercado	Coaching	Qualificação	Espaço físico	Networking
CAMPUS SÃO PAULO - GOOGLE							
MOBILAB							
TECH SAMPA							
FABLAB LIVRE SP							

Fonte: A autora (2016)

CAMPINAS: também está entre as melhores cidades brasileiras para se empreender, de acordo com o Endeavor (2016). Campinas conta com uma aceleradora, parceria entre a Prefeitura e o Núcleo Softex, que é a primeira aceleradora municipal do país, criada com o intuito de tornar a cidade mais atrativa para nascimento e crescimento de negócios de tecnologia (STARTUPI, 2016). Um resumo dos programas voltados para Startups na cidade está na figura 5.

Figura 5 – Quadro de resumo dos programas de apoio às startups em Campinas

CAMPINAS	Suporte Financeiro	Acesso a financiamento	Auxílio Produto/ Serviço /Mercado	Coaching	Qualificação	Espaço físico	Networking
ACELERADORA DE CAMPINAS							
CONSELHO DE STARTUPS							
PECTI							
FAPESP							

Fonte: A autora (2016)

FRANCA: capital do calçado, oferece apoio aos empresários, principalmente deste setor. Um dos programas oferecidos por ela é o de incubadora, que abriga e orienta indústrias e empresas na fase inicial de seu processo, e também promove capacitação técnica e gerencial dos empreendedores. Essa incubadora, como apresentado no site de Franca (2016), é voltada para o segmento industrial local e de serviços relacionados com a indústria.

Através de uma entrevista semi-estruturada com responsáveis pela Sala do Empreendedor, um dos programas da prefeitura, foram obtidas informações extras das encontradas no sítio. Os administradores explicaram que a incubadora da cidade está passando por reformas atualmente, e quando inaugurada atuará com empresas de base tecnológica, terão qualificação e suporte voltados para startups lá. Contudo, não se tem maiores informações do projeto ainda, visto que este está em desenvolvimento.

PROPOSTA: A princípio viu-se a necessidade de se definir startups, para delimitar quais empresas poderiam se beneficiar das ações propostas:

Pessoa jurídica, que se dedique a atividades relacionadas à prestação de serviços e provisão de bens, tais como:

I – serviços de e-mail, hospedagem, desenvolvimento de sites, blogs, plataformas virtuais;

II – comunicação pessoal, redes sociais, mecanismos de busca, divulgação publicitária na internet;

III – criação ou distribuição de aplicativos e softwares originais, por meio físico ou virtual, para isso em computadores, celulares, tablets e outros dispositivos eletrônicos, móveis ou não;

IV – desenho e desenvolvimento de elementos hardware de computadores, celulares, tablets e outros dispositivos informáticos, móveis ou não;

V – atividade de pesquisa, desenvolvimento ou implementação de idéias inovadoras ou modelo de negócios baseados na internet e nas redes telemáticas; e

VI – atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação em:

- a) Engenharia e sistemas de energia;
- b) Produtos agrícolas;
- c) Softwares e Hardwares de informática;
- d) Ciências físicas e naturais não citadas anteriormente.

Já em relação a que tipo de ações a prefeitura deveria realizar para incentivar as startups, deve-se levar em conta que o governo local precisa realizar programas de alto desempenho, programas que estimulem o contato entre os empreendedores, para que eles possam trocar experiências, aprender entre eles, fazer networking e, as vezes, inclusive encontrar um mentor, ou se tornar um mentor, para ensinar e auxiliar empreendedores, fomentando assim, o desenvolvimento deste setor e por conseqüente, o desenvolvimento local.

Programas deveriam levar também em conta o estágio no qual se encontra a empresa, visto que as necessidades mudam de acordo com estes estágios. Da mesma maneira que realização de empresas no mesmo estágio de desenvolvimento pode facilitar o aprendizado, estimular a inovação, inspirar empresários.

Sendo assim, alguns incentivos que são sugeridos são:

- Benefícios fiscais, como isenção total ou parcial do IPTU, variando essa isenção de acordo com o tamanho da área construída, sendo este benefício com prazo delimitado para os primeiros três anos de existência da empresa;
- Outra opção de benefício fiscal para a cidade de Franca poderia ser uma redução da alíquota do Imposto Sobre Serviço, o ISS, sendo essa redução proporcional à receita bruta da empresa, em que o benefício se extinguisse quando a empresa atingisse determinado valor na receita bruta, ou três anos depois de fundada a startup;

- Financiamento para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, para empresas que apresentem projetos de pesquisa inovadores e que possam trazer benefícios para a sociedade;
- Adequar e ampliar a Incubadora de empresas da cidade, é algo que já está acontecendo, sendo assim, sugere-se que sejam realizadas nesta incubadora ações como networking, qualificação, aconselhamento;
- Criação de uma aceleradora em empresas que possa auxiliar empresas com investimentos, acompanhamentos, aconselhamento por tempo determinado em aspectos técnicos, jurídicos, mercadológicos;
- Criação de uma plataforma digital que facilite o contato das startups entre elas, e também com incubadoras, investidores, aceleradoras, e outros envolvidos que venham a ser importantes no ecossistema das startups.

Ressaltando que é necessário tempo, planejamento e recursos para implementar essas ações, então o recomendado é que seja realizado um plano de médio prazo para a consecução total desta proposta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância de empresas como as startups vêm crescendo, assim como o número de startups também, essas empresas auxiliam o local, a cidade, a desenvolver, estimulando a economia, gerando riqueza, empregos e trazendo benefícios. Contudo, empresas se desenvolvem melhor em ambiente mais propícios, com maiores estímulos, benefícios, uma cultura que favorece sua estabilização e desenvolvimento no local, e outros fatores que favorecem sua atuação.

Mas para que as cidades possam ter esse ambiente que favorece o empreendedorismo, diversas ações em âmbito privado e particular devem ser tomadas. Exemplos de sucesso foram apresentados no estudo, alguns de importância internacional, como Londres e Berlin, outras se destacando no setor nacional como Campinas, e São Paulo, que tem seu destaque tanto dentro quanto fora do Brasil.

Essas cidades analisadas apresentaram programas de incentivo às startups, tanto no setor privado quanto no setor público, e estão tentando criar o melhor ecossistema possível para que startups sejam criadas e se desenvolvam em seus municípios, sendo que algumas destas já possuem inclusive *cluster* deste setor.

Contudo, nem todas as cidades ainda conseguem compreender como as startups podem auxiliar no seu desenvolvimento local, e ainda não desenvolveram ações que, de fato, estimulassem os empreendedores a criarem seus negócios.

No caso de Franca, a cidade está desenvolvendo um projeto voltado para este setor, que é o da incubadora, que está em reforma, contudo, o projeto ainda está tomando forma, sendo assim, pouco se sabe sobre como vai ser. Mas para se criar um ecossistema mais favorável às startups é necessário o envolvimento de mais atores e mais ações para fomentar esse setor.

Sendo assim, o presente estudo sugere algumas ações no âmbito público para serem realizadas, como benefícios fiscais, criação de incubadoras e aceleradoras com projetos apropriados para startups, maior financiamento em pesquisa, desenvolvimento e inovação, além de uma plataforma digital para unir esse ecossistema e facilitar a interação de seus atores.

Esse estudo, assim como as ações propostas, tem a intenção de auxiliar a cidade a se tornar referência no setor de startups, visando seu desenvolvimento econômico e os benefícios que ele acarreta.

REFERÊNCIAS

ANPROTEC – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMENTOS INOVADORES. **Estudo de impacto econômico**: Segmento de incubadoras de empresas do Brasil. Brasília: Sebrae, 2016.

BLANK,S.; DORF, B. **Startup**: Manual do Empreendedor – O guia passo a passo para construir uma grande empresa. Rio de Janeiro: Alta Books, 2014.

BUARQUE, S.C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Metodologia de Planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CAMPINAS. **Lei nº 14.920 de 24 de Novembro de 2014**. Dispões sobre a concessão de incentivos fiscais no município de Campinas às empresas enquadradas como Start-up. Campinas, 2014.

CAMPUS. **Campus São Paulo**. Disponível em: < <https://www.campus.co/sao-paulo/en/about> >. Acesso em: 15. Ago. 2016.

COMPASS. **The global Startup Ecosystem Ranking 2015**. Disponível em: < <http://startup-ecosystem.compass.co/> >. Acesso em: 14. Ago. 2016.

ENDEAVOR. **ICE 2015**: As Melhores Cidades do País para Empreender. Disponível em: < <https://endeavor.org.br/indice-cidades-empreendedoras-2015/> >. Acesso em: 15. Ago. 2016.

ENT. **Government Backed Schemes and Initiatives Promoting New Business Startups**. Disponível em: < <http://www.entmagazine.com/start-ups.html> >. Acesso em: 01. Ago. 2016.

GEM – GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **Empreendedorismo no Brasil: Relatório Executivo**. 2015.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

HAIR JR. J. F.; WOLFINBARGER, M.; ORTINAU, D. J.; BUSH, R. P. **Fundamentos de pesquisa de Marketing**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HONEYPOT. **Berlin's startups mapped by U-bahn station**. Disponível em: < <http://blog.honeypot.io/berlin-startup-map> >. Acesso em: 17. Ago. 2016.

MALHOTRA, N. K. **Introdução a Pesquisa de Marketing**. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2004.

NESTA. **Startup Accelerator Programmes: A Practice Guide**. London, Nesta: 2014.

PEQUENAS EMPRESAS E GRANDES NEGÓCIOS. **Mercado de startups cresce no Brasil e movimenta quase R\$2 bi**. Disponível em: < <http://g1.globo.com/economia/pme/noticia/2014/01/mercado-de-startups-cresce-no-brasil-e-movimenta-quase-r-2-bi.html> >. Acesso em: 14. Jun. 2016.

PRI, L (Org.). **Startup Guide Berlin**. v. 2. Berlin, 2016.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, F. C.; LUCIO, P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SEBRAE SP. **Pesquisa lado/A, lado/B Startups**. São Paulo: Sebrae, 2015.

STARTUP-BERLIN. **Berlin startup map**. Disponível em: < <https://startup-berlin.com/startupmap/> >. Acesso em: 17. Ago. 2016.

STARTUPI. **Primeira aceleradora municipal do país vai acelerar 10 startups em Campinas**. Disponível em: < <http://startupi.com.br/2014/01/primeira-aceleradora-municipal-do-pais-vai-acelerar-10-startups-em-campinas/> >. Acesso em: 15. Ago. 2016.

TECH CITY. **London's Digital Industry**. Disponível em: < <http://www.techcityuk.com/investors/> >. Acesso em: 11. Ago. 2016.

TECH.EU. **A look at Europe's top startup countries: the good, the bad and the ugly**. Disponível em: < <http://tech.eu/features/3256/europe-top-startup-countries-good-bad-ugly/> >. Acesso em: 01. Ago. 2016.

VILLAS BÔAS, B. **Metade das empresas fecha as portas no Brasil após quatro anos, diz IBGE**. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/09/1677729-metade-das-empresas-fecha-as-portas-no-brasil-apos-quatro-anos-diz-ibge.shtml> >. Acesso em: 02. Jun. 2016.

WHITEBOARD. **Mind the gap** – London, Europe's biggest start-up scene. Disponível em: < <http://www.whiteboardmag.com/mind-the-gap-london-europes-biggest-start-up-scene/> >. Acesso em: 30. Jul. 2016.

A RELAÇÃO FAMÍLIA/ESCOLA NO DESEMPENHO ESCOLAR***The family/school relationship in school performance***

Área 1: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas

Sessão temática: 1.5 Educação e Desenvolvimento.

GUERRA, Sandra Aparecida Ferreira

Centro Universitário Municipal de Franca Uni-FACEF

Mestranda do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional – Uni-FACEF

saferrei@hotmail.com

OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta e

Centro Universitário Municipal de Franca Uni-FACEF

Docente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional – Uni-FACEF

sheilafacef@gmail.com

GUERRA, José Alfredo de Pádua

Centro Universitário Municipal de Franca Uni-FACEF

Docente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional – Uni-FACEF

josealfredopaduaguerra@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem por objetivo evidenciar a relevância do contato entre família/escola e o desempenho escolar. A criança não é uma página em branco, chega à escola levando toda uma “bagagem” que foi construída desde o dia de seu nascimento. Já manifesta noções e visão de mundo apresentadas pelo convívio familiar. Através de pesquisas bibliográficas, este estudo examinará a mudança na dinâmica familiar moderna e suas consequências no desempenho escolar, fazer pedagógico e na aprendizagem, bem como identificar as causas dessas mudanças discutindo implicações e influências no trabalho do professor em sala de aula, questionando a fragmentação da estrutura familiar tida como modelo pela sociedade moderna. Com base neste estudo, é possível concluir que há uma necessidade constante de ajustes, tanto na parceria entre a escola e a família quanto no fazer pedagógico dos profissionais de educação.

Palavras-chave: Família, Educação, Desempenho escolar, Sociedade.

Abstract

This article aims to highlight the importance of contact between family/school and school performance. The child is not a blank page, arrives at the school taking a "baggage" which was built since the day of his birth. Already expresses understanding and vision of the world presented by the family get-together. Through bibliographical research, this study will examine the change in family dynamics and

its consequences in modern school performance, on teaching and on apprenticeship, as well as identify the causes of these changes discussing implications and influences in the work of the teacher in the classroom, questioning the fragmentation of the family structure as a model for modern society. Based on this study, it is possible to conclude that there is a constant need for adjustments, as in partnership between the school and the family as in the pedagogical way of the education professionals.

Keywords: Family, Education, School performance, Society.

1 INTRODUÇÃO

A finalidade deste artigo é propor uma discussão e reflexão acerca da relevância ou necessidade do contato e bom relacionamento entre a família e a escola para o melhor desempenho escolar das crianças, que vem acompanhado ao desenvolvimento emocional. Na realidade atual encontra-se vários estudos, livros e artigos a respeito do assunto, os quais serão citados e trará embasamento teórico norteando a elaboração deste. Observa-se um pouco do que é ser família, o valor da afetividade como parte fundamental na construção da base educacional sólida, refletindo na elaboração da autoestima como fator determinante e positivo para uma aprendizagem permanente.

Não se pretende esgotar o assunto, apenas apontar alternativas relevantes para enfrentar as dificuldades encontradas nesse processo família/escola, principalmente em tempos de inusitada complexidade. Em contrapartida, veremos um pouco do processo histórico da escola e o processo de ensino aprendizagem, além de uma reflexão do posicionamento dos professores nesta comunicação, pois este é elemento fundamental e diretamente conectado ao aluno através do processo de ensino aprendizagem.

A falta de tempo nessa nova dinâmica social, econômica e familiar faz com os pais deixem de acompanhar momentos importantes e decisivos na vida dos filhos. Equilibrar o papel profissional com os demais papéis e principalmente o papel de pai/mãe presentes na vida cotidiana dos filhos com qualidade, interagindo e participando tem sido o maior desafio desta nova configuração familiar.

2 A FAMÍLIA

De acordo com FERREIRA (1988), família é um **conjunto de pessoas que possuem grau de parentesco entre si** e vivem na mesma casa **formando um lar**.

Uma família tradicional normalmente formada pelo pai e pela mãe, unida por matrimônio ou união de fato, e por um ou mais filhos, compondo uma família nuclear ou elementar.

Quando se define uma família, logo se incluem em sua definição os membros do grupo familiar e sua estrutura, os vínculos que mantêm e as funções que esta instituição possui. Em relação a sua estrutura, fala-se em geral da família nuclear ou conjugal e da família extensa (MUSITU e COLS., 1998 P.155).

A estrutura familiar extensa refere-se aos lares em que convivem mais de um núcleo conjugal.

A família, considerada uma instituição responsável por promover a educação dos filhos e influenciar o comportamento dos mesmos no meio social, seu papel no desenvolvimento de cada indivíduo é de fundamental importância. É no seio familiar que são transmitidos os valores morais e sociais que servirão de base para o processo de socialização da criança, bem como as tradições e os costumes perpetuados através de gerações.

Atualmente podemos considerar que essa estrutura vem se alterando de forma considerável, devido a inserção da mulher no mercado de trabalho, a fim de contribuir com o orçamento familiar, dividindo então, com o homem os afazeres domésticos e a criação dos filhos. Assim acontece, uma reorganização tanto dos papéis dentro deste núcleo, quanto na formação desta estrutura, que deixam de ser famílias tradicionalmente nuclear considerando a diversidade de relacionamentos: divórcios, separações, mães solteiras, casais formados por pessoas de mesmo sexo, crianças sendo criadas por avós, entre outros. O que vem refletindo na educação dos filhos.

Mesmo considerando as diversas mudanças da configuração familiar atual, a família ainda ocupa um lugar intermediário entre a sociedade e o indivíduo, possuindo organizações e dinâmicas particulares (Macarini, Martins, Minetto, & Vieira, 2010).

Luz & Berni, (2010), afirmam que apesar de todas as mudanças sofridas pela família contemporânea, a distinção entre os papéis dos homens e das mulheres ainda é evidente.

Ribeiro e Martins (2009) referem que, mesmo diante desta multiplicidade de modelos de organização, a família conserva sua função de "útero social", um lugar singular de convivência, acolhimento, afeto e educação, mas que não deixa de ter conflitos e desentendimentos nos relacionamentos entre os seus membros. Ou seja, não existe um modelo livre de adversidades, visto que no ambiente familiar é possível vivenciar tanto emoções positivas como negativas simultaneamente

Observa-se na fala dos autores, que independente da estrutura e divergências de opinião dos integrantes espera-se que o ambiente familiar seja um local onde exista harmonia, afeto, proteção e apoio necessário na resolução de conflitos ou problemas de algum dos membros. As relações de confiança, segurança, conforto e bem-estar proporcionam a unidade familiar.

2.1 A Família e sua função

A família é a base da sociedade. Os pais tem papel fundamental na educação dos filhos, são os primeiros educadores, é com eles que aprendemos a respeitar o próximo, as leis e as autoridades. Desde o nascimento são responsáveis pelo sustento não só material, mas cultural e espiritual.

Apesar das dificuldades apresentadas por uma realidade cada vez mais fragmentada e individualista, é no seio familiar que as primeiras lições de vida acontecem, a formação ética, moral e os conhecimentos necessários para serem pessoas de bem, com princípios e valores que os fazem assumir os desafios da vida com responsabilidade. Estes valores serão suporte para enquanto adultos serem

peças participativas e solidárias na construção de uma sociedade mais justa e humana. Essa educação dinheiro nenhum pode comprar, nem mesmo a melhor escola pode ensinar, a educação dada no seio familiar faz toda diferença na sociedade.

Apesar da extrema importância dos papéis exercidos pela mãe e pelo pai, eles não são a única influência na educação dos filhos. Vygotsky (2005) destaca que a criança, desde muito cedo, através da interação com o meio físico e social, realiza uma série de aprendizados, vivencia um conjunto de experiências e age sobre o meio cultural a que tem acesso, construindo uma série de conhecimentos que absorve do ambiente e do mundo que a cerca.

A televisão é uma importante fonte de socialização para a criança, trazendo informações e valores da sociedade mais ampla na qual a criança vive. A partir da mediação dos pais ou outro adulto responsável pela criança, a televisão pode ser um instrumento para discutir valores e direitos humanos. Outrossim, a criança não é influenciada apenas pelo que assiste na TV, visto que ainda maior é a influência resultante da sua vivência social e de suas experiências compartilhadas (Oliveira & Mariotto, 2010 p. 39-45).

Dessa maneira, nota-se na fala dos autores que esta é uma outra importante função da família na educação dos filhos. A função de mediador, observador e comunicador, dialogando sobre as coisas que o “mundo” as trazem de informação, ponderando o que destes conhecimentos são positivos ou negativos e que podem ou não podem dentro do olhar dos adultos “sabidos” das coisas da vida.

2.2 Família e o desempenho escolar

A história da nossa espécie, de acordo com estudos realizados por Rose Marie Muraro e relatados no livro “Um novo mundo em Geração” conta que a condição de vida da mulher desde o início do período histórico sofreu relevante reviravolta. Hoje a mulher é 50% da força de trabalho, mas a oito mil anos atrás ela iniciou uma rotina de cuidados com a família e filhos, enquanto o homem trabalhava fora. Portanto, as conquistas alcançadas hoje pela mulher é uma grande revolução que supera qualquer mudança econômica.

A espécie humana existe há dois milhões de anos, período em que não existia diferenças entre homem e mulher, os dois governavam juntos o mundo, eram solidários e unidos. A mulher por reproduzir a vida, possuía lugar privilegiado, sem que o homem soubesse sua participação neste contexto. Governava com o poder do serviço, por não haver benefício pessoal todos exerciam. Mas, quando o homem descobre sua participação no ciclo reprodutivo da mulher, inicia o patriarcalismo e as leis e costumes passaram a ser feitos para o homem. As mulheres que até então possuíam seu prestígio, perderam status, reduzidas a criação dos filhos e submissa em todo o desenrolar da História.

Esta ganha nova posição na Era Industrial, trabalhando nas fábricas junto com os homens, mas com salários bem inferiores. Assim, no mesmo ano que Marx escreve o Manifesto comunista, mulheres humildes se reúnem nos Estados Unidos e escrevem o primeiro Manifesto feminista, reivindicando direito ao voto, educação e emprego, sendo estas as primeiras condições de uma cidadania plena. Mas, tiveram que esperar setenta anos para conseguirem votar. Trabalharam arduamente até

tocarem a cultura patriarcal. Trabalho este que foi muito maior do que dos homens pela ruptura da sociedade de classes.

Ao longo da história assim como outras instituições, a escola e a família também vem passando por grandes transformações. Com o êxodo rural e a revolução industrial a mulher transforma suas funções profundamente indo para o mercado de trabalho. Alterando suas funções, transforma a estrutura familiar e toda a dinâmica escolar, visto que muito das responsabilidades educativas dos filhos são transferidas para a escola.

No interior de nossa própria cultura, sem sair de nossa própria cidade nem de nosso próprio bairro, um belo dia observamos nosso ambiente e nos damos conta de que tudo mudou tanto que mal somos capazes de saber como as coisas funcionam. Sentimo-nos, então, desorientados como se tivéssemos viajado para uma sociedade estranha e distante, mas sem esperança de voltar a recuperar aquele ambiente conhecido no qual sabíamos nos arranjar sem problemas. (ESTEVEES, 2004, p. 24)

A dinâmica de uma nova mulher, independente e emancipada é uma realidade, afeta toda a sociedade, incluído a educação em atividades antes desenvolvidas pela escola. Estas passam a receber cada dia mais cedo um número considerável de crianças ou bebês logo após término da licença maternidade e retorno ao trabalho. Essas crianças transformam a realidade escolar em um momento em que cuidados maternos são transferidos para as mãos de terceiros em um contexto escolar.

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois a muita coisa que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades [...] (2007, p.50)

Diante deste contexto, a integração entre família e escola torna-se necessária na construção desta criança em todos os sentidos, seja de caráter, valores, princípios e desempenho escolar. A escola precisa levar essa integração de forma responsável, apresentando vivências que possam possibilitar famílias a sentirem participantes ativos nessa parceria, encontrando o equilíbrio entre o que é cada uma destas instituições e onde cada uma pode atuar de forma responsável e participativa, sem que a peça fundamental desta nova estrutura seja de fato prejudicada.

De acordo (SAMARTINI, 1995), a relação entre família escola vem sendo incentivada pelas políticas públicas, apontada como fundamental para uma escolarização bem sucedida. ANDRADE (1986, p. 136-148) aponta que a “compreensão das camadas populares é uma conquista recente por parte da escola, mas ainda carente de muitas reformulações para que seja realmente efetiva”. Segundo o autor é importante a avaliação que a família faz da escola:

[...] sem dúvidas, a obtenção das avaliações dos pais ou responsáveis sobre as ações da escola estabelecendo, com isso, uma alça de realimentação para o processo de realimentação, e ainda, proporcionando a

eles um espaço para exercício de suas ações controladoras e fiscalizadoras da instituição escola (ANDRADE, 1986, p. 219).

Nota-se que a forma e a intensidade das relações entre escolas e famílias variam enormemente, estando relacionadas aos mais diversos fatores: estrutura e tradição de escolarização dos familiares, classe social, meio urbano ou rural, número de filhos, ocupação dos pais, a expectativa dos envolvidos no processo, entre outros. O que se espera é um aperfeiçoamento contínuo, sendo de um lado a satisfação da família e do outro a efetividade da escola ao assumir papéis a ela neste momento atribuídos.

Diante desta perspectiva a participação da família na gestão escolar precisa ganhar liberdade, de acordo com Paro:

[...] medida em que aqueles que mais se beneficiarão de uma democratização da escola puderem participar ativamente das decisões que dizem respeito a seus objetivos e às formas de alcançá-los (PARO et al, 1998, p. 228).

Observa-se aqui, além do interesse ou desejo da família em participar da escola é necessário condições favoráveis para essa acontecer de fato.

Por outro lado, o interesse muitas vezes não acontece, passando a família ou a sociedade essa responsabilidade como que única e exclusiva do estado.

É um traço profundamente negativo o fato de a população não se sentir compromissada com suas próprias soluções, atirando-as sobre o governo. A escola não é reconhecida como interesse próprio, como direito fundamental, mas tão somente como dever do Estado (PEDRO DEMO, 1993, p. 68).

Oliveira (1999) afirma que as Reuniões de Pais e Mestres, ou as destinadas à entrega de boletins, em que os assuntos versam sobre comportamento e baixo rendimento escolar, acontecem de forma que as pessoas envolvidas apenas legitimam relações sociais existentes, havendo de um lado, a cobrança dos professores e, do outro, o afastamento dos familiares.

O envolvimento da família deve ir além da matrícula em uma boa escola, das reuniões semestrais e ou individuais. Participar e acompanhar dias de prova, matérias que estão estudando, conferir e ou auxiliar nas lições de casa. As crianças precisam entender a importância da escola e o valor da educação para eles. De acordo com o texto:

A participação dos pais na educação formal está em alta. Há um consenso entre educadores, professores e estudiosos sobre os efeitos no desempenho dos alunos. Quanto mais ativos os pais, maior a chance de o filho tirar boas notas no boletim e terminar uma faculdade. Nas últimas décadas, os pais passaram a ser estratégicos para políticas públicas de educação em diversos governos. Nos Estados Unidos, a participação das famílias virou assunto de uma secretaria exclusiva, que planeja como envolver os pais na escola para ajudar a diminuir as diferenças de aprendizado entre os mais ricos e os mais pobres. Do lado das escolas, os esforços para engajar os pais não são menores (GUIMARÃES, 2014, <<http://epoca.globo.com/vida/noticia/2014/10/importancia-da-bparticipacao-dos-paisb-na-educacao-escolar.html>> Acesso em 06 de jul.2016).

Destaca-se a esse respeito que existe de ambas as partes um conhecimento e uma necessidade desta relação, por entenderem que essa interação legitima a educação. Porém, existe certo desnorreamento na proximidade, participação e amparo aos filhos, se atrapalham no como e quando ajuda-los com a lição, o excesso de trabalho e consequentemente a falta de tempo são exemplos típicos. Assim, podemos entender que o desempenho escolar perpassa por muitos fatores, os quais aqui não teremos a pretensão de esgotar.

2.3 A Escola

Na atualidade a escola tem aparecido tão cedo na vida das crianças, que imaginá-las fora de seu contexto é algo quase impossível. A escola está para elas como realmente uma instituição que faz parte de sua realidade. Mas, o que é esta instituição, que lugar ela ocupa na vida das crianças?

Como já discutido em assuntos anteriores, a família ocupa um lugar central e fundamental na vida e construção da vida de um indivíduo, é nela que todos os nossos valores, hábitos, moral, cultura e bons costumes são fundamentados. Sendo assim, entende-se que a escola é o segundo lugar a ser ocupado pela criança.

Segundo a Wikipédia:

A escola é uma instituição concebida para o ensino de alunos sob a direção de professores. A maioria dos países têm sistemas formais de educação, que geralmente são obrigatórios. Nestes sistemas, os estudantes progredem através de uma série de níveis escolares e sucessivos. Os nomes para esses níveis nas escolas variam por país, mas geralmente incluem o ensino fundamental (ensino básico) para crianças e o ensino médio (ensino secundário) para os adolescentes que concluíram o fundamental. Uma instituição onde o ensino superior é ensinado, é comumente chamada de faculdade ou universidade (WIKIPÉDIA, Acesso em 06 de jul.2016<<https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola>>).

A educação infantil que hoje é o que mais se procura nas escola devido ao este nova estrutura familiar, nem aparece nesta definição de escola, visto que esta modalidade, apesar de ser uma preocupação das várias civilizações e sociedade era uma responsabilidade da família e acontecia em casa. Sendo, os valores e conhecimentos totalmente transmitidos por estes entes que os cercavam, sem qualquer influência escolar.

Com o surgimento de sociedades mais complexas, dotadas de instituições políticas e práticas econômicas sofisticadas, a noção de que a educação familiar era suficiente perde espaço. Nesse contexto, percebemos o surgimento dos primeiros professores, profissionais que se especializaram em repassar conhecimento. Não raro, esses primeiros professores eram exclusivamente contratados por famílias que possuíam melhores condições ou eles organizavam suas aulas em espaços improvisados, recebendo uma quantia de cada aluno integrante da turma (SOUSA, [2015-2016] <http://escolakids.uol.com.br/a-historia-das-escolas.htm>> Acesso em 06 jul. 2016).

Assim, percebe-se que a educação durante muito tempo foi considerada um privilégio para poucos, ou seja a educação estava ligada à condição econômica das famílias. Posteriormente, a igreja e a liderança católica inicia um novo processo com o dever de líderes católicos terem que entender textos bíblicos, além da necessidade de terem que capacitar pessoas para atividades comerciais com o surgimento do renascimento.

Na idade moderna, muitas reflexões vão surgindo e sendo discutidas, a organização dos currículos, a divisão das faixas de ensino e a separação do ensino masculino e feminino.

No século XVIII, o surgimento do movimento iluminista colocou o desenvolvimento de uma sociedade orientada pela razão como uma necessidade indispensável. Pautados por princípios de igualdade e liberdade, o discurso dos iluministas colocava o ambiente escolar como uma instituição de grande importância. No século seguinte, temos a expansão das instituições escolares na Europa, então comprometidas com um ensino que fosse acessível a diferentes parcelas da sociedade, independente da sua origem social ou econômica (SOUSA, [2015-2016] <http://escolakids.uol.com.br/a-historia-das-escolas.htm>> Acesso em 06 jul. 2016).

Esse ensino não ficou apenas dentro dos muros europeus, transcendeu-se por todos os continentes, adaptando-se a cada uma das suas necessidades e realidade. Principalmente o Brasil, um país marcado pela colonização e tantos altos e baixos no quesito educação.

Nas últimas décadas, o avanço da tecnologia e o crescimento acelerado dos meios de comunicação nos instigam a repensar seriamente como as escolas devem se organizar. O acesso às informações e saberes já não é um problema a ser resolvido exclusivamente pelo ambiente escolar. Mais do que simples transmissão, a escola do século XXI deve se encaminhar para a construção de um saber autônomo, em que o indivíduo se mostre capaz de criticar e organizar o conhecimento que se mostre relevante para si mesmo (SOUSA, [2015-2016] <http://escolakids.uol.com.br/a-historia-das-escolas.htm>> Acesso em 06 jul. 2016).

A escola, analisando o seu contexto histórico passou por profundas e constantes mudanças, acompanhando a evolução da humanidade e qualquer outro meio da sociedade. Haja visto que esta transformação social reflete diretamente nesta nova dinâmica escolar.

A escola hoje não é mais uma instituição de mera transmissão de conhecimento, ela é acompanhada da família, parceira fundamental na formação do indivíduo.

Todas estas transformações, alteraram também o comportamento dos indivíduos de maneira positiva e negativa. Ou seja, as crianças ou alunos mudaram seus comportamentos. Num passado não muito distante respeitavam pais e professores, aceitavam de pronto tudo o que lhes eram transmitidos como se fossem uma página em branco, hoje participam, são questionadores e participativos em instituições escolares adeptas diversas metodologias que não a tradicional. A escola nova e estudiosos pós-modernos trouxeram uma nova dinâmica para este contexto.

2.4 Processo de ensino aprendizagem

A aprendizagem é algo que acontece o tempo todo, seja dentro ou fora da escola e em vários níveis de consciência. Em muitos casos os conteúdos vistos em sala de aula são esquecidos, mas as relações vividas serão lembradas. É senso comum dizer que as crianças aprendem pelos exemplos e não pelo que falam ou ensinam, nos imitam em quase tudo, por isso os valores ou conteúdos aprendidos inconscientemente tem mais probabilidade de permanecer.

A família e a escola são instituições responsáveis por desencadear os processos evolutivos nas pessoas. A família é uma estrutura social básica, na qual as pessoas convivem por um longo tempo, é com ela que a crianças têm suas primeiras experiências de aprendizagem, que muitas vezes acontecem em forma de treino e acabam influenciando também no seu comportamento (JOSÉ, COELHO, 2004, p.9-31).

Na família acontece o mesmo, os bons momentos vividos terão reflexos positivos, da mesma forma que se as experiências vividas forem negativas os reflexos serão negativos e tudo isso certamente influenciará na sua vida e no tipo de pessoa que se transformará.

O professor deve conhecer as etapas do desenvolvimento do aluno, estar atento às suas atitudes, sabendo o que elas são fora da escola e em que tipo de família elas vivem. Ao respeitar o aluno enquanto ser humano, o professor o ajudará a se transformar em um sujeito responsável, capaz de resolver seus próprios problemas, sendo assim, agente de seu processo de aprendizagem (JOSÉ, COELHO, 2004, p.9-31).

Moreno e Cubero (1995) p. 190-202, relatam estudos realizados em que foram identificadas a existência de quatro diferentes dimensões em relação ao comportamento dos pais:

- A primeira delas, em relação ao grau de controle, com pais que se afirmam através do poder ou da retirada de afeto, em caso de desobediências ou maus comportamentos das crianças, ou pela indução, método através do qual as crianças são obrigadas a refletir sobre suas atitudes.
- A segunda se refere à comunicação entre pais e filhos. De um lado, alto índice de comunicação entre as partes, muita conversa e explicações sobre qualquer punição e do outro pouca interação, pais que simplesmente estabelecem regras, sem nenhum tipo de diálogo ou cedem às solicitações dos filhos diante de choros e queixas, sem falar sobre o problema.
- A terceira dimensão revela aspectos em relação ao grau de amadurecimento. Muita exigência, cobrança de dedicação excessiva ou de forma oposta, os pais que não acreditam na competência dos filhos, não acreditam que eles sejam capazes de executar determinadas atividades.
- Por fim, segundo os autores, mas não menos importante, temos a questão do afeto na relação, pais que se dedicam e demonstram interesse, preocupando-se com o bem estar dos filhos. O afeto pode influenciar todas as outras dimensões de comportamento dos pais, as decisões tomadas e apresentadas de forma afetiva, serão recebidas

pelos filhos de uma forma diferente daquelas apresentadas de forma rancorosa, sem demonstração de nenhum tipo de carinho.

Segundo estudo dos autores, percebe-se que o melhor tipo de relação entre pais e filhos deve ser regado por muito amor, diálogo e carinho, respeitando os limites de suas capacidades, o que estimulará a criança ainda mais em seu desenvolvimento cognitivo. A família tem um papel importante no desenvolvimento do ser humano, a educação básica para o desenvolvimento autônomo dentro da sociedade. Funciona como uma rede de influências recíprocas entre todos que fazem parte dela. O estilo de comportamento dos pais gera efeitos sobre o desenvolvimento social e da personalidade da criança.

Independentemente do estilo familiar e comportamento, os pais devem participar da administração escolar, contribuindo nas decisões mais relevantes, como por exemplo, a construção do projeto político pedagógico. A gestão escolar participativa vem se caracterizando a partir da consideração de que um ambiente institucional escolar é formado, na realidade, por várias pessoas, que precisam estar em sintonia para alcançar os objetivos educacionais.

Não se pode simplesmente terceirizar o processo de educação, a família precisa caminhar junto à escola, participando ativamente de toda a construção do conhecimento da criança, para que ela sinta-se fortalecida e capaz de resolver sozinha os seus problemas, transformando-se assim em adultos criativos e conscientes do seu papel na sociedade.

A união da família e da escola poderá contribuir para o desenvolvimento pleno das crianças, quando as partes agirem coerentemente na condução do processo educativo. É importante que haja muito amor e dedicação de ambas as partes, muita sintonia nos valores e pensamentos, o que proporcionará segurança às crianças, garantindo uma aprendizagem significativa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para elaboração do presente estudo utilizou-se dados extraídos de pesquisas bibliográficas descritivas, referente a família/escola e desempenho escolar no contexto brasileiro. A pesquisa bibliográfica permitiu levantar dados históricos para compreender a realidade desta relação em tempos contemporâneos no Brasil. Permitindo a elaboração de um trabalho com proposta de abordagem realista e possível diante do tema proposto.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O resultados obtidos com esta pesquisa bibliográfica possibilitou levantar dados relevantes sobre a reviravolta na vida feminina desde o início do período histórico. As conquistas hoje alcançadas pela mulher é uma grande revolução, supera qualquer mudança econômica e reflete diretamente nesta nova estrutura familiar, que conseqüentemente influencia na transformação, ou transferência de responsabilidades da família para a escola.

A partir do estudo verificou-se que essa transformação alterou comportamentos, atitudes e desempenho escolar, os quais necessitam consideravelmente da relação e parceria entre família e escola para o pleno desenvolvimento da criança.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidencia-se neste estudo, que a família é a base para a constituição de cidadãos ético, com valores e moral para o desenvolvimento de uma sociedade mais humana. Uma instituição responsável por promover a educação dos filhos e influenciar o comportamento dos mesmos no meio social, seu papel no desenvolvimento de cada indivíduo é de fundamental importância. É no seio familiar que são transmitidos os valores morais e sociais que servirão de base para o processo de socialização da criança, bem como as tradições e os costumes perpetuados através de gerações.

Nota-se que a dinâmica da nova mulher e suas funções transformaram também a estrutura familiar e toda a dinâmica escolar, visto que muitas das responsabilidades educativas dos filhos foram transferidas para a escola.

Entende-se que é fundamental a participação da família no contexto escolar, que a união das duas instituições sociais mais importantes no processo educativo pode ser o melhor caminho para que a criança atinja o ápice de seu desenvolvimento.

Nenhuma criança é uma página em branco, o Brasil é país grande, uma sociedade com adversidades e culturas diferentes, no entanto, cada um tem o seu meio social, sua cultura, sua individualidade e sua história de vida, que devem ser respeitados e considerados quando ela chega à escola.

Assim a escola, deve desvincular-se do conceito de família desestruturada ou desajustada como justificativa dos problemas apresentados pelos alunos, pois uma família mesmo não correspondendo aos padrões tradicionais, de uma maneira ou de outra pode ser capaz de cuidar da formação de seus descendentes

A pesquisa bibliográfica realizada reforça a importância de um envolvimento mais efetivo das instituições família e escola, para a formação de um indivíduo emocionalmente saudável. Para tanto é necessário transpor as dificuldades existenciais implícitas nas mesmas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. S. Condições de vida, potencial cognitivo e escola: um estudo etnográfico sobre alunos repetentes da 1ª série do 1º grau. 1986. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

CONTEÚDO aberto. In: Wikipédia a enciclopédia livre. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola>> Acesso em 06 de jul.2016.

ESCOLA aberto. In. Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Citando_a_Wikip%C3%A9dia> Acesso em 06 jul 2016.

ESTEVES, Jose M. A terceira revolução educacional: a educação na sociedade do conhecimento. São Paulo:Moderna,2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 214.

GUIMARÃES, Camila. A importância da participação dos pais no contexto escola, 2014. Disponível em:< <http://epoca.globo.com/vida/noticia/2014/10/importancia-da-bparticipacao-dos-pais-na-educacao-escolar.html>>. Acesso em 06 de jul.2016.

JOSÉ, E. A.; COELHO, M.T. Desenvolvimento e aprendizagem. In: _____. Problemas de Aprendizagem. São Paulo: Ática, 2004, cap. 1, p. 9-31.

LINS, S., LIMA-NUNES, A., & VASCONCELOS, L. (2010). Escala de emoções vivenciadas em ambiente familiar – BEAF. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(2), 156-168.

MACARINI, S., MARTINS, G., MINETTO, M., & VIEIRA, M. (2010). Práticas parentais: uma revisão da literatura brasileira. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(1), 119-134.

MINETTO, M., CREPALDI, M., BRIGAS, M., & MOREIRA, L. (2012). Práticas educativas e estresse parental de pais de crianças pequenas com desenvolvimento típico e atípico. *Educar em Revista*, 43, 117-132.

MORENO, M. C.; CUBERO, M. Relações Sociais nos Anos Pré-escolares: Família, Escola, colegas. In: COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. Desenvolvimento Psicológico e Educação: Psicologia Evolutiva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, v. 1, cap. 14, p.190-202.

MURARO, Rose Marie (2003). Um novo mundo em gestação (1ª ed.). Vênus, p.7-92.

OLIVEIRA, N., & MARIOTTO, V. (2010). Televisão, educação e crianças: os desafios da escola e da família. *Revista de Educação, Cultura e Comunicação*, 1(1), 39-45.

PARO, Vitor Henrique. Gestão Democrática da Escola Pública. São Paulo, Ática, 1998.

RIBEIRO, M., & MARTINS, R. (2009). *Violência doméstica contra a criança e o adolescente: a realidade velada e desvelada no ambiente escolar*. Curitiba: Juruá.

SAMARTINI, L. S. Gestão Participativa: Os pais na Administração da Escola, Cadernos da FFC-UNESP, Marília, V.4, N.2, p.31-36, 1995.

SOUSA, Rainer Gonçalves. A história das escolas, [2015-2016]. Disponível em: < <http://escolakids.uol.com.br/a-historia-das-escolas.htm>> Acesso em 06 jul 2016.

VYGOTSKY, L. (1989). *Formação social da mente* (3ª ed.). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1934).

VYGOTSKY, L. (2005). *Pensamento e linguagem* (3ª ed.). (Tradução de J. L. Camargo). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1934).

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA E INTEGRAL COMO FORMA DE ACESSO À JUSTIÇA NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA*FREE LEGAL ASSISTANCE AND COMPREHENSIVE ACCESS TO JUSTICE AS THE FORM IN THE BRAZILIAN CONSTITUTION*

Sessão temática: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas.

GIOVANELLA, Cristiane Roberta Torres
Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca
Advogada e professora. Mestranda do Programa de Pós-graduação do Centro
Universitário de Franca-Uni-Facef.
cristianegiovanella@icloud.com

OLIVEIRA, Paulo de Tarso
Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca
Professor, Doutor e Vice-Reitor do Centro Universitário de Franca-SP
paulotarso@facef.br

Resumo

A atual Constituição Federal, preocupada em assegurar os direitos sociais, estabeleceu para o Estado o dever de proporcionar a assistência jurídica aos necessitados de forma integral. E este instituto está há muito presente no sistema jurídico brasileiro, visando a proporcionar o acesso à justiça para os hipossuficientes. A concessão da gratuidade tem se demonstrado benéfica, possibilitando que um número maior de indivíduos tenha acesso ao judiciário e contribuindo para a realização da justiça e para a efetivação da cidadania. Estimular a reflexão sobre a necessidade da inclusão social dos necessitados, visando a segurança e a qualidade de vida de seres humanos. É imperioso que haja uma atuação do Estado preventiva, seguradora, repressiva e reparatória. Obstáculos à prestação jurisdicional constituem fator prejudicial ao próprio Estado Democrático de Direito e assegurar o acesso à justiça através da assistência jurídica gratuita é uma forma de assegurar também o desenvolvimento da democracia, podendo contribuir para que os indivíduos alcancem o status de cidadãos.

Palavras-chave: Assistência Judiciária Gratuita, Acesso à justiça, Constituição Brasileira.

Abstract

The current Federal Constitution, concerned to ensure the social rights established for the State the duty to provide legal assistance to those in need in full. And this institute is long present in the Brazilian legal system, aiming to provide access to justice for hyposufficient. The granting of gratuity has proved beneficial, allowing a greater number of individuals have access to justice and contributing to the achievement of justice and for effective citizenship. Stimulate reflection on the need

for social inclusion of the poor in order to safety and quality of life of human beings. It is imperative to have a performance of preventive State insurer, repressive and remedial. Obstacles to adjudication are detrimental factor to the very democratic rule of law and ensure access to justice through free legal aid is a way of ensuring the development of democracy and can help individuals achieve the status of citizens.

Keywords: Free Legal Assistance, Access to justice, the Brazilian Constitution.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Brasileira de 1988 traz em seu bojo uma lista extensa dos direitos sociais que devem ser garantidos e efetivados pelo Estado.

Pode-se afirmar que existe uma forte ligação entre o acesso à justiça e o princípio da dignidade da pessoa humana que, assim ensina Kildare Gonçalves Carvalho que não significa apenas o fato de reconhecer o homem e demonstrar sua dimensão de liberdade, mas a construção do Estado através do princípio da dignidade da pessoa humana.(CARVALHO,2009, p.765)

E por conta deste argumento que a efetividade do acesso à justiça se faz necessária para a construção de um Estado Democrático de Direito.

Neste sentido, o acesso à justiça significa garantir o real acesso a serviços e bens essenciais à sociedade, não importando quaisquer questões como raça, cor, religião, sexo, condição econômico-financeira, etc.

É errado pensar que o acesso à justiça esteja ligado ao acesso ao Poder Judiciário, até porque, por diversas vezes, a justiça advém de um simples esclarecimento, dissipação de uma dúvida, ou até mesmo de uma composição extrajudicial.

No Brasil foi introduzido um novo modelo de Estado através da Constituição Federal de 1988. Consiste no Estado-providência, cuja função básica era promover o crescimento econômico, por um lado, e assegurar a proteção dos cidadãos mais desfavorecidos, por outro. Assim descreve Cláudia Maria Barbosa:

Esse novo modelo de Constituição originou-se de uma mobilização da sociedade brasileira, luta esta em busca da democracia, a qual tinha por objetivo efetivar os direitos fundamentais. Devido à esse fato, o Constituinte visava evitar que as conquistas do povo ficassem apenas presas a papéis. O grande objetivo da Carta Magna era assegurar a efetivação dos direitos fundamentais, dentre eles o acesso à justiça. Todavia, para que houvesse concretização e, conseqüentemente, esses direitos saíssem do papel, era preciso que fossem criados canais que conduzissem à efetividade das leis. A atuação positiva do Estado, por sua vez, demonstra-se cada vez mais necessária para que sejam materializados os direitos sociais. Todavia, nem sempre é possível que o Estado realize políticas públicas eficazes que concretizem esse direito. (BARBOSA, p.2)

Zaffaroni, ainda sobre o tema, dispõe:

De fato, ante a necessidade de atuação do Estado e a garantia de direitos nunca efetivados pelas políticas públicas inexistentes, registra-se uma

crescente "demanda de protagonismo" dirigida aos judiciários, para que estes garantam que o Estado-providência prometeu mas não cumpriu. (ZAFFARONI, 1995, p.22)

Foi assim então, que o Constituinte institucionalizou junto ao capítulo IV, das Funções Essenciais da Justiça, o Ministério Público (Seção I), a Advocacia Pública (Seção II) e a Advocacia (Seção III), a Defensoria Pública.

Conforme preconiza Maria Tereza Sadek:

Não se adentram as portas do judiciário sem o cumprimento de ritos e a obediência a procedimentos. Entre eles está a necessidade de defesa por profissionais especializados - os advogados. Ora, o acesso aos advogados, por sua vez, depende de recursos que na maior parte das vezes os mais carentes não possuem. Assim, para que a desigualdade social não produza efeitos desastrosos sobre a titularidade de direitos, foi concebido um serviço de assistência jurídica gratuita - a Defensoria Pública. (SADEK, 2001, p.9)

De fato, a Carta Constitucional revolucionou em termos de assistência. Antes de 1988 não havia previsão constitucional de um órgão específico para assistir juridicamente aos necessitados, sendo tal função exercida por advogados remunerados pelo Poder Público, membros do Ministério Público ou órgãos ligados ao Poder Executivo, tais como as Procuradorias de Assistência Judiciária. Felizmente, dando máxima efetividade ao dispositivo que impõe ao Estado o dever de prestar assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados (art. 5º, inciso LXXIV) a Constituição de 1988 consagrou de uma forma toda especial a Defensoria Pública. Mas é preciso ter consciência que ainda não é suficiente o atendimento das defensorias públicas criadas. O papel das demais instituições ainda é de grande importância para o atendimento da população sem recursos financeiros que prescindem da justiça.

Para enriquecimento do assunto, interessante citar os comentários de Luiz Eduardo Motta:

O Direito vem expandindo a sua capacidade normativa, armando institucionalmente o Judiciário de meios e modos para o exercício de uma intervenção nesse plano. É todo um conjunto de práticas e de novos direitos, além de um contingente de personagens e temas até recentemente pouco divisível pelos sistemas jurídicos - das mulheres vitimizadas, aos pobres e ao meio ambiente, passando pelas crianças e pelos adolescentes em situação de risco, pelos dependentes de drogas e pelos consumidores inadvertidos -, os novos objetos sobre os quais se debruça o Poder Judiciário, levando a que as sociedades contemporâneas se vejam, cada vez mais, enredadas na semântica da Justiça. (MOTTA, p. 29)

Diante das afirmações acima, a acessibilidade à justiça toma espaço nos dias de hoje. As pessoas buscam a igualdade através do exercício de seus direitos. É nesse momento que entra em cena o papel das Assistências Judiciárias Gratuitas que visam garantir a consolidação do acesso à justiça e da democracia para todos.

Alves leciona:

Um importante indicador que contribui inequivocadamente para o alcance de efetiva consolidação democrática é exatamente a presença de instituições sedimentadas e plenamente atuantes, capazes de garantir e preservar os direitos fundamentais de caráter civil, político e social. Tais

direitos para alcançarem efetividade - no caso de populações mais pobres - dependem de que sejam assegurados pelo Estado mecanismos apropriados que viabilizem o acesso à justiça quando houver lesão ou ameaça de lesão de tais direitos, constitucionalmente assegurados. (ALVES, 2006, p. 27)

A atuação desta Assistência Judiciária Gratuita no cenário jurídico atual, mostra-se fundamental para a consolidação do direito fundamental do acesso à justiça. Até porque, a ida dos cidadãos aos referidos órgãos não significa tão somente o fato de judicializar uma questão, mas muitas vezes para que possam ter ciência de seus direitos, para soluções extrajudiciais de determinados conflitos, entre outros.

As instituições sólidas são os instrumentos que as democracias têm para se realizar enquanto tais. E as democracias, para abandonarem o rótulo de democracias formais, se tornando verdadeiras democracias de massas, devem construir instituições que consigam garantir a todos, sem discriminações, os direitos previstos nas constituições democraticamente escritas.

Façamos uma breve análise do dispositivo legal constante da constituição federal de 1988:

"Art. 5º, LXXIV O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos."

Quando o artigo dita " O Estado prestará(...)" em sua parte inicial, segundo o autor José Afonso da Silva consiste numa imposição constitucional. Prova disso é que o legislador não diz que o Estado "poderá" ou "deverá" prestar. O verbo "prestará" impõe uma obrigação, ou seja, determina que o Estado será obrigatoriamente responsável por prestar o que foi escrito na norma constitucional. (SILVA, 2008, p 173)

Esclarece ainda o mesmo autor que:

"Aqui temos uma daquelas prestações positivas do Estado, que há de traduzir-se em uma ação afirmativa, mediante políticas adequadas ao cumprimento da imposição constitucional. A omissão gera a possibilidade do exercício da ação de inconstitucionalidade por omissão, a fim de obrigar o Estado (Poder Público) a realizar na prática a imposição constitucional". (SILVA, 2008, p 173)

O referido artigo continua : O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita...

Nessa parte do inciso, extrai-se que, ao usar a expressão assistência jurídica, o legislador deseja que não seja prestada apenas a assistência judiciária, mas que o sujeito que comprovar sua hipossuficiência seja assistido e orientado em todas as situações que demandem orientações técnicas acerca dos direitos que só podem ser oferecidas por profissionais capacitados. (SILVA, 2008, p 173)

José Afonso ainda ensina,

O "integral" é um signo de abrangência de todas as situações jurídicas que requeiram orientação advocatícia. O patrocínio é gratuito. Não se trata de patrocínio honorífico, que se previa em lei como obrigação do advogado

particular. Trata-se de um direito fundamental do cidadão desprovidos de meios para que, sendo o caso, possa ele auferir outro direito fundamental - qual seja, o acesso à Justiça. (SILVA, 2008, p 173)

A parte final do presente inciso: "... aos que comprovarem insuficiência de recursos." demonstra a delimitação à extensão do que prevê a norma constitucional.

Essa limitação não tem destinatário universal, vez que se dirige a um determinado grupo de indivíduos que necessita provar que não tem aptidão econômica de arcar com as custas do processo e com honorários advocatícios sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família (SILVA, 2008, p 173).

Ainda seguindo os dizeres de José Afonso da Silva,

Nem sempre o conceito de "insuficiência" pode ser definido a priori. O caso, a situação jurídica concreta, especialmente quando se trate de defesa em juízo, é que vão indicar se o interessado está ou não em condições de organizar a defesa de seus direitos por conta própria. Não é necessário que o interessado seja absolutamente desprovido de recursos, seja miserável. (SILVA, 2008, p 173)

O Constituinte de 1988 também estabeleceu o livre acesso à justiça, conhecido como princípio da inafastabilidade da jurisdição, ao estabelecer no art. 5º, inciso XXXV da Constituição Federal de 1988 que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito".

Neste inciso, é consagrado o acesso à justiça de forma ampla, uma vez que considera tanto a forma preventiva quanto a via repressiva para solucionar lesões ou ameaças a direito.

Qualquer tipo de condição ou exigência que impossibilite ou inviabilize o acesso à justiça, seja de forma direta ou indireta, constitui violação ao princípio constitucional do acesso à justiça ou inafastabilidade da jurisdição. Neste diapasão, a assistência jurídica é uma ferramenta importante para reivindicação dos direitos e um mecanismo de ampliação do acesso à justiça.

A ideia de ampliação do acesso à Justiça, ainda, fundamenta a concepção de igualdade e este princípio permeia toda a Constituição. A igualdade é da própria essência do convívio dos homens tanto que resulta da própria organização humana. Celso Lafer, citando os pensamentos de Hannah Arendt, refere-se ao acesso à justiça da seguinte forma:

"Ela é um meio de se igualizar as diferenças através das instituições. É o caso da 'polis' que torna os homens iguais por meio da lei- nomos. Por isso, perder o acesso à esfera do público significa perder o acesso à igualdade. Aquele que se vê destituído da cidadania, ao ver-se limitado à esfera do privado fica privado de direitos". (LAFER, 1988, p.152)

Esta igualdade reconhecida tem por um dos objetivos a busca do fundamento constitucional que é a erradicação da pobreza e da marginalização com a busca incessante de redução das desigualdades sociais e regionais.

Assim, a acessibilidade igual a todos e a produção de resultados individual e socialmente justos integram os objetivos constitucionais de construir uma sociedade livre, justa e solidária. E isto foi amplamente assegurado pela Constituição Federal

de 1988. E somente um cidadão, vestido de seus direitos e com eles assegurados pelo acesso à justiça, pode ter liberdade em suas expressões e poder influenciar em todo meio em que vive.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico está sendo construído baseando-se no pensamento, entre outros, de José Afonso da Silva, Cleber Francisco Alves, Claudia Maria Barbosa, Celso Lafer, Maria Tereza Sadek e Eugénio Raúl Zaffaroni.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia de pesquisa utilizada, até o momento, é pesquisa bibliográfica, utilizamos livros de diversos autores para o conhecimento da matéria discutida.

A análise é bibliográfica e documental. Para melhor consistência de análise, serão utilizados os conceitos de Bardin, que apresenta a utilização da análise de conteúdo em três fases fundamentais: a pré análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados:

“Na primeira fase é estabelecido um esquema de trabalho que deve ser preciso, com procedimentos bem definidos, embora flexíveis. A segunda fase consiste no cumprimento das decisões tomadas anteriormente, e finalmente na terceira etapa, o pesquisador apoiado nos resultados brutos procura torná-los significativos e válidos” (BARDIN, 1994, p.226).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No desenrolar deste artigo, foi possível trazer elementos importantes para a discussão da temática da assistência jurídica gratuita como forma de acesso à justiça, oportunidade em que foram abordados vários conceitos e posições de diversos autores sobre a composição e evolução deste direito, sem perder de vista as influências para a conquista de uma melhor qualidade de vida em sociedade.

Na lei maior do nosso país a acessibilidade à justiça toma forma principalmente em seu artigo 5º incisos XXXV e LXXIV. Impondo que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito” e que o Estado tem o dever de prestar assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados.

Com isto, as pessoas podem buscar o exercício de seus direitos. E é nesse momento que entra em cena o papel das Assistências Judiciárias Gratuitas que visam garantir a consolidação do acesso à justiça e da democracia para todos.

Para a consolidação democrática deste direito é preciso que sejam assegurados pelo Estado mecanismos apropriados que viabilizem o acesso à justiça quando houver lesão ou ameaça de lesão de tais direitos.

A atuação desta Assistências Judiciárias Gratuitas no cenário jurídico atual, mostra-se fundamental para a consolidação do direito fundamental do acesso à justiça. Até porque, a ida dos cidadãos aos referidos órgãos não significa tão somente o fato de judicializar uma questão, mas muitas vezes para que possam ter

ciência de seus direitos, para soluções extrajudiciais de determinados conflitos, entre outros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, podemos concluir que a assistência jurídica gratuita e integral pode ser de maneira geral, compreendida como instrumento de efetivação dos direitos humanos. A luta para a plena efetivação do acesso à justiça é de todos e esse acesso quando efetivo visa dar condições iguais e possibilidade de interagir de forma técnica com o Judiciário, exercendo assim, a cidadania plena dos desvalidos em geral.

Deve haver a criação de possibilidades para o enfraquecimento dos obstáculos do acesso a justiça para que o tão aspirado acesso a uma ordem justa, célere e condigna à dignidade da pessoa humana possa tornar-se uma realidade concreta, máxime para os necessitados para quem o efetivo acesso à justiça ainda constitui uma meta a ser conquistada. É justamente aqui que a assistência jurídica gratuita se faz importante, permitindo que aqueles que não possuem condições econômicas possam ter acesso ao conhecimento de seus direitos e também tê-los defendidos perante o judiciário quando necessário.

Importante, neste contexto, ressaltar que se houver qualquer tipo de condição ou exigência que impossibilite ou inviabilize o acesso à justiça, seja de forma direta ou indireta, constituirá violação ao princípio constitucional do acesso à justiça ou inafastabilidade da jurisdição. E para evitar esta violação a constituição elencou a assistência jurídica gratuita e integral como ferramenta importante para reivindicação dos direitos e como um mecanismo de ampliação do acesso à justiça.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cleber Francisco. Justiça para todos! Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2006.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições Setenta, 1994.

BARBOSA, Claudia Maria. O Processo de Legitimação do Poder Judiciário Brasileiro. Disponível em Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/XIVCongresso/080.pdf> Acesso em 3 de agosto de 2016.

BRASIL, Constituição, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 2015.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito Constitucional. 15ª Ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

LAFER, Celso. A reconstrução dos Direitos Humanos. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MOTTA, Luiz Eduardo. Acesso à Justiça, Cidadania e Judicialização no Brasil. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/36/eduardo_36.pdf. Acesso em 3 de ago 2016.

SADEK, Maria Tereza. Acesso à Justiça. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.

SILVA, José Afonso da. Comentário contextual à Constituição. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

ZAFFARONI, Eugénio Raúl. Poder judiciário: crises, acertos e desacertos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

**PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: UMA FORMA DE IMPLEMENTAR O
DESENVOLVIMENTO LOCAL COM VERBAS FEDERAIS NA CIDADE DE RIBEIRÃO
CORRENTE**

*MORE EDUCATON PROGRAM: A WAY TO IMPLEMENT LOCAL DEVELOPMENT
WITH FEDERAL FUDING IN RIBEIRÃO CORRENTE CITY*

Sessão temática: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas.

SANTANA, Taíse Helena de
Mestranda - Uni-FACEF
taiseh@hotmail.com

SOUZA, Elisângela Ângelo de
Mestranda - Uni-FACEF
elisangelaangelosouza@gmail.com

BANDOS, Melissa Franchini Cavalcanti
Doutora - Uni-FACEF
melissafcb@gmail.com

Resumo

O objetivo principal deste artigo é analisar o Programa Mais Educação na cidade de Ribeirão Corrente-SP, enquanto política pública que visa à implantação de escola de tempo integral, como forma de melhoria do processo educacional e de desenvolvimento local. As escolas que aderiram ao programa receberam treinamento para potencializar os resultados positivos do programa e terão avaliados: a taxa de abandono escolar, as notas dos estudantes e o rendimento (participação) do aluno em aula. Trata-se de pesquisa qualitativa exploratória, com revisão bibliográfica para fundamentação teórica, e explanação do assunto em questão, além disso, foi feita uma entrevista semiestruturada com a gestora de uma das escolas municipais da cidade, visando compreender o processo de adesão e gestão do programa. O desenvolvimento local é também resultado da educação, portanto, a iniciativa da União impactará no crescimento municipal. O investimento do programa está sob responsabilidade da escola, que é fiscalizada por um conselho gestor, que também participa da tomada de decisões sobre o gasto. Embora, o resultado em curto prazo não seja percebido por meio das avaliações, o programa através do investimento direcionado e utilizado pela escola promove contratações de profissionais, aquisições de matéria prima e equipamentos, fazendo girar a economia local.

Palavras-chave: Programa Mais Educação, Política pública, Desenvolvimento.

Abstract

The main objective of this paper is to analyze the More Education Program in the city of Ribeirão Corrente-SP as a public policy aimed at establishment of full-time school, as a way to improve the educational process and local development. Schools that have joined the program received training to enhance the positive results of the program and will be evaluated: the school dropout rate, the notes of the students and the yield (interest) of the student in class. This is an exploratory qualitative research with literature review for theoretical background and explanation of the subject matter, moreover, it was made a semi-structured interview with the management of the municipal schools of the city, to understand the accession process and management program. Local development is also a result of education, therefore, the Union's initiative will impact on municipal growth. The investment program is under the responsibility of the school, which is overseen by a management board, which also participates in making decisions on spending. Although the results in the short term is not perceived through the evaluations, the program through targeted and used by the school promotes investment professionals contracting, procurement of raw materials and equipment, turning the local economy.

Keywords: More Education Program, Public Policy, Development.

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas visam identificar problemas na sociedade e resolvê-los de forma conjunta para atender as necessidades de uma coletividade. Desta forma, o presente artigo tem por objetivo principal analisar o Programa Mais Educação, na cidade de Ribeirão Corrente-SP, enquanto política pública que visa à implantação de escola de tempo integral, como meio para solução de outros problemas sociais consequentes de falhas no sistema nacional de educação e correção de possíveis desvios sociais ocasionados pela evasão escolar e pela baixa escolaridade dos munícipes.

Num âmbito regionalizado este trabalho visa examinar a influência das políticas públicas para o processo de desenvolvimento econômico local.

O foco do artigo está em analisar a implementação do programa na cidade de Ribeirão Corrente, como forma de melhoria do processo educacional e de desenvolvimento local, buscando manter as crianças na escola por mais tempo, aproveitando o tempo ocioso em atividades complementares dentro da escola, desenvolvendo atividades extracurriculares de forma atrativa e divertida, pois com a aplicação do art. 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho infantil e só permite a contratação como aprendiz a partir dos catorze anos de idade, muitas vezes a criança acaba desenvolvendo hábitos impróprios enquanto não está na escola.

O Mais Educação é realizado com verbas federais, além do custeio de materiais e equipamentos, o programa gera também emprego de mão de obra e giro na economia local, pela forma de aplicação, pois para o desenvolvimento das atividades, a escola precisa de monitores que tutoram as atividades dos participantes.

Como objetivos específicos são apresentados: verificar a aplicação dos recursos adquiridos através do programa; analisar o desempenho dos alunos através das suas notas e identificar a adesão e a participação dos alunos nas atividades complementares.

Trata-se de pesquisa exploratória, com revisão bibliográfica para fundamentação teórica, para tal, foram estudados aspectos relacionados ao desenvolvimento econômico e local, as políticas públicas principalmente as focadas na área de educação, o Programa Mais Educação e sua aplicação em duas escolas na cidade de Ribeirão Corrente – SP.

Assim, este trabalho está estruturado em cinco seções: a segunda seção trata de desenvolvimento econômico e desenvolvimento econômico local; a terceira aborda algumas políticas públicas em educação como meio para o desenvolvimento local, na quarta são descritos procedimentos em relação ao Programa Mais Educação; a quinta seção explica a metodologia utilizada e; a seção seis demonstra alguns resultados do programa na cidade de Ribeirão Corrente.

1 TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Este estudo inicia-se com o resgate de alguns conceitos de desenvolvimento, para compreensão da importância do programa contextualizando com desenvolvimento local. As contribuições clássicas usualmente definem desenvolvimento econômico e para tal são referenciados os teóricos Adam Smith, Malthus, Celso Furtado. Adentrando um pouco mais a seara do desenvolvimento busca-se o foco no desenvolvimento global ocasionado pela educação e para tal são estudados alguns autores contemporâneos também.

Adam Smith, conhecido pela expressão “mão invisível do mercado”, defende a não intervenção do Estado, como meio de promover o desenvolvimento. Ele associa a riqueza como sendo produzida pelo trabalho, e não algo que está pronto. Assim, para ele, a riqueza seria a capacidade do país em gerar bens e serviços desejados pela sua população, através do trabalho transformando a natureza, e um fator determinante de riqueza seria então a capacidade de produtividade no trabalho.

No século XVIII, Malthus (1789) despertou a todos para um possível crescimento acelerado da população frente aos recursos naturais limitados, que poderiam comprometer a evolução do homem, trazendo uma constante oscilação entre a prosperidade e a miséria. O autor, demonstrava preocupação com o esgotamento da terra em sua capacidade de produzir alimentos, que crescia de maneira linear, enquanto que os seres humanos com seus impulsos naturais cresceriam de maneira acelerada e até incontrolável. E para impedir esse caos, verifica-se a necessidade de encontrar mecanismos que controle o crescimento da população.

Nas contribuições contemporâneas, Furtado (1963) “do ponto de vista econômico, desenvolvimento é, basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento da quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade”. Muitas vezes é através da renda que se tem acesso à educação, a saúde, ao lazer, entre outros serviços necessários para o progresso de um indivíduo e sociedade.

Enquanto que o desenvolvimento local é promovido através da estratégia de potencializar os recursos disponíveis em determinada localidade. Paula (2009, p.2) aponta o reconhecimento e a valorização dos ativos locais potencialidades a serem desenvolvidas para promoção do desenvolvimento local.

Assim, o local precisa identificar e valorizar os ativos locais e da região. Para promover o desenvolvimento local, é preciso fundamentalmente de união e cooperação entre os atores locais. Como também, a educação é essencial para a promoção do desenvolvimento local.

De acordo com González (2009), o desenvolvimento local deve ser global e integral, e acontece a partir da iniciativa de base de um grupo específico que aplica soluções concretas a partir dos recursos que tem.

O trabalho por si só, não proporciona riqueza ao trabalhador, gerando muitas vezes uma apropriação por outros desta riqueza criada. Assim, o desenvolvimento econômico não está disponível para todos, mas para poucos. Para os dias atuais, pode-se mencionar aqui alguns debates relevantes: a desigualdade de renda, a criminalidade, drogas e acesso a educação. Em um cenário altamente capitalista, são ressaltados fatores como: o “ter”, o consumo e o poder. E o caminho encontrado por muitos, tem sido a criminalidade, o tráfico, em que as crianças muitas vezes têm sido protagonistas.

A educação é um tema em transformação, que resgata e pode neutralizar o risco na vida da criança. Por isso, o acesso à educação possibilita o desenvolvimento econômico.

Assim, devemos à parceria o desenvolvimento de algumas teorias especificamente educacionais relativas ao crescimento da instrução, certa estrutural intelectual que abranja não mais a qualidade do que a quantidade do produto das escolas. Como profissão, nosso conhecimento do desenvolvimento educacional é extenso porque, afinal de contas, temos sido responsáveis por ele, mas é discreto, individual, concreto e difundido por todo mundo. (BEEBY, 1973. p.58 e 59)

O autor vem chamar atenção para as contribuições feitas ao desenvolvimento educacional, que poderia ser maior se houvesse um esforço em reuni-las em um conjunto com as teorias educacionais, ou seja, o conhecimento precisa ser difundido e articulado de maneira sistêmica. O desenvolvimento não ocorre apenas na vertente econômica, ele é ocasionado por diversos fatores, entre eles a educação que relaciona-se diretamente com a formação de cidadãos esclarecidos e participativos no processo social, isso ocasiona profundas mudanças, gerando uma cultura democrática e solidária (DIAS; MATOS, 2013 p. 162).

É sabido que a propagação do conhecimento ocasiona o desenvolvimento global e a qualidade na educação, conseqüentemente, melhora a qualidade de vida das pessoas. A partir do momento que as pessoas tomam consciência do seu papel social no contexto do desenvolvimento, que vem de um processo educativo, elas passam a entender que seu papel na sociedade deve ser participativo e gestor, e não apenas de usuário dentro do processo (GOES; MACHADO, 2013 p. 644).

Desta forma, ao abordar o Programa Mais Educação do Governo Federal, como de fato é proposto, verifica-se que há um sistema integrado e disponível para as escolas Municipais, Estaduais e do Distrito Federal, com relação ao desenvolvimento. Esse programa Mais Educação, portanto deve ser visto como uma

política pública, direcionada a tratar ou neutralizar um “caos” social, pois a mudança se inicia na formação do indivíduo e quando este torna-se um agente contribui para o desenvolvimento local de forma articulada, não somente no aspecto econômico, mas também social, sustentável em um processo crescente de evolução.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Entendendo a educação como fator de mudança social e desenvolvimento, volta-se o foco para as ações gerais relacionadas à promoção da educação, enquanto direito universal.

A Constituição Federal em seu Art. 205 enuncia “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Sendo a educação direito de todos e dever do Estado, deve ser entendida como um fim, que necessita de políticas públicas para o seu alcance. Sob este olhar, torna-se necessário compreender o que são políticas públicas e sua relação com a educação.

Souza (2007, p. 69) resume política pública como: “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável independente)”.

Gonçalves (2006, p. 94) diz que “as políticas públicas visam produzir efeitos, realizar metas, proporcionar bens e serviços à população”. Embora, o Estado seja protagonista no estabelecimento de políticas públicas, na abordagem multicêntrica (SECCHI, 2010), existem vários atores no processo de determinação de quais serão as políticas públicas trabalhadas, elas são meios utilizados para o alcance de um objetivo, de forma eficaz e eficiente para enfrentar problemas públicos.

No âmbito da educação há políticas públicas e o Programa Mais Educação, em questão, visa a implantação de educação em tempo integral, esta modalidade educacional tem entre seus objetivos de acordo com Leclerc e Moll (2012) que abordam o enfrentamento das desigualdades sociais e, conseqüentemente, das desigualdades educacionais. O que corrobora com os objetivos iniciais do trabalho de demonstrar a utilização dos benefícios do programa como meio de melhoria na qualidade de vida das pessoas e no desenvolvimento local, já que as políticas públicas são tidas como um meio de diminuição das desigualdades.

3 PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

O Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, com foco na ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral, foi pensando em 2008 para as grandes metrópoles. As finalidades do programa estão estabelecidas no Art. 2º da Portaria Interministerial 17/2007:

O Programa tem por finalidade:

I - apoiar a ampliação do tempo e do espaço educativo e a extensão do ambiente escolar nas redes públicas de educação básica de Estados, Distrito Federal e municípios, mediante a realização de atividades no contra turno escolar, articulando ações desenvolvidas pelos Ministérios integrantes do Programa;

II - contribuir para a redução da evasão, da reprovação, da distorção idade/série, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria de condições para o rendimento e o aproveitamento escolar;

III - oferecer atendimento educacional especializado às crianças, adolescentes e jovens com necessidades educacionais especiais, integrado à proposta curricular das escolas de ensino regular o convívio com a diversidade de expressões e linguagens corporais, inclusive mediante ações de acessibilidade voltadas àqueles com deficiência ou com mobilidade reduzida;

O primeiro critério para aderir ao programa é ter no mínimo sete horas aula/dia, ou seja, Educação Integral, isto é, o mínimo de aulas dias seria sete horas ou sete aulas/dia, ou 35 horas semanais, e não mais cinco aulas, ou cinco horas diárias e 25 horas semanais, com a oferta apenas das disciplinas do currículo comum; Português, Matemática, Ciência, História e Geografia.

Com o Programa Mais Educação, o currículo passa a ter atividades complementares que desenvolvem: esporte, cultura, leitura, arte, tecnologia, músicas entre outras modalidades e o currículo comum aborda um leque de ofertas de aprendizado, pois são acrescentadas duas horas aulas, no mínimo, e o próprio programa oferece atividades complementares e diversificadas, com algumas propostas obrigatórias e outras a serem trabalhadas de acordo com a preferência da escola.

Esse programa é voltado para as escolas das redes públicas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal, promovendo o acompanhamento pedagógico em: educação ambiental, esporte e lazer, direitos humanos em educação, cultura e artes, cultura digital, promoção da saúde, comunicação e uso de mídias, investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

Para a escola aderir ao programa deverá cadastrar-se no site: <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao>, a partir de então receberá as orientações para que seja possível a implantação do programa na escola. Por meio do site são disponibilizados o caderno ou o manual, “passo a passo Mais Educação” e demais orientações como: o público alvo, os profissionais responsáveis, o papel do professor comunitário/professor coordenador, os macro campos e as atividades.

Com adesão ao programa, de acordo com o projeto educativo da escola, serão escolhidas seis atividades, a cada ano, de forma que o recurso didático-pedagógico e financeiro previstos será publicado anualmente em manual específico relativo à Educação Integral. Dentro do que é estabelecido no projeto pedagógico, o Governo Federal tem o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em que o valor é depositado na conta da escola e só poderá ser utilizado para os projetos previstos no plano de trabalho. Tratam-se de recursos vinculados, que não poderão ser utilizados para outra finalidade senão aquela definida anteriormente. Para acontecer qualquer alteração no projeto inicial, será necessária autorização do conselho gestor da escola a partir de decisão colegiada. Porém, para aprovar qualquer alteração elas precisam ser pertinentes com as atividades anteriormente selecionadas no plano.

O Programa permite uma articulação, a partir da ampliação da jornada escolar, entre a política pública, equipamentos públicos e atores sociais que contribuam para a diversidade e riqueza dessa experiência inovadora e atrativa. Promovendo o acesso da criança à educação e diminuindo os riscos destas em envolvimento com a criminalidade.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir os objetivos propostos no trabalho realizou-se uma pesquisa bibliográfica para fundamentação conceitual, consultas em sites oficiais para obtenção de informações acerca do Programa mais educação e por fim uma entrevista semiestruturada com a gestora responsável pela implantação e execução do programa na escola.

A pesquisa bibliográfica permitiu compreender a relação entre os aspectos estudados, inter-relacionando o desenvolvimento local ocasionado pela educação de qualidade implementada a partir de uma política pública. Os filtros nos sites oficiais proporcionaram conhecimento das exigências para participação no programa.

Por fim a entrevista com a gestora do programa proporcionou a o entendimento da aplicação do conteúdo pesquisado anteriormente, pode-se perceber que todos os atos relacionados ao programa são minuciosamente documentados com fotos e relatórios que podem ser consultados a qualquer momento na instituição.

5 RESULTADOS: O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO EM RIBEIRÃO CORRENTE (SP)

A cidade de Ribeirão Corrente-SP fica localizada no interior do estado de São Paulo, a 450 km da capital, com 4.273 mil habitantes conforme IBGE 2010, e possui quatro unidades escolares, sendo uma unidade pertencente ao estado a “Escola Estadual Nenê Lourenço”, e as outras unidades de competência do município, o Quadro 1 representa a categoria e modalidade de ensino de cada uma delas:

Quadro 1: Ribeirão Corrente-SP: Unidades Escolares

Escolas	Nome	Ensino	Bairro
Municipais	Educação Básica Farid Salomão	Integral	Monte Alegre
Municipais	Educação Básica Farid Salomão	Comum	Centro
Municipais	Educação Básica Jornalista Granduque José	Integral	Centro
Estadual	Escola Ensino Médio Estadual Nenê Lourenço	Comum	Monte Alegre

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A escola Municipal, EMEB Farid Salomão, no bairro Monte Alegre, é um prédio que se divide em duas unidades com acessos e direção pedagógicas independentes: uma unidade opera em tempo integral, e a outra unidade trabalha com ensino de base comum. Enquanto que a Escola Municipal de Educação Básica Jornalista Granduque José, possui tanto o ensino tempo integral como o ensino comum, isto é, um sala de cada série 6º, 7º, 8º e 9º recebem o ensino de tempo

integral. A escola Estadual Nenê Lourenço de ensino médio fundamental oferece apenas o ensino de base comum.

O Programa Mais Educação é voltado para as escolas de tempo integral, portanto, condição básica para a escola se cadastrar ao programa é possuir ensino integral, caso contrário a escola fica impedida de se cadastrar.

As unidades escolares de ensino integral da cidade em questão estão cadastradas no programa desde 2014.

Em análise dos dados coletados, o Quadros 2 e o Quadro 3 apresentam resumidamente o histórico da escola com o Programa Mais Educação:

QUADRO 2: Ribeirão Corrente-SP - Programa Mais Educação na Escola EMEB Farid Salomão

Adesão	Números de Alunos	Idade dos Alunos	Início das atividades	Atividades do Plano	Recurso Disponível	Recurso Utilizado	Resultado do Programa Mais Educação
2013	120	06 a 10 anos	2014	Cultura arte Educação Patrimonial (artesanato, recreação, laser, brinquedoteca, dança, alfabetização e letramento, horta), tecnologia educacional, iniciação musical e instrumento de cordas e natação e aulas obrigatórias de leitura.	R\$ 50.000,00	R\$ 31.000,00	1- Participação dos alunos; 2 - Escola sem ausência registrada; 3 - Aderência de atividades complementares de 100% dos alunos; 4 - Acompanhamento dos pais;
2014	120	6 a 10 anos	2015	Cultura arte Educação Patrimonial (laser, brinquedoteca, dança, alfabetização e letramento, horta), tecnologia educacional, iniciação musical e instrumento de cordas e natação e aulas obrigatórias de leitura.	R\$ 50.000,00	R\$ 27.500,00	1- Participação dos alunos; 2 - Escola sem ausência registrada; 3 - Aderência de atividades complementares de 100% dos alunos; 4 - Acompanhamento dos pais; 5 - Três casos de crianças em risco com a criminalidade, o ensino de tempo integral neutralizou. 6 - Elevação da nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB, de 4,9 em 2014 para 5,8 em 2015.
2015	120	6 a 10 anos	2016	Orientação de estudo e leitura, tecnologia educacional, iniciação musical e instrumentos de cordas e natação.	R\$ 50.000,00	Não liberado	1- Participação dos alunos; 2 - Escola sem ausência registrada; 3 - Aderência de atividades complementares de 100% dos alunos; 4 - Acompanhamento dos pais;



QUADRO 3: Ribeirão Corrente-SP - Programa Mais Educação na Escola EMEB Granduque José

Adesão	Números de Alunos	Idade dos Alunos	Início das atividades	Atividades do Plano	Recurso Disponível	Recurso Utilizado	Resultado do Programa Mais Educação
2013	105	10 a 15 anos	abr/14	Cultura arte Educação Patrimonial: Banda e Futsal. Obrigatórias: Leitura; Complementar: Produção textual e matemática	R\$ 50.000,00	R\$ 30.102,25	1- Participação dos alunos; 2 - Mudança positiva comportamental; 3 - Alunos descobrem gosto pela música, pela dança, pelo esporte, pelo artesanato e pela horta; 4 - Acompanhamento dos pais; 5 - Superação no objetivo da avaliação do Ideb, objetivo 4,8, nota alcançada 4,9.
2014	115	10 a 15 anos	2015	Cultura arte Educação Patrimonial: Judo e Futsal. Obrigatórias: Leitura; Complementar: Produção textual e matemática	Recurso não liberado	Utilizou recursos do ano anterior.	1- Participação dos alunos; 2 - Escola sem ausência registrada; 3 - Aderência de atividades complementares de 100% dos alunos; 4 - Acompanhamento dos pais; 5 - Três casos de crianças em risco com a criminalidade, o ensino de tempo integral neutralizou. 6 - Elevação da nota do
2015	0		2016		Recurso não liberado	sem recurso	No ano de 2016 a escola operou apenas em ensino comum. Sem recursos financeiros a escola não pode manter a oferta do ensino fundamental.

O município de Ribeirão Corrente, guarda no seu histórico a relação com a agropecuária, ou seja, o desenvolvimento econômico ocorre por meio principalmente da zona rural, e os serviços são bem restritos, como por exemplo, a educação. O ensino de tempo integral retira as crianças das ruas, promove além do aprendizado, a segurança, pois, na rua elas estão vulneráveis e expostas a todo evento que não seja interessante.

O programa alcança seu principal objetivo, pois, contribui para a formação integral das crianças, adolescentes e jovens, articulando diferentes ações e projetos, como também políticas setoriais envolvidas e fundamentalmente possibilita a todos o “Direito de aprender”.

Assim, o programa, promove a inclusão social destas crianças, pois, em sua maioria, pertencem a famílias com rendas de até dois salários mínimos, e raramente teriam acesso a aulas de informática, natação, dança, futsal, leitura, música, entre outros acesso possibilitados pelas modalidades ofertadas no Mais Educação.

A prefeitura Municipal da cidade apoia o programa fornecendo estagiários e colaborando sempre que necessário.

Por meio da coleta de dados e análise dos arquivos, fotos e relatórios, foi possível identificar que as crianças tem se posicionado de maneira ativa dentro deste processo de aprendizagem, com uma postura participativa e envolvimento em todas as disciplinas complementares, inclusive com reivindicações, o que permitiu aumentar o IDEB (ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA), a escola estava com nota abaixo da meta, com o Programa Mais Educação a nota de ambas as escolas superaram a nota estipulada como objetivo.

As escolas municipais de Ribeirão Corrente iniciaram as atividades do Programa Mais Educação em abril de 2014, porém, no atual ano, 2016, apenas a escola EMEB Farid Salomão continua a trabalhar com o ensino de tempo integral, pois, a escola Granduque José, não conseguiu a liberação dos recursos financeiros do programa Mais Educação, voltando assim, a oferecer o ensino de base comum, como antes do programa.

CONCLUSÃO

Verificou-se após pesquisa que uma política pública bem direcionada, disponível e aplicada à educação, pode revolucionar uma escola em uma cidade do interior, distante da capital, sem atrativos significativos, com uma renda per capita relativamente baixa, trazendo o desenvolvimento local, como no caso de Ribeirão Corrente (SP). O Programa Mais Educação além de retirar as crianças das ruas, permite a elas mais do que educação, pois as insere em um mundo interdisciplinar, em que se relacionam, interagem e, acima de tudo participam.

Fazendo uma relação com a teoria Smithiana, (Adam Smith, 1988) que diz que a riqueza não está pronta, ela precisa ser gerada. O Programa Mais Educação propicia a essas duas escolas uma geração de riqueza, não com produção de bens e serviços em larga escala, mas com a inserção de aproximadamente duzentos e vinte e cinco alunos, com faixa etária entre 6 e 17 anos, em projetos educativos permitindo o acesso a cultura em geral.

Pertencentes a uma comunidade de aproximadamente quatro mil habitantes, cujo sustento é retirado das lavouras de café, principal atividade local, essas crianças passaram por transformações. Por meio das entrevistas e das visitas nas escolas, identificou-se que o desenvolvimento humano é gerado e que está sendo construído. Assim, o objetivo do Programa Mais Educação é alcançado.

E as escolas de tempo integral municipais, “EMEB Farid Salomão” e “EMEB Jornalista Granduque José”, permite a conclusão de que o Programa Mais Educação trouxe contribuições fundamentais para o ensino Integral, para o desenvolvimento local e para o desenvolvimento humano. Com as atividades complementares, os alunos permanecem mais tempo na escola, fortalecendo os laços escolares, fazendo com que o aluno se interesse pelos assuntos da escola, incentivando os alunos e professores para as diversas possibilidades que tem o processo Ensino- Aprendizagem. Além disso, estando mais engajados nos projetos da escola, os alunos poderão exercer melhor sua cidadania futuramente.

Contudo, como foi visto no Quadro 2, a escola Granduque José, por falta de recursos financeiros não conseguiu manter o ensino de tempo integral. Logo, alguns questionamentos surgiram ao longo deste estudo: o Programa Mais Educação, promove a Escola Integral, amplia a oferta de disciplinas, a escola fica equipada, entre outros benefícios, mas como sustentar este programa? O custeio deste projeto ocorre pela esfera federal. Como o governo estadual ou municipal, poderia assumir o custeio deste, quando fosse necessário? Estes são possíveis problemas para discussão em um próximo estudo, despertando para o desenvolvimento econômico bem como, para o envolvimento de políticas públicas neste processo.

REFERÊNCIAS

BEEBY, C.E. *Educação e Desenvolvimento Econômico*. 2ª Edição Zahar Editores, 1973. P.58 E P.59.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, outorgada em 5 de dez. de 1988. Brasília: publicada pela Subsecretária de Edições Técnicas do Senado Federal, 2008.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. Políticas Públicas – *Princípio, Propósitos e Processos*. São Paulo: Atlas, 2012. pp. 132-176

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963. p. 115.

GONÇALVEZ, Alcindo. *Políticas Públicas e Ciência Política*. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (org) *Políticas Públicas Reflexões sobre o conceito*. São Paulo: Saraiva, 2006.pp.75-96

GOES, Flávia Temponi; MACHADO, Lucília Regina de Souza. *Políticas educativas, intersectorialidade e desenvolvimento local*. Educ. Real., Porto Alegre, v. 38, n. 2, p. 627-648, jun. 2013. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-



62362013000200016&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 17 Nov. 2015.
<http://dx.doi.org/10.1590/S2175-62362013000200016>.

GONZÁLEZ, Román Rodríguez. *La escala local del desarrollo*. Definición y aspectos teóricos. RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico, v. 1, n. 1, 2009.

LECLERC, Gesuína de Fátima Elias; MOLL, Jaqueline. *Programa Mais Educação: avanços e desafios para uma estratégia indutora da Educação Integral e em tempo integral*. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 45, p. 91-110, jul./set. 2012. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n45/07.pdf>. Acesso em: 04.10.2015

MALTHUS, Thomas. (1789). *Ensaio sobre a população*. São Paulo: Abril Cultural, 1996 (Coleção Economistas). p.246.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Portaria Interministerial nº 17, de 24 de Abril de 2007. Governo Federal. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2446-port-17-120110&category_slug=janeiro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 02.10.2015

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Programa Mais Educação Passo a Passo. 2011. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8168-e-passo-a-passo-mais-educacao-18042011-pdf&category_slug=junho-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em 02.10.2015

PAULA, J. de. *Políticas de apoio ao desenvolvimento local*. Disponível em:<<http://www.cidades.ce.gov.br/pdfs/politicas.dpf>>.

SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas*. Conceitos, Esquema de análise, Casos Práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SOUZA, C. *Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas*. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. Pp. 65-85.



**PROSPECÇÃO DE CENÁRIOS PARA O SETOR DA AGRICULTURA FAMILIAR NA
CIDADE DE PASSOS - 2017 / 2021**

Prospecting scenarios for the sector of Family Farming in the city of Passos - 2017/2021

Sessão temática: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas.

EVANGELISTA, João Marcos Fernandino
Centro Universitário Municipal de Franca Uni-FACEF
Graduado em Administração de Empresas, Pós Graduado em Logística Estratégica e Mestrando
em Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional, Professor.
joao.evangelista@ifsuldeminas.edu.br

ALVARENGA, Fabiana Cristina da Silveira
Centro Universitário Municipal de Franca Uni-FACEF
Graduada em Direito, Pós Graduada em Direito Tributário e Mestranda em Políticas Públicas e
Desenvolvimento Regional, Professora.
fabianacsalvarenga@hotmail.com

MACHADO NETO, Alfredo
Centro Universitário Municipal de Franca Uni-FACEF
Doutor em Administração
alfredo@facef.br

Resumo

O Brasil é o maior país da América do Sul e o quinto maior país do Mundo em extensão territorial, cerca de 8,5 milhões e meio de quilômetros quadrados. Com uma abundância de chuvas em boa parte do território nacional, nosso país foi agraciado pela diversidade climática favorecendo a existência de uma rica biodiversidade. O presente estudo tem como escopo fazer uma análise conceitual da Agricultura com ênfase na Agricultura Familiar. A justificativa pelo qual foi abordado este tema nesta pesquisa científica é analisar quais seriam os seus benefícios e desafios, bem como programas voltados ao desenvolvimento através de políticas públicas e privadas, a partir de uma prospecção de cenários entre o período de 2017 a 2021. O presente artigo traz como problema de pesquisa o seguinte questionamento, de que forma podemos e devemos aproveitar toda essa imensidão de espaço territorial produtivo, agregando valor aos produtos, produtores e gerando desenvolvimento local e regional através da Agricultura Familiar? Abordando como metodologia, a pesquisa bibliográfica, investigação e levantamento de eventos, bem como Impactos cruzados e abordagem analítica, e através dessas análises, os principais resultados identificados foram que as forças motrizes do sistema através dos eventos sugeridos, deverão ter uma maior atenção por parte dos analistas e dos gestores da empresa, na formulação das estratégias e nas tomadas de decisões diante dos inúmeros desafios.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Desenvolvimento, Prospecção.

Abstract

Brazil is the largest country in South America and the fifth largest country in the world in area, about 8.5 million and a half square kilometers. With an abundance of rainfall in much of the country, our country was awarded the climatic diversity favoring the existence of a rich biodiversidade. O present study has the scope to make a conceptual analysis of agriculture with emphasis on Family Agriculture. The justification for which he approached this subject in this scientific research is to analyze what are its benefits and challenges, as well as programs aimed at development through public and private policies, from a prospective scenarios for the period from 2017 to 2021. The this article brings as research problem the following question, how we can and should take advantage of all this immensity of productive territorial space, adding value to products, producers and generating local and regional development through Family Farming? Addressing how methodology, literature review, research and survey events and crossed impacts and analytical approach, and through these analyzes, the main results identified were the driving forces of the system through the suggested events, should have a greater attention analysts and company managers in the formulation of strategies and making decisions on the numerous challenges ..

Keywords: Family farming, Development, Prospection.

INTRODUÇÃO

A dimensão da agricultura familiar é bastante expressiva. Segundo o Censo Agropecuário 2006, em Minas Gerais possuía 437.415 estabelecimentos da agricultura familiar (79% do total dos estabelecimentos agropecuários), ocupando mais de 1,1 milhão de trabalhadores.

Dessa forma, justifica-se o presente estudo, com o intuito de refletir sobre o conceito da categoria “agricultura familiar”, evidenciada depois das transformações de um mundo globalizado e conseqüências do êxodo rural, suas necessidades de adequação aos novos procedimentos produtivos e às principais mudanças.

O objetivo é demonstrar o quanto a intervenção do Estado auxilia no desenvolvimento produtivo dessas famílias criando um novo cenário positivo no desenvolvimento e reprodução social através da implantação do Programa PNAE e PAA. Para nos auxiliar em tal reflexão, far-se-á necessário trabalhar com prospecção de cenário, para demonstrar as possibilidades e probabilidades referentes aos eventos interligados ao tema principal.

No primeiro tópico, tratar-se-á da Prospecção de Cenários voltada a Agricultura Familiar analisando os seus desafios e suas perspectivas. Já no segundo tópico, aborda-se a questão conceitual da Agricultura familiar fazendo uma análise na identificação dos processos de organização produtiva dos envolvidos bem como a organização de regras e procedimentos estabelecidos. No Terceiro e último tópico aborda-se o Encontro da Agricultura Familiar com a Alimentação Escolar, e sua trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010.

O presente trabalho pretende analisar a importância da categoria “agricultura familiar” bem como seu desenvolvimento através de políticas públicas voltadas ao seu reconhecimento como um “braço” produtivo quando bem orientado e introduzido no mercado local através de políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

1. Prospecção de Cenários

Desde sempre o homem demonstra curiosidade e preocupação em conhecer o futuro. Levamos em consideração algumas passagens do Antigo e Novo Testamento, histórias sobre a Idade Média, no Renascimento Italiano, no século XVIII com as obras de Pierre Maupertuis, matemático francês, no século XIX com a revolução industrial na Inglaterra e o surgimento do pensamento racionalista-mecanicista sustentado nas obras de Descartes, Locke, Espinosa, Newton e Darwin e no século XX com o romancista e futurólogo inglês Herbert George Wells, associando fatos do presente com ficção científica (MORITZ et al., 2010, p. 4).

Já no Brasil, de acordo com Marcial e Grumbach (2008, p. 31), a prática de elaboração de cenários é relativamente recente. As primeiras empresas a utilizarem tal prática foram o BNDES, a Eletrobrás, a Petrobrás e a Eletronorte, em meados da década de 1980, em função de operarem com projetos de longo período de maturação, o que exigia uma visão de longo prazo.

E no final dos anos 1980 e início dos 90, foram feitos outros estudos prospectivos no Brasil. Buarque (1998 apud MARCIAL; GRUMBACH, 2008, p. 31-32) relata as iniciativas do CNPq em 1989, da Finep em 1992 e da Seplan-PR com o Projeto Áridas em 1994, que possuíam diferentes enfoques e cortes setoriais, temáticos ou espaciais.

Dessa forma, a palavra “prospectiva” foi utilizada pela primeira vez pelo então filósofo e pedagogo Francês Gaston Berger em sua obra *A atitude prospectiva*, de 1957, onde estabeleceu parâmetro entre um futuro desejável para o mundo.

A velocidade e a necessidade da busca pelo conhecimento, assim como sua aplicação em forma de sobrevivência organizacional, implica resultando em rápidas transformações no ambiente, nem sempre previsíveis, porém exigindo posturas diferentes dos gestores em diversos setores, bem mais instáveis que outrora (MORITZ, 2008, p. 69).

É essencial a busca por caminhos que levam ao planejamento de novas estratégias para as organizações, bem como a importância da tomada de decisão na hora oportuna, e a prospecção de cenários representa um recurso significativo para se visualizar e formular situações futuras.

Dessa forma, a prospecção de cenários nada mais é que um meio que a ciência se utiliza para sondar o tempo, considerando os seus atores e suas variáveis, com o escopo de buscar entender por sua vez o futuro e o seu destino neste complexo universo em que o ser humano busca fazer todas as suas análises (MORITZ et al., 2010, p.2).

Faz-se necessário ressaltar que, a elaboração de cenários não é apenas um simples exercício de predição, e sim um imenso esforço quanto a descrever situações de forma consistente, quanto ao seu futuro cenário com ênfase nos fatores relevantes quanto às tomadas de decisões necessários (WRIGHT, 2010, p. 59).

A tomada de decisão é algo de grande importância dentro das organizações, uma decisão incorreta, pode levar a duras consequências e é nesse viés que o ato de decidir, significa basicamente escolher uma dentre várias alternativas de ação que se oferecem para alcançar determinado propósito e renunciar a todas as outras. Toda decisão é, portanto, um processo que envolve simultaneamente escolha e renúncia (ABRAMCZUK, 2009, p. 27).

Decidir é um dos atos humanos mais realizados todos os dias, muitas vezes sem a percepção do seu exercício – desde decisões simples e com consequências triviais até casos que, pela complexidade e grande responsabilidade, traduzem momentos marcantes na vida e interferem no sono e na qualidade de vida (YU et al., 2011, p. 3).

A cadeia de reflexões e ações que se estende entre o instante em que ocorrer a percepção da necessidade de agir e o momento em que se escolhe uma linha de ação é denominada processo de decisão (ABRAMCZUK, 2009, p. 43).

A técnica de cenários, que auxilia o administrador no processo de tomada de decisão, é um conjunto formado pela descrição coerente de uma situação futura e pelo encaminhamento imaginado e criado dos acontecimentos que permitem passar da situação de origem à situação futura (GODET, 1993 apud MORITZ; PEREIRA, 2005, p. 2).

A finalidade dos cenários é, consoante Heijden (apud MORITZ et al., 2009, p. 5), “ampliar a compreensão do sistema, identificar os elementos predeterminados e descobrir as conexões entre as várias forças e eventos que conduziam esse sistema, o que levaria a uma melhor tomada de decisão”.

Heijden (2009, p. 35) reafirma que “a qualidade da decisão não pode ser medida pelo resultado, mas tão-somente pelo modo como se chegou a ela, isto é, por quão habilidoso e vigilante se foi ao se tomar a decisão”.

Entendemos que o processo de tomada de decisão é uma das maiores responsabilidades do administrador de uma organização, qualquer deslize compromete consideravelmente a “saúde” política econômica das organizações.

2. Agricultura Familiar

Conceituar agricultura familiar, não é tarefa fácil, pois esse conceito foi alterando com o passar do tempo. Agricultura familiar é vista como o cultivo da terra por parte de uma família, onde os agricultores são gestores e trabalhadores das suas próprias terras. Já para a Previdência Social, o conceito de agricultura familiar é todo indivíduo ou os membros do grupo familiar que se enquadram nas condições descritas no Art. 9º inciso VII do Regulamento da Previdência Social¹.

¹ Art.9º. São segurados obrigatórios da previdência social as seguintes pessoas físicas:

VII - como segurado especial - o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o pescador artesanal e seus assemelhados, que exerçam suas atividades, individualmente ou em regime de economia familiar, com ou sem auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de dezoito anos de idade ou a eles equiparados, desde que trabalhem comprovadamente com o grupo familiar respectivo.

VII - como segurado especial: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, na condição de: (Redação dada pelo Decreto nº 6.722, de 2008).

a) produtor, seja ele proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade: (Incluído pelo Decreto nº 6.722, de 2008).

1. agropecuária em área contínua ou não de até quatro módulos fiscais; ou (Incluído pelo Decreto nº 6.722, de 2008).

2. de seringueiro ou extrativista vegetal na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis, e faça dessas atividades o principal meio de vida; (Incluído pelo Decreto nº 6.722, de 2008).

b) pescador artesanal ou a este assemelhado, que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida; e (Incluído pelo Decreto nº 6.722, de 2008).

c) cônjuge ou companheiro, bem como filho maior de dezoito anos de idade ou a este equiparado, do segurado de que tratam as alíneas “a” e “b” deste inciso, que, comprovadamente, tenham participação ativa nas atividades rurais do grupo familiar. (Incluído pelo Decreto nº 6.722, de 2008).

c) cônjuge ou companheiro, bem como filho maior de dezoito anos de idade ou a este equiparado, do segurado de que tratam as alíneas “a” e “b” deste inciso, que, comprovadamente, tenham participação ativa nas atividades rurais ou pesqueiras artesanais, respectivamente, do grupo familiar. (Redação dada pelo Decreto nº 8.499, de 2015)

Agricultura familiar se diferencia de agricultura de subsistência porque nesta última a totalidade dos produtos é usada para a sobrevivência do agricultor e sua família. Ao contrário da agricultura comercial, na agricultura de subsistência os produtos não são vendidos.

Neste sentido, houve um grande avanço quanto ao conceito e a importância da agricultura familiar. Além de ser considerada atividade em que o trabalho dos membros daquela família é desenvolvido para a própria subsistência, além do núcleo familiar.

Entretanto, é necessário destacar que a produção familiar, além de fator êxodo rural e fonte de recursos para as famílias com menor renda, também contribui expressivamente para a geração de riqueza, considerando a economia não só na agricultura, mas do próprio país.

Para justificar esta afirmação, basta analisar a expressividade da atividade familiar quantificada pelo PIB, que estabelece consideravelmente, como a produção dos pequenos produtores realmente interfere na economia.

As estimativas do PIB relativo ao agronegócio familiar e patronal (denominação da produção que não é de origem familiar) foram calculadas utilizando-se dados provenientes de fontes estatísticas oficiais e métodos de análise econômica fundamentados na teoria de insumo-produto.

4. METODOLOGIA

O modelo escolhido para a construção dos cenários futuros foi proposto por Blanning e Reinig (1998). Dos métodos disponíveis a literatura a respeito do tema, esse talvez é um dos mais completos, sugerindo todos os passos para sua elaboração, análise e posterior conclusão.

No início da investigação, contamos com a participação de especialistas da área em estudo com um levantamento dos eventos que formarão posteriormente a lista principal de variáveis futuras através do método Delphi, que de acordo com Tavares (2000), conta com um sistema de coletar diversos questionários sobre o tema investigado.

Segundo o mesmo autor, esse método conta com características que o diferem de outros que também contém técnicas coletivas, na medida em que ele não permite a interação dos atores com a finalidade de não interferir na análise e opinião de cada ator (TAVARES, 2000).

O resultado desse trabalho foi uma lista final com possíveis eventos avaliados conforme sua relevância dentro do tema estudado. Em seguida, os especialistas em uma escala de zero a dez pontuaram cada um desses eventos de acordo com a sua probabilidade de ocorrer e se os mesmos caso ocorram será favorável ou desfavorável.

Os dados foram exportados para uma matriz em excel e depois gerado uma matriz que mostra a análise dos especialistas para cada evento de maneira gráfica. Finalmente foram construídos três cenários de acordo com a proposta sugerida por Blanning e Reinig (1998):

- **Cenário otimista** - Contém os eventos medianos ou muito favoráveis (F) à empresa ou ao setor para o qual se está construindo cenários, com médias e altas probabilidades (P) de virem a ocorrer.
- **Cenário pessimista** - Contém os eventos medianos ou muito desfavoráveis à empresa ou ao setor, com médias e altas probabilidades (P), de virem a ocorrer.

- **Cenário realista** - Contém todos os eventos com alta probabilidade (P), de virem a ocorrer, favoráveis ou desfavoráveis para a empresa ou setor.

Foi utilizado, ainda, o Método dos Impactos Cruzados, abordagem analítica que, segundo Marcial e Grumbach (2002), visa estimar a interação das variáveis de interesse, de forma quantitativa, permitindo verificar até que ponto a ocorrência de um determinado evento exerce influência sobre as probabilidades de ocorrência de outros.

Essa análise permitiu identificar as forças motrizes do sistema, ou seja, os eventos que deverão ter uma maior atenção por parte dos analistas e dos gestores da empresa, na formulação das estratégias e nas tomadas de decisões.

5. RESULTADOS

A primeira parte da pesquisa contou com a tentativa de reunir especialistas da área para o levantamento dos possíveis eventos que na opinião desses atores causaram algum impacto para a Agricultura Familiar na cidade de Passos no horizonte temporal de 2017 até 2021.

O grupo de especialistas contou com cinco produtores da Agricultura Familiar da cidade de Passos; quatro professores universitários doutores pesquisadores do tema em questão; e um gerente do EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais.

Após a definição da lista final que contou com 20 eventos para a composição dos cenários, cada ator foi convidado a atribuir notas de zero a dez para cada evento quanto a sua probabilidade em acontecer e se acontecer se os mesmos são favoráveis ou não para a Agricultura Familiar.

A tabela 1 descreve a tabela com os eventos determinados pelos especialistas e suas probabilidades e favorabilidades.

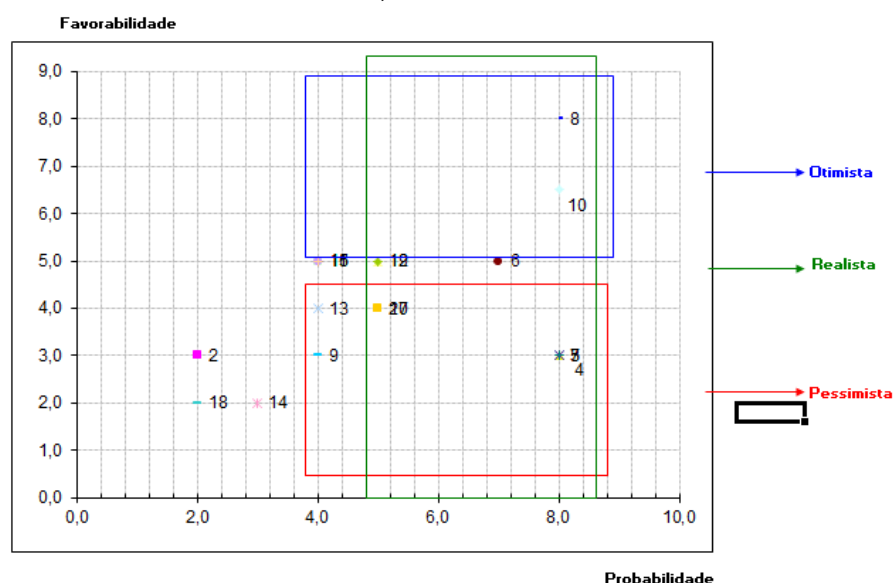
Tabela 1 - Lista de Eventos

Listas de Eventos	Prob.	F/D
1. Novas Ruralidades	4,0	5,0
2. Novos programas de Financiamento para a Agricultura Familiar	2,0	3,0
3. Deslocamento de alguns Familiares para os centros urbanos	8,0	3,0
4. Dificuldades de Acesso ao PNAE	8,0	3,0
5. Desconhecimento das Regras de Acesso ao PNAE	8,0	3,0
6. Variações Climáticas Inesperadas	7,0	5,0
7. Cardápio Engessado das Escolas	8,0	3,0
8. Agroecologia como valor agregado	8,0	8,0
9. Definição de quem se enquadra como Agricultor Familiar	4,0	3,0
10. Acesso à DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf	8,0	6,5
11. Criação de Cooperativas Locais e DAPs Jurídicas	4,0	5,0
12. Criação de Programas de Apoio a Agricultura Familiar	5,0	5,0
13. Articulação dos atores envolvidos em cada esfera: federal, estadual e municipal	4,0	4,0
14. Novas Políticas Públicas para a Agricultura Familiar	3,0	2,0
15. Acesso à informação de editais para a venda ao PNAE:	4,0	5,0
16. Programas de Qualificação	4,0	5,0
17. Criação ou não do CEASA na cidade de Passos	5,0	4,0
18. A reabertura ou exclusão permanente do MDA	2,0	2,0
19. Dificuldades na certificação da produção orgânica	5,0	5,0
20. Dependência de sementes e insumos agrícolas de multinacionais	5,0	4,0

Fonte: Elaborado pelos autores

Em seguida, os eventos foram agrupados em um plano cartesiano (Figura 2) formando os cenários otimistas, realistas e pessimistas.

Tabela 2 - Cenários Otimista, Pessimista e Realista



Fonte: Elaborado pelos Autores

O cenário **Otimista** são representados na figura pelos números 8 e 10 que são: **8 - Agroecologia como valor agregado** que apresenta 80% de probabilidade de acontecer e **10 - Acesso a DAP** que apresentou também 80% de probabilidade de acontecer.

Esses dois eventos têm impacto positivo para a agricultura familiar, uma vez que a agroecologia além de beneficiar os meios produtivos como a terra, água e insumos no processo, valora os produtos no momento da venda ao mercado consumidor. Fazendo um link com o acesso a DAP, a possibilidade de fornecer produtos orgânicos para entidades públicas têm prioridade nas licitações e obrigatoriamente são valorizadas em 30% do valor de mercado dos produtos em processos tradicionais.

Na análise do cenário **Pessimista**, os eventos que apareceram foram os de número **3 - Deslocamento de alguns Familiares** para os centros urbano com 80%, em função das dificuldades em se manterem no campo sem renda suficiente para a sobrevivência; **4 - Dificuldade de acesso ao PNAE** com 80% de probabilidade de acontecer, uma vez que os editais de chamadas públicas quase sempre são publicados em canais online e esses agricultores acabam não tendo acesso; **5 - Desconhecimento das regras de acesso ao PNAE** também com 80% de chance de ocorrer, visto que grande parte dos agricultores acreditam que o processo tem muita burocracia e isso os desmotivam a concorrer nos processos licitatórios; **7 - Cardápio Engessado das Escolas** também com 80% de probabilidade de ocorrência, talvez um dos piores entraves no processo, uma vez que os editais são para compra anuais e os mesmos não respeitam as épocas produtivas e assim não é possível fornecer tomates e alfaces o ano inteiro por exemplo; **9 - Definição de quem se enquadra como Agricultor familiar** com 40% de probabilidade de ocorrência, conceito esse polêmico na própria literatura e que precisa ser revisto na legislação atual; **17 - Criação ou não do CEASA na Cidade de Passos** apresentou 50% de probabilidade de acontecer, se por um lado com um possível centro de distribuição os agricultores teriam garantia de escoar toda a produção, por outro os valores dessas vendas seria menor, uma vez que esses centros fariam o intermédio com o mercado final; **18 - A reabertura ou exclusão permanente do MDA** apresentou 20%

de probabilidade e se de fato o ministério retornar com força pode promover políticas favoráveis a agricultura familiar, ou se excluir de vez pode prejudicar e muito o futuro dessas famílias ; **20 - Dependência de sementes e insumos agrícolas de multinacionais** apresentando 50% de chance de ocorrência tornando os agricultores praticamente escravos de grandes empresas que ditam o ritmo e os preços do mercado..

Para os cenários realistas, os eventos registrados foram:

3 - Deslocamento de alguns familiares para os centros urbanos com 80% de probabilidade em acontecer é um forte indício da necessidade das famílias em buscar alternativas de renda para sobreviverem, já que as políticas para os pequenos produtores não acontecem com a mesma intensidade para os grandes. **4 - Dificuldades de acesso ao PNAE** apresentou 80% de probabilidade de ocorrência. A principal dificuldade é o acesso aos editais, esses que são publicados em mídias que nem sempre os agricultores interessados têm acesso imediato. **5 - Desconhecimento das regras de acesso ao PNAE** mostrou 80% de probabilidade o que já é percebido na prática. A maioria dos agricultores desconhecem as regras e se mostram resistentes principalmente no que se refere às documentações exigidas no processo.

A burocracia assusta essas famílias sem o auxílio necessário no entendimento das informações e regras. **6 - Variações Climáticas Inesperadas** com 70% de probabilidade de acontecer. Esse evento talvez é o que não tenhamos dúvidas de sua ocorrência em função do que já acontece no presente. O clima nas diversas regiões já apresenta comportamento não comum e isso hora prejudica as produções, hora ajuda. Portanto o que sabemos é que de fato serão enfrentados dificuldades nas culturas relacionadas ao clima. **7 - Cardápio Engessado das Escolas** com 80% de chance de ocorrer, também já é realidade. A falta de integração aos interesses do PNAE não promove uma flexibilização ao produtor em poder oferecer alimentos típicos de cada época do ano e assim compromete a participação desses atores no processo de fornecimento aos editais. **8 - Agroecologia com Valor Agregado** com 80% de probabilidade em ocorrer deve ser tratado como o futuro da agricultura familiar.

Esse evento maximiza os fatores de produção, garante mais qualidade a terra, a utilização da água e logicamente a qualidade dos produtos, sem dizer ainda sobre a valoração dos produtos orgânicos no mercado consumidor.

É um dos principais movimentos positivos que devem acontecer para a Agricultura Familiar. **10 - Acesso a DAP** com 80% de chance de ocorrência também irá proporcionar a participação dessas famílias no processo de fornecimento para os editais públicos, desde que os eventos 4 e 5 sejam trabalhados positivamente com esses produtores. **12 - Criação de Programas de Apoio a Agricultura Familiar** com 50% de probabilidade de ocorrências pode sem dúvidas potencializar muito essas famílias com informações técnicas, esclarecedoras com a finalidade de inseri-las nos contextos desconhecidos como por exemplo os eventos de número 4, 5, 8 e 10. **17 - Criação ou não do CEASA na Cidade de Passos** apresentou 50% de probabilidade de acontecer e esse deve ser analisado de duas formas. Inicialmente ter um atravessador não é nada interessante a essas famílias, uma vez que o preço negociado é sempre menor.

Por outro lado, escoar a produção é fundamental por se tratar de alimentos que tem data de validade e quando não se tem opção para esse escoamento, o Ceasa acaba sendo uma saída. **19 - Dificuldades na certificação da produção orgânica** 50% de chances de ocorrências. Já existem comissões que fazem essa certificação com técnicos dos órgãos responsáveis e parceiros inseridos no processo.

Acredita-se que o evento de número 12 possa potencializar as famílias na transição para a agroecologia com a finalidade de beneficiar o meio ambiente e agregar valor às

produções. 20 - **Dependência de sementes e insumos agrícolas de multinacionais** apresentando 50% de probabilidade de ocorrência e esse é um grande problemas para os pequenos agricultores. Os insumos se concentram nas principais grandes empresas do setor e as práticas de comercialização só beneficiam os grandes produtores, elevando assim o custo de produção e até inviabilizando o processo produtivo das pequenas famílias.

A tabela 3, Matriz de Impactos Cruzados apresenta qual a probabilidade de um evento vir a ocorrer na ocorrência de uma outro, o que é chamado de Motricidade x Dependência. Nela se percebe a capacidade de influência que um evento tem sobre os demais.

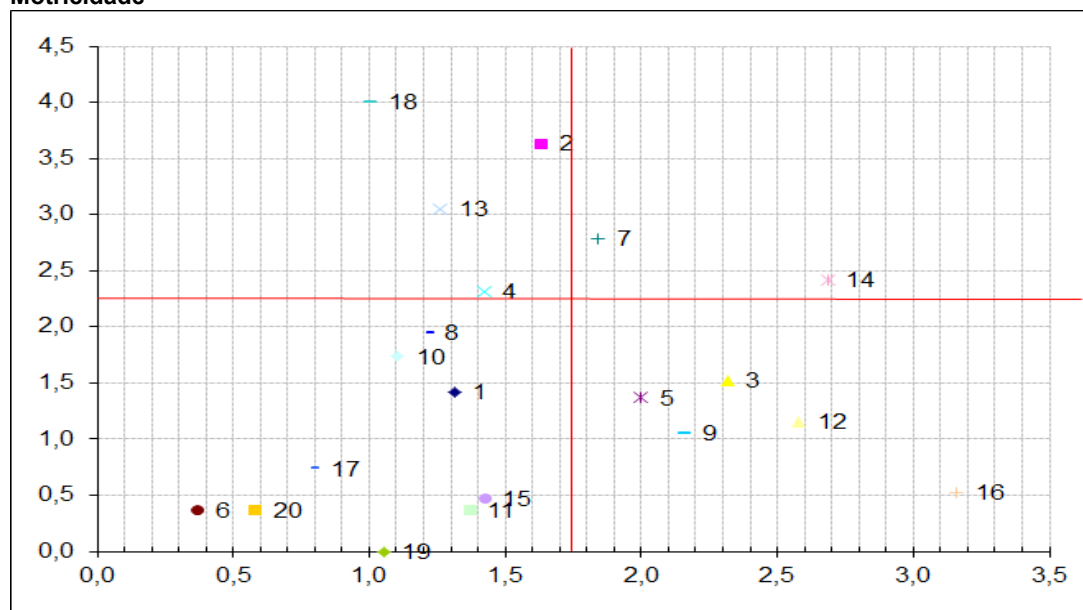
Tabela 3: Matriz de Impactos Cruzados

Matriz de Impactos Cruzados (Motricidade x Dependência)																						
Evento	Prob.%	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	Dep.
1. Novas Ruralidades	4		5	2	2	2	0	0	0	0	4	2	0	2	0	0	0	0	6	0	0	1,3
2. Novos programas de Financiamento para a Agricultura Familiar	2	0		1	7	0	0	0	0	0	2	2	0	6	5	0	0	0	8	0	0	1,6
3. Deslocamento de alguns Familiares para os centros urbanos	8	0	7		6	2	0	0	0	0	6	3	2	2	3	0	0	0	9	0	4	2,3
4. Dificuldades de Acesso ao PNAE	8	0	0	2		6	0	2	0	4	5	0	2	1	2	0	2	0	1	0	0	1,4
5. Desconhecimento das Regras de Acesso ao PNAE	8	0	3	1	7		0	5	2	5	3	0	3	2	3	3	0	0	1	0	0	2,0
6. Variações Climáticas Inesperadas	7	0	0	6	1	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,4
7. Cardápio Engessado das Escolas	8	4	4	5	1	0	4		3	0	0	0	0	6	5	0	0	0	3	0	0	1,8
8. Agroecologia como valor agregado	8	3	6	1	1	0	0	5		0	4	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	1,2
9. Definição de quem se enquadra como Agricultor Familiar	4	2	5	4	4	3	0	1	0		3	0	4	3	5	0	0	0	7	0	0	2,2
10. Acesso à DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf –	8	1	6	0	3	0	0	0	1	0		0	2	5	1	0	0	0	2	0	0	1,1
11. Criação de Cooperativas Locais e DAPs Jurídicas	4	2	3	3	2	0	0	6	2	0	0		2	0	0	0	0	4	2	0	0	1,4
12. Criação de Programas de Apoio a Agricultura Familiar	5	4	5	2	2	2	0	2	6	0	2	0		5	4	0	3	4	8	0	0	2,6
13. Articulação dos atores envolvidos em cada esfera: federal, estadual e municipal	4	2	5	0	1	0	0	4	0	0	0	0	3		3	0	0	0	6	0	0	1,3
14. Novas Políticas Públicas para a Agricultura Familiar	3	0	6	0	4	4	0	7	6	6	0	0	4	6		0	0	0	8	0	0	2,7
15. Acesso à informação de editais para a venda ao PNAE:	4	5	4	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	4		5	4	2	0	0	1,4
16. Programas de Qualificação	4	4	3	0	0	4	3	5	4	5	4	0	0	7	4	6		2	6	0	3	3,2
17. Criação ou não do CEASA na cidade de Passos	5	0	2	2	0	0	0	6	0	0	0	0	0	3	0	0	0		2	0	0	0,8
18. A reabertura ou exclusão permanente do MDA	2	0	0	0	0	3	0	8	3	0	0	0	0	4	1	0	0	0		0	0	1,0
19. Dificuldades na certificação da produção orgânica	5	0	3	0	1	0	0	2	5	0	0	0	0	2	5	0	0	0	2		0	1,1
20. Dependência de sementes e insumos agrícolas de multinacionais	5	0	2	0	1	0	0	0	5	0	0	0	0	2	1	0	0	0	0	0		0,6
Motricidade (Média)		1,4	3,6	1,5	2,3	1,4	0,4	2,8	1,9	1,1	1,7	0,4	1,2	3,1	2,4	0,5	0,5	0,7	4,0	0,0	0,4	

Fonte: Elaborada pelos autores

Posteriormente, esses valores foram inseridos em um gráfico que cartesiano que nos permite avaliar as principais forças motrizes do sistema como segue a seguir

Motricidade



Dependência

O gráfico nos mostra as forças motrizes dos sistemas e deve ser analisado da seguinte forma: no quadrante um estão os eventos de alta motricidade e baixa dependência, ou seja, eventos que não sofrem impactos de nenhum outro porém devem causar impactos nos demais caso ocorra.

No quadrante dois os eventos que apresentam alto grau de motricidade e dependência, ou seja, acabam sendo influenciados e influenciam também nos demais. No quadrante três eventos de baixa motricidade e dependência, que apesar de não depender de nenhum outro também não influenciam nos demais.

E no quarto quadrante, os eventos que possuem baixa motricidade e alta dependência. Esses eventos são diretamente influenciados por outros eventos. De acordo com a metodologia, os eventos mais importantes e que merecem maior destaque e atenção são os que se encontram no quadrante de número um.

Os eventos são: **2 - Novos Programas de Financiamentos para a Agricultura Familiar; 4 - Dificuldades de Acesso ao PNAE; 13 - Articulação dos Atores Envolvidos em Cada Esfera: Municipal, Estadual e Federal; 18 Reabertura os exclusão permanente do MDA.**

A ocorrência desses eventos impactam em vários outros eventos que podem ser benéficos ou não para a Agricultura Familiar. A gestão deve-se concentrar em torno desses eventos pelo menos naqueles em que é possível algum tipo de movimento.

O evento de maior impacto seria o de número 18, porém o mesmo não pode ser influenciado ou determinado pelos atores principais da Agricultura Familiar. Resta então um planejamento para lidar com os possíveis caminhos que irão se desenhar no futuro.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo tem por objetivo a construção de cenários para a Agricultura Familiar no horizonte de 2017 até 2021. Utilizando a metodologia apresentada, com a contribuição de especialistas, pesquisadores, agricultores e estudantes da área, levantou-se os possíveis eventos que irão impactar no futuro da Agricultura Familiar.

O estudo apontou o direcionamento provável para o setor e a partir daí sugere-se um planejamento para conseguir de fato garantir a sustentabilidade e o fortalecimento do setor. Os eventos apontados nos cenários realistas como a Agro ecologia como Valor Agregado, talvez o único positivo deva ser considerado como uma grande vantagem competitiva e sustentável, além de gerenciar os demais e promover formas de facilitação no acesso ao PNAE e ao conhecimento das regras ao PNAE por exemplo.

Alguns eventos são praticamente impossíveis de ser alterados para uma situação favorável como, por exemplo, a Dependência de sementes e insumos agrícolas das multinacionais pelos menos em um curto prazo.

Mas o estudo em questão apresenta esse evento de maneira que a ignorância com relação ao mesmo é um caminho que sem dúvidas não ajuda em nada no planejamento de médio e longo prazo para o setor.

A prospecção de cenários ao levantar cenários pessimistas ou realistas desfavoráveis, contribuiu de maneira vital para o direcionamento das ações que devem ser tomadas com a finalidade de garantir a sustentabilidade dos negócios.

7. REFERÊNCIAS

ABRAMCZUK, André A. A prática da tomada de decisão. São Paulo: Atlas, 2009. p.151.

BLANNING, R. W.; REINIG, B. A. Building scénários for Hong Kong using EMS. Long Rang Planing, v. 31, iss. 6, p. 900-910, 1998.

FNDE. Cartilha do Encontro da Agricultura Familiar com a Alimentação Escolar. Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-material-de-divulgacao/alimentacao-manuais/item/5196-cartilha-o-encontro-da-agricultura-familiar-com-a-alimenta%C3%A7%C3%A3o-escolar>> Acesso em 18-09-2016.

MARCIAL. E. C.; GRUMBACH, R. J. S. Cenários prospectivos: como construir um futuro melhor. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

MARCIAL, Elaine Coutinho; GRUMBACH, Raul José dos Santos. Cenários prospectivos: como construir um futuro melhor. 5. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. 228.

MORITZ, Gilberto de Oliveira; NUNES, Rogério; PEREIRA, Maurício Fernandes. Os métodos de prospecção de cenários e sua aplicação nas organizações: um estudo de caso no Período 1998-2008. Revista de Administração FACES Journal, v. 7, n. 2, p. 68-83, abr.-jun. 2008.

MORITZ, Gilberto de Oliveira; PEREIRA, Maurício Fernandes. Planejamento de cenários: a evolução do pensamento prospectivo. Revista de Ciências da Administração, v. 7, n. 13, p. 1-20, 2005.



PRONAF. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/sitemda/tags/pronaf>> Acesso em 18.09.2016.

SCHWARTZ, Peter. A arte da visão de longo prazo: planejando o futuro em um mundo de incertezas. 4. ed. Tradução Luiz Fernando M. Esteves. Rio de Janeiro: BestSeller, 2006. p.216.

TAVARES, M. C. Gestão estratégica. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. Lei 11.947/2009. O encontro da Agricultura Familiar com a Alimentação Escolar. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm> . Acesso em 27-09-16.

WRIGHT, James Terence Coulter; SILVA, Antonio Thiago Benedete; SPERS, Renata Giovinazzo. Prospecção de cenários: uma abordagem plural para o futuro do Brasil em 2020. Revista Ibero-Americana de Estratégia – RIAE, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 56-76, jan.-abr. 2010.

YU, Abraham Sin Oih (Coord.) et al. Tomada de decisão nas organizações: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Saraiva, 2011. 336 p.



**REFLEXÕES DA CULTURA ORGANIZACIONAL E INFORMACIONAL PARA O
DESENVOLVIMENTO: estudo da Tipologia Cultural de Cameron e Quinn com a
Matriz de Ilharco**

*REFLECTIONS OF ORGANIZATIONAL CULTURE AND INFORMATIONAL
DEVELOPMENT: Type of study Cultural Cameron and Quinn with Ilharco Matrix*

Sessão temática: Desenvolvimento Regional e Local.

FERRAREZZI, Maria Amélia Duarte Oliveira
Uni-FACEF

Mestre em Desenvolvimento Regional - Uni-FACEF / Docente SENAC Franca-SP
maria.adoliveira@sp.senac.br

FREITAS, Ângela Cristina Basílio de
Uni-FACEF

Mestre em Desenvolvimento Regional - Uni-FACEF / Docente SENAC Franca-SP
angela.cbfreitas@sp.senac.br

SMIHT, Marinês Santana Justo
Uni-FACEF

Doutora em Ciência da Informação - UNESP- Marília / Docente Uni-FACEF – Franca
marjustosmith@gmail.com

FADEL, Bárbara
Uni-FACEF

Doutora em História pela USP
Docente do PPG em Ciência da Informação UNESP/Marília
Coordenadora e Docente do PPG em Desenvolvimento Regional Uni-FACEF
bafadel@facef.br

Resumo

Este estudo tem como foco conhecer possíveis formas de uso da informação em um Modelo de cultura de Valores Competitivos (*Competing Value Model* – C.V.M.) e sua contribuição para o desenvolvimento. A justificativa e relevância do tema está relacionado a interdisciplinaridade nas áreas de Administração e Ciência da Informação, que podem contribuir por meio dos elementos da cultura organizacional e valores informacionais para a prática organizacional diante de um cenário repleto de mudanças e inovações determinantes para o desenvolvimento. Para isso, a pesquisa se propõe a responder quais as possíveis formas de uso da informação de um Modelo de Valores Competitivos, e como estas formas contribuem para o desenvolvimento? Diante dessa problemática, os objetivos específicos são: a) apresentar a Tipologia Cultural de Cameron e Quinn; b) pontuar o uso estratégico da Informação pela matriz de Ilharco; c) analisar a relação entre um Modelo de Valores Competitivos e a natureza da informação sua contribuição para desenvolvimento. No que se refere ao método, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, exploratória de abordagem qualitativa dos dados, analisadas por meio de categorização e comparação. Esse estudo identificou a forma de uso da informação predominante em

cada modelo de gestão e demonstrou através dos aspectos da cultura organizacional e informacional a visão de negócio e, conseqüentemente sua contribuição para o desenvolvimento territorial, regional e local.

Palavras-chave: Cultura organizacional, Cultura informacional, Desenvolvimento.

Abstract

This study is focused on knowing possible ways of information use in a values culture model Competitive (Competing Value Model - C.V.M.) and its contribution to development. The rationale and relevance of the topic is related to interdisciplinarity in the areas of Administration and Information Science, which can contribute through the elements of the organizational culture and informational values for organizational practice before a scenario full of change and decisive innovations for development. For this, the research aims to answer what are the possible ways of using the information of a Competitive values model, and how these forms contribute to development? Faced with this problem, the specific objectives are: a) to present the Cultural Typology of Cameron and Quinn; b) scoring the strategic use of information by Ilharco matrix; c) examine the relationship between a Competitive values model and the nature of information their contribution to development. As regards the method, this is a literature search and exploratory approach to qualitative data analyzed by categorizing and comparison. This study identified how to use the prevailing information in each management model and demonstrated through the aspects of organizational and informational culture business vision and hence its contribution to regional development, regional and local.

Keywords: Organizational culture, informational Culture Development.

1 INTRODUÇÃO

A cultura organizacional é um fator de reconhecido impacto no desenvolvimento, pela influência de suas decisões no contexto interno ou externo às organizações. As decisões são pautadas nos modelos de gestão, que refletem as crenças e pressupostos dos gestores e colaboradores, definindo as prioridades organizacionais, dentre elas as formas de uso da informação.

Portanto, o objetivo é conhecer possíveis formas de uso da informação em um Modelo de cultura de Valores Competitivos (*Competing Value Model* – C.V.M.) e sua contribuição para o desenvolvimento.

Para isso, através dos objetivos específicos, a pesquisa se propõe a responder quais as possíveis formas de uso da informação de um Modelo de Valores Competitivos, e como estas formas contribuem para o desenvolvimento?

Com base nesta problemática, este artigo retrata a cultura organizacional com enfoque na tipologia cultural de Cameron e Quinn (2006); a cultura informacional como recorte da cultura organizacional, focando as formas de uso da informação através da matriz de Ilharco (2003), que retratou este uso por meio da natureza da informação; e o desenvolvimento pela perspectiva espacial, no âmbito territorial, regional e local, pelo viés da necessidade informacional para mobilizar ações de transformações.

2 CULTURA ORGANIZACIONAL

A cultura organizacional trata-se de um tema relevante, tanto no âmbito acadêmico como empresarial, e pode ser definida como algo coletivo que envolve vivências, experiências, acordos ou regras, considerados como modelo ou verdade a ser seguida.

Um dos conceitos mais apropriados sobre Cultura Organizacional é dado por Schein (1984, p.3):

A Cultura Organizacional é o modelo dos pressupostos básicos, que determinado grupo tem inventado, descoberto ou desenvolvido no processo de aprendizagem para lidar com os problemas de adaptação externa e integração interna. Uma vez que os pressupostos tenham funcionado bem o suficiente para serem considerados válidos, são ensinados aos demais membros como a maneira correta para se perceber, se pensar e sentir-se em relação àqueles problemas. (SCHEIN, 1984, p.3).

Este conceito dado por Schein (1984) estabelece que, a cultura nas organizações seja vista como algo baseado nas experiências e vivências de determinado grupo, e estas, são repassadas para os novos membros como modelo a ser seguido.

A Cultura Organizacional é o elemento que define o comportamento humano nas organizações e reflete os valores em toda a estrutura organizacional.

De acordo com Freitas (2007, p. 12) “entender a organização como uma cultura é reconhecer o papel ativo dos indivíduos na construção da realidade organizacional e no desenvolvimento de interpretações compartilhadas”. O autor considera que a cultura organizacional se compõe dos seguintes elementos: valores; crenças e pressupostos; ritos, rituais e cerimônias, estórias e mitos; tabus; heróis; normas e processo de comunicação.

O mesmo autor, porém (1991) os define como segue:

- Valores: são definições a respeito do que é importante para a organização atingir o sucesso. [...] Quanto maior for a durabilidade dos valores, mais forte será o seu poder de penetração e de reforço a partir de outros elementos culturais neles baseados. (FREITAS, 1991, p. 18);
- Crenças e Pressupostos: tidos como verdades, estes conceitos são naturalizados e, consequentemente, são inquestionáveis (FREITAS, 1991, P. 19);
- Ritos, Rituais e Cerimônias: são exemplos de atividades planejadas que têm consequências práticas e expressivas, tornando a cultura organizacional mais tangível e coesa (FREITAS, 1991, p. 21);
- Estórias e Mitos: narrativas baseadas em eventos ocorridos, que informa sobre a organização, reforçam o comportamento existente e enfatizam como este comportamento se ajusta ao ambiente organizacional. Os mitos se referem a estórias consistentes com os valores da organização, porém não sustentadas pelos fatos (FREITAS, 1991, p. 26);
- Tabus: importante elemento cultural, que cumpre também um papel de orientar o comportamento, demarcando áreas de proibições, os tabus colocam em evidência o aspecto disciplinar da cultura com ênfase no não permitido (FREITAS, 1991, p. 29-30);
- Heróis: personificam os valores e condensam a força da organização (FREITAS, 1991, p. 31);
- Normas: maneiras de fazer coisas, as quais influenciam seus membros, ou seja, todo comportamento que é esperado, aceito ou apoiado pelo grupo, esteja tal comportamento fixado formalmente ou não. Assim, a norma é o comportamento sancionado, através do qual as pessoas são recompensadas ou punidas, confrontadas ou encorajadas, ou postas em ostracismo quando violam as normas (FREITAS, 1991, p. 33);

- Comunicação: formada pelos papéis informais e formais das diversas partes da organização, para transmitir e interpretar os significados das informações (FREITAS, 1991, p. 61).

Os elementos da cultura organizacional ajudam a conceituar a cultura e definem como a organização se expressa.

A cultura é fortemente ligada pelas interações e comportamentos de um determinado grupo ou líder, e sabendo, que toda organização é definida por regras e normas estabelecidas por manuais de integração e, repetidas pelas rotinas diárias dos membros deste grupo, esta cultura poderá ter influências externas e até mesmo ambientais. Este conceito de cultura está definido por Bertero (1996):

A formação de uma cultura organizacional é um processo no qual entram diversas variáveis na própria medida em que a cultura é vista como a decantação, sob a forma de valores, crenças e mitos, de um processo relativamente longo de adaptação externa e integração interna da organização, e não há como excluir as dimensões ambientais como impactando a cultura organizacional (BERTERO, 1996, p. 39).

O conceito de cultura organizacional, para Cameron e Quinn (2011), surgiu de duas raízes: antropológica e sociológica. Na raiz antropológica afirmam que as organizações são culturas, que influenciam e revelam a expressão cultural dos profissionais dessa organização. Já na sociológica, asseguram que as organizações têm culturas que se modificam de acordo com o tempo e as necessidades. Para os autores a cultura organizacional representa uma das variáveis mais subjetivas, pois distingue a necessidade de mudanças na organização que devem ser analisadas e viabilizadas em relação ao seu objetivo específico.

2.1 TIPOS DE CULTURA – MODELO DE CAMERON E QUINN

A cultura organizacional nesse estudo é intitulada *Competing Value Model* e possibilita identificar o tipo cultural predominante numa organização.

Para compreender melhor os tipos de cultura, será necessário conhecer o modelo de tipologia de Quinn, também conhecido como “Modelo de Valores Competitivos” de Cameron e Quinn (2011), que indica quatro tipos de cultura, sendo: Cultura de Clã, Cultura Inovadora, Cultura de Mercado e Cultura Hierárquica.

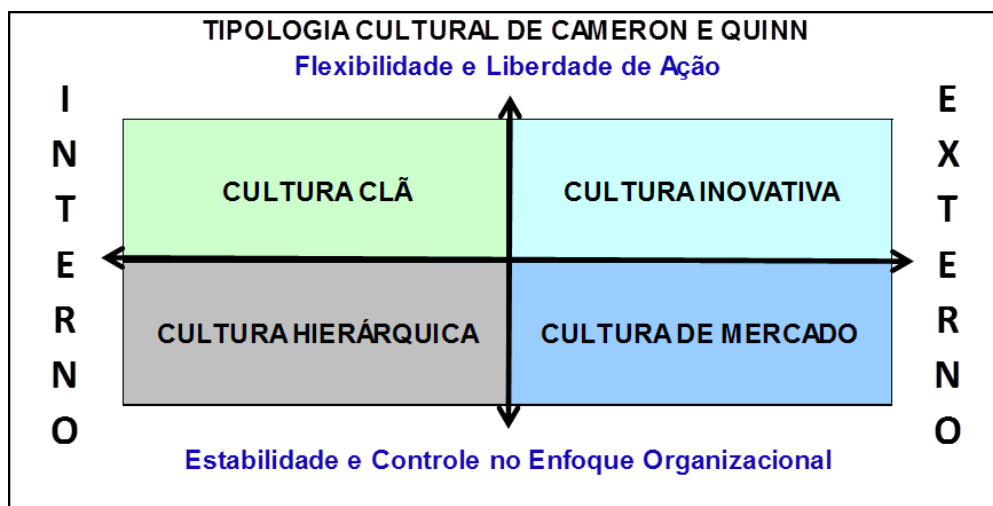
Esse modelo caracteriza o enfoque organizacional, especificando se o foco é interno ou externo, e em relação aos aspectos relacionados à flexibilidade e liberdade de ação e aos aspectos de estabilidade e controle no enfoque organizacional.

O modelo de Cameron e Quinn (2011) explica cada um dos quadrantes em relação aos diferentes tipos de cultura, sendo:

- Cultura Clã: se baseia nas normas e valores, valoriza a participação dos membros na tomada de decisões, compartilham experiências, é uma cultura flexível e integradora, com foco interno, que visa os benefícios em longo prazo;
- Cultura Inovativa: valoriza a busca de novos conhecimentos para inovação, são lideradas por empreendedores que se baseiam na previsão de um mercado futuro, e são adeptos a correr riscos, portanto o foco é externo;
- Cultura de Mercado: tem como ênfase, a premiação com base em resultados, seus líderes são diretivos, competidores e trabalham motivando os colaboradores para atingir metas e objetivos, o foco principal é a produtividade e a posição no mercado, portanto o foco é externo;

- Cultura Hierárquica: trabalha com ênfase em valores e normas associadas à burocracia, os colaboradores aceitam as regras e regulamentos estabelecidos, como fatores de motivação, têm a segurança e a ordem, a liderança tende a ser conservadora, portanto, o foco é interno e está vinculada a estabilidade.

Figura 1 – Modelo de Tipologia Cultural



Fonte: Adaptado pela autora de Cameron e Quinn, (2006, p.50).

O modelo de Cameron e Quinn (2011) tem como objetivo identificar e gerenciar a cultura organizacional, permitindo verificar se a organização possui foco interno ou externo, se é flexível e concede liberdade de ação, ou se visa a estabilidade e controle da organização.

2.2 CULTURA INFORMACIONAL E A NATUREZA DE USO DA INFORMAÇÃO

Os desafios presentes nas organizações no século XXI são os contornos do recorte do objeto de estudo da cultura no ambiente organizacional, que distingue as diferenças entre a cultura organizacional e informacional, transforma o valor e o uso da informação em diferenciais competitivos, uma vez que boa parte dos problemas, quando instituídos, é relacionado à informação. Dessa forma, tem-se então a cultura informacional focando o papel da informação e do conhecimento, e as tecnologias da informação e comunicação, que ao contrário da cultura organizacional, abstêm-se da discussão de elementos amplos e enfatizam itens específicos da relação com a informação (WOIDA, 2008). Curry e Moore (2003) confirmam o entendimento de Woida (2008) ao definirem cultura informacional como:

Uma cultura em que o valor e a utilidade da informação é reconhecida por alcançar êxito operacional e estratégico, onde a informação forma a base de construção da decisão organizacional e a tecnologia de informação é prontamente explorada para permitir um eficiente Sistema de Informação. (CURRY; MOORE, 2003, p. 94).

Neste compasso, é possível observar que a intensa relevância das informações, são reflexos das bases de construções das decisões organizacionais, oportunizando a cultura informacional se manifestar nos valores da organização, estabelecendo assim as

prioridades informacionais, e demonstrando a presença da cultura informacional como parte integrante da cultura organizacional.

Abordagem que direciona que a cultura informacional é um recorte da cultura organizacional, focando a informação enquanto processo e fenômeno que reduzem incertezas na tomada de decisão, que influenciam as estratégias para transmissão de novas crenças e comportamento, e ainda conduzem como e quando usar a informação.

Considerando a informação como um recurso organizacional presente e necessário em todos os processos do sistema corporativo, tem-se a assertiva que a forma de uso das informações, é o que vai estabelecer as características informacionais daquele sistema, assim como revelar seus valores informacionais e expressar a cultura informacional no âmbito organizacional.

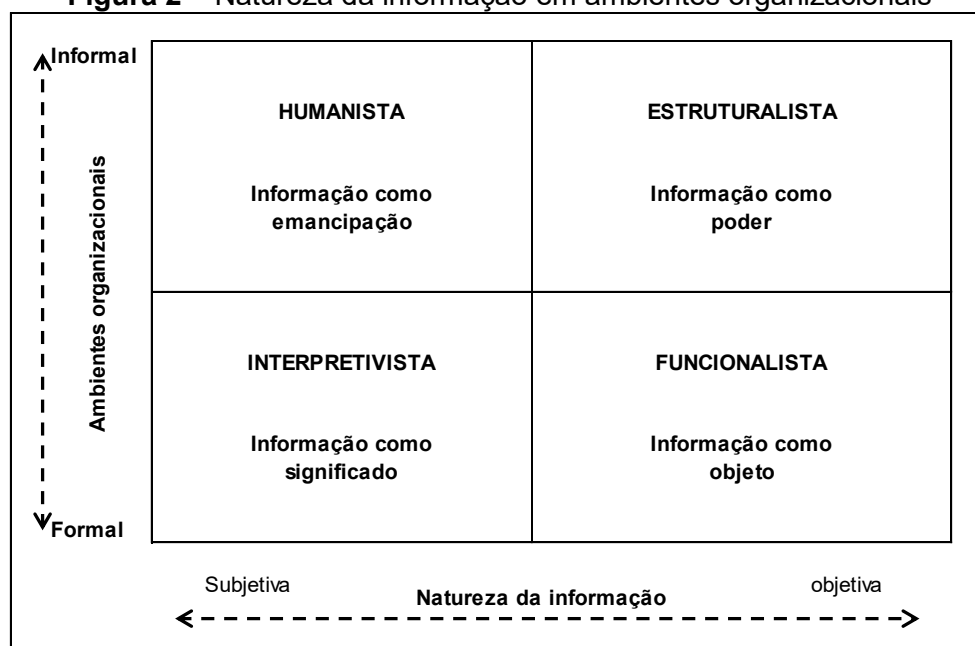
As formas de uso da informação podem ser identificadas através da Matriz de Ilharco (2003), que em seu entendimento, o estudo da ontologia e epistemologia da informação ao se cruzarem, dá origem a quatro distintas posições, denominadas como paradigmas sobre a informação. Os paradigmas retratam quatro perspectivas distintas sobre a natureza da ação do homem e do mundo e sobre o seu estudo. Assim o fenômeno da informação pode ser pesquisado no contexto de uma das quatro perspectivas.

Percebe-se assim que a informação não possuiu uma realidade absoluta: é objetiva outras vezes subjetiva. Às vezes é fenômeno, mas também pode ser objeto, pois é resultado das interpretações humanas. Interpretações condicionadas à formação cultural, experiências, ou seja, condicionada ao conjunto de crenças, valores e pressupostos construídos e moldados ao longo de sua existência.

Valentim (2010, p. 13.) apoia ao afirmar que os elementos culturais determinam a relevância das informações, ao descrever que “os fluxos informacionais são reflexos naturais dos ambientes aos quais pertencem, tanto em relação ao conteúdo quanto em relação à forma”. Dessa forma, em função dos pressupostos tomados, a informação surge de diversas formas conforme são localizados nos paradigmas conceituais.

A partir da proposta acima discutida, pode se, em paralelo, fazer uma correlação com a colocação de Valentim (2008) que retrata as quatro perspectivas informacionais contextualizadas por Ilharco (2003), porém diretamente nos ambientes organizacionais, e apresentar uma configuração da natureza da informação em ambientes organizacionais, na Figura 2, exposta a seguir.

Figura 2 – Natureza da informação em ambientes organizacionais



Fonte: Valentim (2008) adaptada de Ilharco (2003, p. 21)

Esse modelo de Ilharco (2003) explica cada uma das perspectivas em relação à estratégia de uso da informação, sendo:

- **Perspectivas Humanistas:** a informação é utilizada para construir conhecimento, buscando a emancipação, a autonomia nas decisões táticas. Nesses modelos a informação é subjetiva e vista como fenômeno por entender que o desenvolvimento do conhecimento está alicerçado nas experiências individuais do sujeito;
- **Perspectiva Interpretivista:** a informação se propõe a gerar significado, aprendizagem, novo conhecimento para a ação e tomada de decisão estratégica. A informação é vista como fenômeno na questão do significado e das relações entre as coisas. Subjetiva por entender que a interpretação é dependente das crenças e valores imbricados no sujeito;
- **Perspectiva Estruturalista:** trabalha com a informação como fenômeno que propicia condição de poder no âmbito das relações entre pessoas e ou grupos, e condição de domínio entre processos táticos e operacionais;
- **Perspectiva Funcionalista:** tem como ênfase a informação enquanto objeto, a qual é utilizada na operacionalização e desempenho das tarefas operacionais, colocando em prática os planos táticos e estratégicos, tornando a informação como representação da realidade.

Para Valentim (2008), a informação é considerada como fenômeno quando o grupo ou indivíduo que a elaborou necessitou realizar processos cognitivos variáveis, como relacionar, isolar, associar, analisar e sintetizar.

Entretanto, a informação enquanto objeto é quando a informação é explicitada através de relatórios, imagens, áudios, suportados pelos tecnológicos sistemas de informação (VALENTIM 2008).

Mediante o exposto entende-se a natureza da informação como estratégia de uso em cada perspectiva. Sendo que essas podem ocorrer simultaneamente, (ILHARCO, 2003). Todavia, individualmente, aquela que mais se aplica no dia a dia, é a que contribui

na identificação da cultura informacional do sistema, ressaltando os valores informacionais mais fortes e relevantes pertencentes àquela cultura informacional.

2.3 PENSANDO O DESENVOLVIMENTO A PARTIR DA CULTURA ORGANIZACIONAL E INFORMACIONAL NOS MODELOS DE GESTÃO

O desenvolvimento requer constantes estudos, discussões, e, acima de tudo, informações que possam dar subsídio na geração do conhecimento e significado das reais necessidades da sociedade, como alicerce para a tomada de decisão, para que o desenvolvimento possa ser um processo de transformação, envolvendo a realidade de uma sociedade, que por meio de políticas públicas eficazes possa criar um encadeamento de mudanças.

E nessa perspectiva da necessidade informacional para geração do conhecimento e significados em prol do desenvolvimento, Valentim (2008), pontua que a construção do conhecimento e da geração de significado é um processo individual, mas também surge na relação com outros contextos gerando novos conhecimentos, significados e fomentando mudanças que provocarão transformações sociais.

Transformações que segundo Furtado (2000 e 2002 p. 41 e p. 21) se alcançarem o conjunto de uma sociedade, e trouxerem benefícios a ela, é desenvolvimento. Desenvolvimento verdadeiro.

Assim, os aspectos da cultura organizacional e informacional priorizados nos modelos de gestão se relacionam com a sociedade, influenciando-a, desencadeando mudanças e desenvolvimento, através da relação das organizações com o seu entorno. Entorno que na visão espacial do desenvolvimento pode alcançar o Territorial, Regional e Local.

Quadro 1: Perspectivas espaciais do desenvolvimento e o entorno organizacional

Perspectivas espaciais do desenvolvimento		Entorno Organizacional
Territorial	Unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizadas e convertidas em um trunfo crucial para o estabelecimento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento. (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO SOCIAL, 2009 apud FADEL; SMITH, 2009).	Colaboradores; Departamentos da organização; A Organização.
Regional	"Transformações econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais de uma região definida geograficamente." (CAVALCANTI E RUWER, 2009, p.159).	Bairro, Cidade e/ou Município de localização da organização.
Local	Nomenclatura adotada para explicar as "transformações econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais de uma localidade com peculiaridades que a torna singular". (CAVALCANTI E RUWER, 2009, p.159).	Colaboradores; Departamentos da organização; A Organização; Bairro, Cidade e/ou Município de localização da organização.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Fadel e Smith (2009), Cavalcanti e Ruwer (2009).

O Quadro acima apresenta conceitos de desenvolvimento espacial e uma associação com os indivíduos e sociedade pertencentes à organização, denominado pelos autores como entorno organizacional.

Visualizando as relações das organizações com o seu entorno, e a ligação com o desenvolvimento na perspectiva espacial, nota-se as organizações, por natureza, como sistemas abertos e interativos, aonde suas prioridades culturais e informacionais, presente nos modelos de gestão, dialogam com seu entorno, provocando movimentos, mudanças e impulsionando ou travando o desenvolvimento no entorno organizacional, criando uma nova realidade.

Espírito-Santo, Oliveira e Ribeiro (2008, p.5), pontuam sobre o desenvolvimento: “Realidade a ser criada, e nunca um conceito universal, sob a pena, neste último caso, de torná-lo impotente, incapaz de produzir mudanças e responder às necessidades contextualizadas de uma determinada comunidade.” Pontuação que fundamenta a abordagem de desenvolvimento utilizada nesta pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é bibliográfica de caráter exploratório, com abordagem qualitativa. Estrutura que retrata, segundo a classificação de Gil (2008), uma pesquisa exploratória quanto aos objetivos, e uma pesquisa bibliográfica, quanto aos procedimentos técnicos. Para Minayo (1993), a pesquisa qualitativa trabalha com um universo de significados, crenças, aspirações, valores e atitudes, o que caracteriza uma profundidade das relações, dos processos e dos fenômenos. Assim, a abordagem qualitativa nos remete a trabalhar possibilidades, aspirações quanto à cultura organizacional e informacional. A compilação dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo, que de acordo com Bardin (2006) é o meio de investigação e interpretação das comunicações de maneira objetiva, sistemática e quantitativa, trabalhando as palavras contidas no texto. Sendo possível elaborar quadros comparativos por meio das palavras e do conteúdo em análise. Para identificar as categorias no modelo cultural de Cameron e Quinn (2011) e no uso estratégico da informação de Ilharco (2003) utilizou-se o critério léxico, que de acordo com Bardin (2006), é aquele que une as palavras pelo sentido das mesmas, ou agrupa pelos sinônimos. O estudo identifica metodologias para pontuar padrões culturais e informacionais que contribuem para o desenvolvimento organizacional e consequentemente local, regional e territorial.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Seguindo a orientação do modelo de Cameron e Quinn (2006) e a matriz de Ilharco (2003), formulou-se o constructo teórico condensado e apresentado no Quadro 2, servindo de parâmetro para, conhecer possíveis formas de uso da informação em um Modelo de cultura de Valores Competitivos (*Competing Value Model* – C.V.M.) e sua contribuição para o desenvolvimento, além de cooperar em pesquisas voltadas a definição da cultura informacional.

Quadro 2: Categorização do Modelo de Valores Competitivos (Cameron e Quinn, 2006) e a natureza da informação (Ilharco, 2003)

Tipologia Cultural (Cameron e Quinn, 2011)	Natureza da informação (Ilharco, 2003)
Cultura Clã: gerência delega poderes; normas e valores; flexibilidade e liberdade de ação; compartilham experiências.	Humanista: informação para construir conhecimento; autonomia nas decisões táticas; experiências individuais.
Cultura Inovativa: ambiente criativo e empreendedor; busca de novos conhecimentos para a inovação; iniciativa individual; foco externo e flexibilidade.	Interpretivista: informação se propõe a gerar significado, aprendizado, novo conhecimento para a ação e tomada de decisão estratégica; depende das crenças e valores do sujeito.
Cultura Hierárquica: valores e normas associadas à burocracia, colaboradores aceitam regras e regulamentos, foco interno e vinculado à estabilidade.	Estruturalista: informação como poder entre pessoas e grupos, condição de domínio entre processos táticos e operacionais.
Cultura de Mercado: orientada para resultados, competitividade e produtividade, foco externo.	Funcionalista: informação como representação dos resultados, utilizada no desempenho das tarefas operacionais.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Cameron e Quinn (2006) e Ilharco (2003)

As características da cultura de Clã usa a informação com enfoque Humanista; pois ambas estão associadas à autonomia na tomada de decisões, ao compartilhamento das experiências, a flexibilidade e liberdade de ação. A natureza da informação Humanista está relacionada à informação como emancipação.

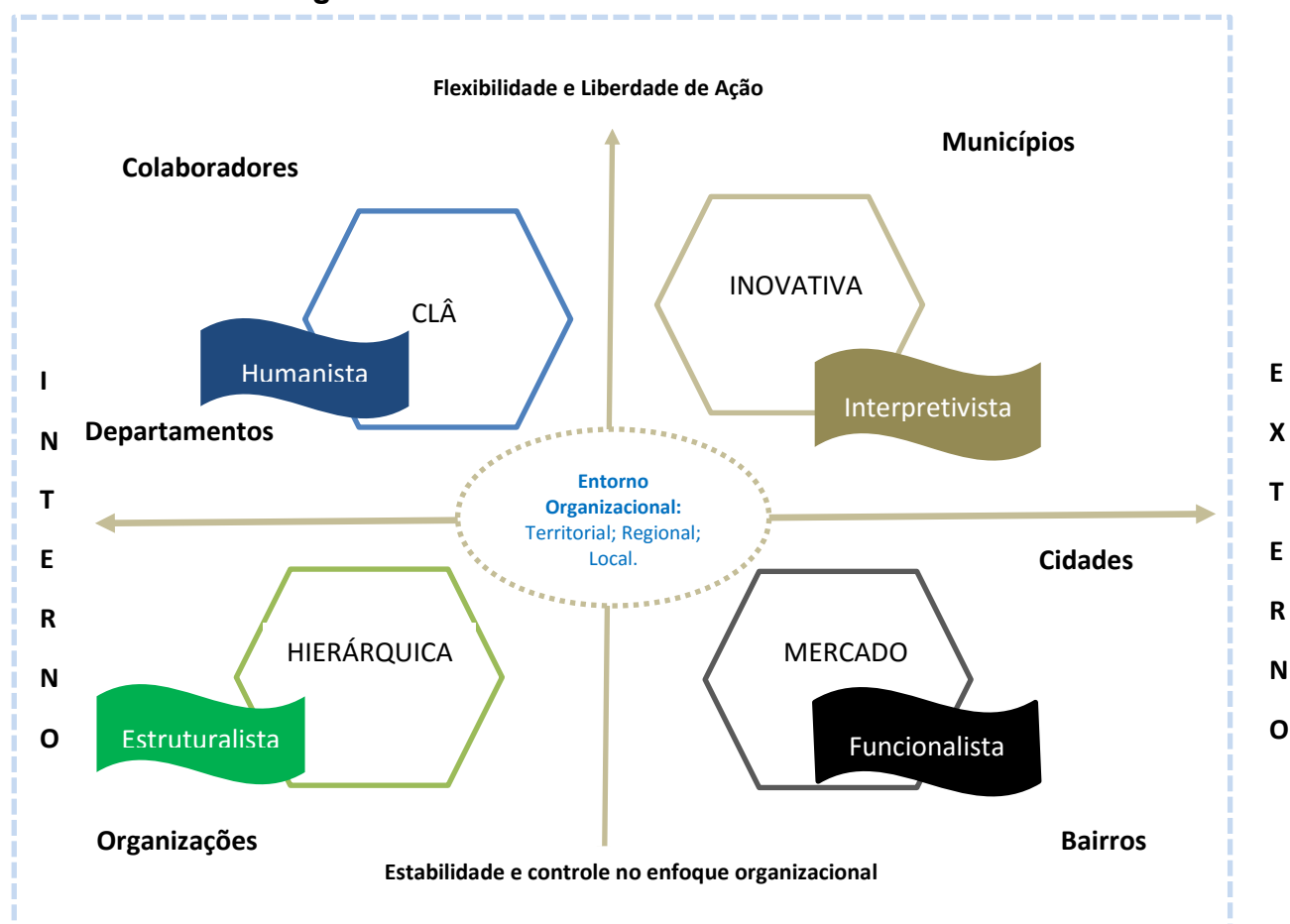
Já a cultura Inovativa está associada à natureza da informação Interpretivista; que têm como objetivo possibilitar um ambiente criativo e inovador onde a informação se propõe a gerar significado e novo conhecimento, contribuindo com a flexibilidade caracterizada na cultura Inovativa.

A cultura de Mercado utiliza-se da informação Funcionalista que está voltada para a obtenção de resultados e para atingir metas por meio da produtividade e competitividade, nesse quadrante destaca-se a informação como objeto no desempenho das atividades organizacionais.

As particularidades da cultura Hierárquica se relaciona a informação Estruturalista por meio dos valores e normas direcionados aos colaboradores com foco interno, essa natureza de informação está associada a informação como poder.

A partir da categorização entre as formas de uso estratégico da informação no modelo de Cameron e Quinn, (2006), associou-se este novo cenário ao desenvolvimento, verificando as possíveis contribuições a partir da apreciação do uso informacional predominante em cada modelo de gestão, e sua relação com o entorno organizacional. Dessa forma, foi possível, desenvolver uma reflexão das contribuições da cultura no desenvolvimento, representada na figura abaixo.

Figura 3: Reflexões da Cultura no Desenvolvimento



Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Cameron e Quinn (2006), Ilharco (2003)

A cultura de clã ao utilizar a informação na natureza humanista, predominantemente, impulsiona desenvolvimento territorial, regional e local, ao trazer o uso da informação a serviço da autonomia na tomada de decisões, no compartilhamento das experiências, na flexibilidade e liberdade de ação, mobilizando iniciativas por meio da participação ativa dos integrantes nos ambientes interno e externo.

Já a cultura Inovativa contribui principalmente com o desenvolvimento regional, buscando através da geração de significado e novo conhecimento, a tecnologia, a inovação, permitindo renovações estruturais, ambientais e sociais.

A cultura Hierárquica ao usar a informação Estruturalista, como poder nas relações, contribui com o desenvolvimento nas três perspectivas espaciais, porém de forma restrita, devido ao conjunto de normas e valores impostos a este modelo organizacional que limita sua atuação em função da rígida estrutura.

As peculiaridades da Cultura de Mercado levam a utilizar a informação como objeto, voltado à obtenção de resultados e metas. Esta forma de uso da informação impulsiona em grande escala o desenvolvimento territorial, regional e local, por meio da operacionalização dos planos táticos e estratégicos, retratando os aspectos da realidade.

Este cenário demonstra aspectos da cultura, mobilizando transformações e novas realidades em todo o entorno organizacional, nos permitindo resgatar o conceito de desenvolvimento trazido por Espírito-Santo, Oliveira e Ribeiro (2008, p.5), "uma realidade a ser criada", como um conceito na prática.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados alcançados no estudo, puderam-se conhecer as formas de uso da informação no Modelo de Cultura de Valores Competitivos (*Competing Value Model* – C.V.M.), e sua contribuição para o desenvolvimento.

As formas que cada modelo de gestão usa a informação retrata através dos aspectos da cultura organizacional e informacional sua visão de negócio.

Ou seja, retrata um conjunto abrangente de políticas, práticas e programas integrados às operações organizacionais, ora mais ou menos flexíveis, ora mais ou menos estáveis, que através da relação organizacional com seu entorno, contribui com o desenvolvimento humano, social, tecnológico, econômico, cultural e até ambiental se em seu conjunto de práticas, conter gestão ambiental.

O desenvolvimento humano, social, tecnológico e cultural pode ser desencadeado principalmente, quando a informação é usada para gerar conhecimento, aprendizado e novos conhecimentos, como base para ações, provocando mudanças e transformações em colaboradores, departamentos, organizações, bairros, cidades e municípios, criando uma nova realidade.

Esta pesquisa não esgota o tema, e sim contribui com os estudos interdisciplinares da Ciência da Informação, Desenvolvimento e a Administração, sugerindo a continuidade, para geração de novas informações e novos conhecimentos em outros aspectos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Traduções de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 3 ed. Lisboa : Edições 70, 2006.

BERTERO, C. O. *Cultura organizacional e instrumentalização do Poder*. In: FLEURY, M. T. L; FISCHER, R. M. *Cultura e poder nas organizações*. São Paulo: Atlas, 1996.

CAMERON, K. S.; QUINN, R. E. *Diagnosing and Changing Organizational Culture: Based on the Competing Values Framework* (Third Edition), 2011.

_____. *Diagnosing and changing organizational culture*. San Francisco: Jossey-Bass, 2006.

CAVALCANTI, M. F.; Ruwer, A. *Pensando o desenvolvimento regional sustentável: a atuação do Banco do Brasil S/A*. In: FADEL, Barbara (Org.). *Desenvolvimento regional: debates interdisciplinares*. Marília: Fundepe; Franca: Uni-Facef; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 155-170.

CHOO, C. W. *A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões*. São Paulo: SENAC, 2003.

CUCHE, D. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 1999.

CURRY, A.; MOORE, C. *Assessing information culture – an exploratory model*. *International Journal of Information Management*, n. 23, p. 91-110, 2003. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0268401202001020>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

ESPÍRITO-SANTO, Patrícia do; OLIVEIRA, Paulo Tarso; RIBEIRO, Daniela Figueiredo. *O conceito de desenvolvimento social sob a ótica do pensamento complexo: desenvolvimento humano e social*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS, 4., 2008, Franca. Anais eletrônicos... Franca: Uni-FACEF, 2008. Disponível em: <http://legacy.unifacef.com.br/quartocbs/artigos/D/D_160.pdf>. Acesso em: 02. Ago. 2015.

FADEL, Barbara; SMITH, Marinês Santana Justo. *Cultura organizacional: alavanca ou entrave ao desenvolvimento regional*. In: FADEL, Barbara (Org.). *Desenvolvimento regional: debates interdisciplinares*. Marília: Fundepe; Franca: Uni-Facef; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 73-99.

FREITAS, M. E. *Cultura organizacional: evolução e crítica*. São Paulo: Thompson Learning, 2007.

_____. *Cultura Organizacional: formação, tipologias e impactos*. São Paulo: Makron, McGraw-Hill, 1991.

FURTADO, Celso. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, Celso. *Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GIL. Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ILHARCO, Fernando. *Filosofia da informação: uma introdução à informação como fundação da acção, da comunicação e da decisão*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2003.

MINAYO, M. C. S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis – RJ: Vozes, 1994.

SCHEIN, E. H. *Coming to a New Awareness of Organizational Culture*. Sloan Management Review: Winter, 1984.

_____. *Cultura organizacional e liderança*. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

SMIRCICH, Linda. *Concepts of culture and organizational analysis*. In.: *Administrative Science Quarterly*. Vol. 28, n. 3, Organizational Culture, Sep., 1983, p. 339-358.



VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Informação e conhecimento em organizações complexas: In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). *Gestão da Informação e do conhecimento*. São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica, 2008. p. 11-25.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Ambientes e fluxos de informação. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim. (Org.). *Ambientes e fluxos de informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 13-22.

WAGNER III, John A.; HOLLENBECK, John R., tradução MOREIRA K. Cid. *Comportamento Organizacional - Criando Vantagem Competitiva*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2000.

WOIDA, Luana Maia. Cultura Informacional: um modelo de realidade social para a inteligência competitiva organizacional. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). *Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação*. São Paulo: Pólis, 2008. p. 93-115.

**SOCIODRAMA COM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS: UM INSTRUMENTO DE
INVESTIGAÇÃO E PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL.**

*SOCIODRAMA WITH STUDENTS IN HIGHER EDUCATION: A DEVICE TO
INVESTIGATE AND PROMOTE MENTAL HEALTH.*

Sessão temática: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas (Psicologia, Saúde e Desenvolvimento).

GOMES, Angélica Teixeira
Universidade de São Paulo/ Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto.
E-mail: angelicagomes@usp.br

PEDRÃO, Luis Jorge
Universidade de São Paulo/ Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto.
Email: lujope@eerp.usp.br

RIBEIRO, Daniela de Figueiredo
Centro Universitário Municipal de Franca/ Uni-FACEF.
Email: danifiribeiro@yahoo.com.br

ANDRADE, Antonio dos Santos
Universidade de São Paulo/Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto.
Email: antandras@ffclrp.usp.br

Resumo

Este estudo objetivou realizar uma revisão da literatura sobre saúde mental em estudantes universitários, buscando compreender o impacto da vivência acadêmica sobre a saúde mental dos discentes e destacando as principais orientações das pesquisas atuais para manejo nesse campo. O trabalho discute também as contribuições do Sociodrama moreniano para a pesquisa dos fatores causadores de sofrimento psíquico e como instrumento de intervenção para promoção de saúde mental. Os resultados encontrados indicam a importância da atenção a saúde mental do estudante, à medida que o sofrimento psíquico é frequentemente encontrado nessa parcela da população.

Palavras-chave: Saúde Mental, Estudante Universitário, Sociodrama.

Abstract

The objective of this study is to conduct a review of the literature on mental health in college students, trying to understand the impact of academic experience on the mental health of students and highlighting the main guidelines of current research for management in this field. The paper also discusses the Sociodrama Moreniano

contributions to the research of factors that cause psychological distress and as an intervention tool for mental health promotion. The results indicate the importance of students' mental health as psychological distress is often found in this portion of the population.

Keywords: Mental Health; Undergraduate students; Sociodrama.

1 INTRODUÇÃO

O tempo de vivência universitária é marcado por diversos desafios para aqueles que a experimentam. Diferentes situações enfrentadas pelos estudantes universitários podem ocasionar sofrimento psíquico, que se manifestam por meio de diferentes sintomas, como a depressão, a dependência química, as fobias, elevado índice de absenteísmo, isolamento (XAVIER; NUNES; SANTOS, 2008). O presente trabalho teve o objetivo de realizar um levantamento bibliográfico acerca da temática saúde mental do estudante universitário, buscando compreender como tal assunto está sendo investigado e as recomendações oriundas a partir do mesmo. Além disso, buscará discutir a pertinência do uso do Sociodrama com estudantes universitários como instrumento de investigação e promoção de saúde mental.

Alguns estudos atuais encontrados discutem a importância da atenção à saúde mental dos estudantes universitários, à medida que o sofrimento psíquico tem sido frequentemente encontrado nessa parcela da população (BONIFÁCIO, 2011; BARDAGI; HUTZ, 2011; OSSE, 2013; COLARES; ANDRADE, 2009; RAMOS-CERQUEIRA, 2005).

Segundo Bardagi, Hutz (2011), os desafios inerentes à formação universitária se constituem em um terreno fértil para o aparecimento do estresse. Desde o ingresso no ensino superior, o aluno deverá enfrentar tarefas complexas em três domínios: no nível acadêmico, precisará desenvolver novos ritmos e estratégias de aprendizagem, além de se adaptar a novos sistemas de ensino e avaliação; no nível social, novos padrões de relacionamento serão demandados, assim como a ampliação da rede social; no nível pessoal, surge a necessidade de desenvolvimento de um sentido mais forte de identidade; no nível vocacional, deverá definir novas metas de carreira.

Os estudantes universitários se configuram como um grupo merecedor de especial atenção, pois além do esforço adaptativo às sempre crescentes exigências acadêmicas, precisam lidar com questões internas próprias do período de desenvolvimento em que se encontram. O período vivenciado na universidade pode gerar inúmeros conflitos e até mesmo desencadear transtornos, por se tratar de uma fase de transição, com muitas modificações na vida do indivíduo (Silva, 2010).

Mas quais são os fatores causadores de sofrimento psíquico no universitário? Quais estratégias utilizam para enfrentar tal sofrimento? As pesquisas encontradas buscaram responder tais questionamentos, e serão apresentadas a seguir.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Bardagi e Hutz (2011) elaboraram uma sistematização acerca da produção nacional sobre a temática do estresse e estratégias de coping em estudantes

universitários, a partir do mapeamento de publicações sobre o tema no período de 1999 a 2009, objetivando identificar os avanços e necessidades nessa área e subsidiar a elaboração de novos estudos sobre o tema no contexto universitário. Os resultados do levantamento apontam que grande parte dos estudos enfoca estudantes da área da saúde, há predomínio de estudos quantitativos e um aumento de produção a partir do ano de 2007. Nesse sentido, destacam como ainda são recentes e escassos os estudos sobre estresse e coping entre universitários no Brasil.

A vulnerabilidade do aluno universitário ao estresse foi confirmada nos resultados dos estudos revisados pelos autores, em que os índices de presença de estresse são iguais ou superiores a 40% da amostra pesquisada. Esses estudos ainda apontam a correlação positiva entre estresse e depressão na população universitária pesquisada, o que enfatiza o potencial prejuízo à saúde mental e ao aproveitamento da experiência acadêmica por esses alunos. Os autores destacam a necessidade de ampliação de pesquisas com essa temática, principalmente utilizando um número maior e mais diversificado de alunos, seja mapeando-se de forma ampliada os eventos considerados geradores de estresse no ambiente universitário, em especial aqueles próprios à rotina e experiência acadêmica, assim como identificando o perfil dos alunos mais afetados pelos eventos estressores, para a criação de estratégias preventivas mais efetivas.

O estudo de Silva (2010) com 367 estudantes de graduação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) buscou investigar e correlacionar qualidade de vida, bem-estar psicológico e características relacionais em estudantes universitários. Para realizar tal objetivo, conduziu uma pesquisa transversal, de caráter descritivo e de abordagem quantitativa e qualitativa, utilizando 4 instrumentos para coleta de dados: Ficha de Dados Sociodemográficos; Instrumento de Avaliação de Qualidade de Vida da OMS (WHOQOL-bref); Questionário de Saúde Geral (QSG-1); BORRTI-O (Bell Object Relations and Reality Testing Inventory).

Os resultados de todos os instrumentos foram discutidos e correlacionados, confirmando dados já existentes na literatura sobre sofrimento psíquico e transtorno mental em estudantes universitários de diferentes áreas. Nesse sentido, a autora chama atenção para os dados obtidos com o instrumento QSG-12, sobre sofrimento psíquico, a medida que o resultado indica valores preocupantes: quase metade da amostra, 48,8% dos participantes, apresenta sofrimento psíquico merecedor de atenção. Além disso, outro dado importante refere-se à satisfação dos estudantes com o curso de graduação, observando que 20,5% dos participantes não se sentem satisfeitos com o curso em que estão matriculados e essa insatisfação é um fator de vulnerabilidade ao sofrimento psíquico. Nesse sentido, conclui a autora, torna-se fundamental o planejamento de estratégias de atenção à saúde da população universitária.

Bonifácio et al. (2011) conduziram uma investigação com 17 estudantes de 4º e 5º ano de Psicologia, a fim de compreender quais eventos estressores se apresentam para esses estudantes e como ocorre o manejo dos mesmos. Adicionalmente, os autores buscaram conhecer a presença de sintomas físicos e psicológicos relacionados ao estresse. Os instrumentos utilizados para a realização da pesquisa foram o Roteiro de Entrevista Semiestruturada de Investigação do Estresse, abordando questões referentes a moradia dos estudantes, distância dos familiares e amigos, exigência acadêmica, o manejo de tempo e se durante a vivência acadêmica ocorre a interrupção de atividades de lazer. Além disso, a pesquisa utilizou como instrumento de coleta de dados o *Inventário de Sintomas de Stress para Adultos (ISSL)*, que permite diagnosticar se a pessoa tem stress, em que fase do processo se encontra (alerta, resistência, quase-

exaustão e exaustão) e se sua sintomatologia é mais típica da dimensão física ou psicológica.

Os resultados da investigação evidenciam a vulnerabilidade dos estudantes do quarto e quinto ano do curso de Psicologia ao desenvolvimento de estresse. Os dados encontrados a partir das Entrevistas Semiestruturadas apontam como eventos estressores, na perspectiva dos estudantes participantes do estudo, as demandas de adaptação e integração ao mundo acadêmico e às novas formas de moradia (morar em república ou sozinho); a adaptação às contingências de ensino e aprendizagem, especificamente situações ligadas às exigências acadêmicas (prazos, carga horária, atividades extracurriculares, provas, final de semestre); a necessidade de organização do tempo e de atividades (os alunos deixam de fazer muitas coisas para se dedicarem exclusivamente à faculdade) e finalmente, o estabelecimento de novas relações interpessoais. Segundo os autores, dos 17 participantes da pesquisa, 9 não apresentaram estresse e 8 apresentaram na fase de resistência, caracterizada por sintomas como a sensação de fadiga e dificuldades com a memória.

Com relação às estratégias de enfrentamento normalmente empregadas para manejo da tensão e estresse, a maioria dos participantes relatou que busca lidar sozinho com as dificuldades vividas; os demais relataram compartilhar os problemas com amigos, pais e namorados(as). Somente 2 relataram que, além da utilização das estratégias citadas acima, contaram com ajuda profissional (médica e/ou psicológica). A referente constatação reforça, segundo os pesquisadores, a relevância das redes de apoio e de assistência aos estudantes, à medida que as exigências e demandas da vida universitária colocam diversos desafios aos estudantes desde o seu ingresso, que devem apresentar recursos cognitivos e emocionais complexos para manejar as demandas deste novo ambiente. Esse processo não é vivido sem impacto na saúde física e psicológica dos discentes, conclui os autores, e faz-se necessário o desenvolvimento de programas de apoio psicológico específicos para a população universitária.

O estudo de Osse (2013) teve como objetivo geral mapear os serviços de atenção ao estudante universitário, o estado emocional e as necessidades dos mesmos, no contexto da Universidade de Brasília (UnB/DF), para obter subsídios ao planejamento e implementação de programas de proteção, prevenção e assistência estudantil. A autora realizou uma pesquisa ação integral e sistêmica (PAIS) com estudantes dos diferentes campi da UnB, representantes discentes e Gestores dos serviços de Assistência Estudantil. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados incluíram a aplicação de um “Questionário Sobre o Estado Emocional (QEE)”, desenvolvido pela própria pesquisadora; Grupos de Discussão com discentes de diversos cursos e representantes dos Centros Acadêmicos, além de Entrevistas Semiestruturadas com Gestores de Serviços de Assistência Estudantil da própria Universidade.

Foram considerados e analisados 522 questionários e os resultados obtidos por meio do Questionário Sobre o Estado Emocional (QEE) apresentaram, em média, um grupo de estudantes com uma postura positiva em relação à vida, pois responderam que frequentemente apresentam sinais de bem-estar. No entanto, apesar de os resultados dos respondentes apresentarem-se dentro da média, em uma parcela dos investigados foram encontrados sinais de sofrimento psíquico acima do esperado para a idade, especificamente, entre aqueles que se encontram entre 19-24 anos. Nessa faixa etária, 38% dos respondentes apontaram dificuldades de atenção e alterações de sono, 33% indicaram sinais de dificuldades de concentração e 40% apresentaram sinais de ansiedade acima da média. Portanto, um grupo significativo, entre os participantes, apresenta sinais de necessidade de atenção.

A autora destaca como as instituições de ensino superior estão se multiplicando para atender a grande demanda de alunos da atualidade; porém, ainda falta o mesmo empenho para a adequação das instalações das políticas e dos processos educativos à diversidade de características e de expectativas desta população, existindo, assim, uma facilidade de acesso ao ensino superior com pouca preocupação pela experiência vivida pelos estudantes, especificamente no tocante aos fatores geradores de sofrimento psíquico. A autora conclui defendendo a importância da ampliação dos serviços de assistência estudantis.

Observando-se os resultados das pesquisas supracitadas, percebe-se dados que apontam presença de sofrimento psíquico na população universitária de forma geral, merecedora de atenção por parte das diferentes instituições de ensino, e a necessidade de ampliação de pesquisas a respeito da temática. A pesquisa de Silva (2010) destaca em seus resultados o índice preocupante de estudantes (48,8%) que apresentaram sinais de sofrimento psíquico, e a importância da compreensão dos fatores geradores de sofrimento para concretização de ações de prevenção e atenção à saúde do universitário. Segundo Bardagi e Hutz (2011), muitos estudos vêm explorando a temática do estresse entre universitários de diferentes culturas, no entanto, há predomínio de estudos quantitativos e com a população de estudantes da área da saúde; os autores sugerem a ampliação de pesquisas com metodologias diferentes de investigação, à medida que tais estudos são fundamentais para subsidiar o desenvolvimento de programas de apoio psicológico específicos para a população universitária, assim como a ampliação da discussão a respeito da assistência estudantil.

De modo geral, as pesquisas concluem sobre a responsabilidade das instituições de ensino e formação em proporcionar espaços de diálogo para que os estudantes universitários possam expressar os diferentes conflitos vivenciados ao longo dos cursos de formação, como medida protetiva à saúde mental e também para ampliar o aproveitamento acadêmico dos discentes. Nesse sentido, sugerem a instituição de espaços, pela universidade, que favoreçam a expressão do sofrimento psíquico; que permitam a investigação e compreensão das dificuldades vivenciadas cotidianamente e que exigem esforços adaptativos dos alunos, assim como oportunizem a criação de estratégias de enfrentamento das angústias suscitadas ao longo da vida. De acordo com Bardagi e Hutz (2005), verifica-se uma necessidade de elaboração de estratégias de auxílio aos universitários que sejam criadas em função das dificuldades específicas dos mesmos, para não repetir fórmulas preestabelecidas para outros públicos. Afinal, as instituições educacionais não deveriam estar atentas somente ao desempenho acadêmico, à frequência escolar ou à formação profissional dos alunos, uma vez que se constitui em um espaço de formação integral do estudante.

Ao realizar a revisão da literatura sobre a temática do sofrimento psíquico em estudantes universitários, observa-se ainda que grande parte das mesmas possui um caráter quantitativo e epidemiológico, não enfatizando a experiência do aluno, tal como vivida, desde a entrada na universidade até o término do curso. Nesse sentido, questiona-se: quais fatores da vivência universitária constituem-se como estressantes e desencadeadoras de conflitos emocionais? O que faz o universitário sofrer? Quais as principais dificuldades vivenciadas nesse período? Como os alunos percebem e significam a experiência acadêmica, no que concerne a apropriação do papel de estudante universitário e as demandas desse papel?

Tais questionamentos salientam a importância de pesquisas qualitativas com estudantes universitários que se ocupem das experiências desses estudantes, buscando compreender os fatores de impacto na saúde mental, mapeando as situações

desafiadoras e geradoras de sofrimento psíquico, assim como as vivências ampliadoras de potencialidades.

Para Nery et al. (2006), o Sociodrama configura-se como um método de pesquisa interventiva, que busca compreender os processos grupais e intervir em uma de suas situações-problema, por meio da ação/comunicação das pessoas. Através de encontros grupais e da metodologia Sociodramática, o pesquisador proporciona aos participantes um momento para abordar os temas ou os conflitos que lhe são peculiares. Nesta experiência, procura viabilizar a expressão das pessoas e suas tentativas de resolução dos conflitos.

Segundo Moreno (2008) a psiquiatria praticada no início do século XIX mantinha as características da medicina “somática” praticada nesse momento hist rico: entendia o organismo individual como o local do padecimento físico. A Psicanálise, segundo o autor, é uma das formas máximas de expressão dessa concepção do processo saúde-doença, privilegiando a idéia de um organismo individual específico como local do padecimento psíquico. O autor irá questionar tal premissa da inexistência de padecimento para além do próprio indivíduo, propondo o tratamento das relações vividas no grupo, dos papéis que os indivíduos assumem nessas relações (e como assumem), desfocando assim, as possibilidades de tratamento do sofrimento psíquico para o grupo. Nasce assim a proposta do Sociodrama.

“O Sociodrama pode ser definido como um método profundo de ação para a abordagem de relações intergrupais e de ideologias coletivas. O verdadeiro sujeito do Sociodrama é o grupo” (MORENO, apud FOX, 2002, p. 51-52).

Assim, a proposta do Sociodrama como forma de tratamento desloca primeiramente o *locus da terapia* do indivíduo para o grupo; em segundo lugar, o *agente de terapia*, até então exclusivamente o médico ou o psicoterapeuta, passa a ser também os integrantes do grupo; e finalmente, o veículo da terapia, que até então era o médico e o potencial interpretativo do mesmo, se desloca também para os mais variados instrumentos, que se pode utilizar no Sociodrama: dança, música, teatro, cinema, entrevistas, contos de fadas, debates, dentre outros (MORENO, 2008).

Moreno acreditava, dessa maneira, que através do Sociodrama, todo o grupo seria colocado no “palco” para tratar de seus problemas, o grande desafio seria o desenvolvimento de métodos de ação profundos que alcançassem a problemática grupal, revelando-a e provocando a catarse social (FOX, 2002; BUSTOS, 1992).

No contexto universitário, o Sociodrama vem sendo utilizado para promoção de saúde mental e como estratégia de facilitação do processo ensino-aprendizagem, conforme os estudos de Ramos-Cerqueira et al. (2005) e Colares e Andrade (2009).

Ramos- Cerqueira et al. (2005) conduziram grupos de Sociodrama com alunos de 6º ano de Medicina, objetivando possibilitar aos alunos a identificação de aspectos positivos e negativos da sua trajetória acadêmica, assim como sentimentos a ela relacionados. O Sociodrama foi escolhido pelos autores por tratar-se de recurso que possibilita o trabalho com grupos, enfocando a revelação dos conflitos internos desse grupo e buscando, a partir da compreensão desses conflitos, possíveis resoluções. É um procedimento adequado para o estudo das inter-relações culturais de pessoas que estão num processo contínuo de interação e permuta de valores. Os pesquisadores conduziram os grupos com os alunos por dois anos consecutivos e todas as sessões grupais foram registradas por escrito.

Para condução do Sociodrama, os autores utilizaram contos de fadas como recursos para que os estudantes identificassem sua trajetória estudantil e o momento que estavam vivendo. De modo geral, os autores avaliaram que a utilização de jogos e

dramatizações nos encontros grupais pôde auxiliar a expressão dos afetos experimentados pelos alunos ao resgatarem situações vivenciadas ao longo do curso médico. Através da leitura e dramatização de contos de fadas, as resistências foram atenuadas e os alunos puderam catalisar afetos e angústias vividos na formação, reaproximando-se da própria experiência emocional, pois muitas vezes, utilizam mecanismos de defesa para suportar o contato com o sofrimento do outro, o paciente. Além disso, apareceram nos encontros grupais a preocupação dos alunos com os exames de residência, fantasias paranóides e depressivas associadas ao medo de fracassar como futuro médico. Outro aspecto percebido pelos autores é que o grupo de alunos pôde fortalecer a identidade e a coesão grupal, fragmentada pelos tempos do internato, permitindo que a turma se reencontrasse e construísse o final da formação conjuntamente. Os autores acreditam que trabalhos de intervenção nas escolas médicas, que mobilizem afetos e vivências são fundamentais para ampliação de espaços de humanização dos futuros profissionais, através de estratégias grupais que possibilitem reflexão e catarse.

Colares e Andrade (2009) realizaram uma pesquisa intervenção junto a estudantes de Medicina com o objetivo de investigar os efeitos de uma atividade prática reflexiva fundamentada no Sociodrama educacional. Realizaram nove encontros de grupo reflexivo, com duração de 2 horas, e uma atividade prática- reflexiva ao final. Os participantes foram dez estudantes de Medicina de uma universidade pública, alunos do segundo ao quarto ano, com idades de 18 a 23 anos, sendo 7 participantes do sexo feminino e 3 de sexo masculino. Os resultados encontrados pelos autores nos grupos reflexivos apontam as dificuldades e conflitos vivenciados pelos alunos participantes da pesquisa, ao longo da formação, e que se constituem, segundo os autores, no Sociodrama educacional do estudante de Medicina. As falas representam dificuldades advindas desde a entrada do aluno no curso médico, a vida como calouro, sua relação com o veterano, com a instituição, a família e a sociedade como um todo. Na atividade de avaliação do processo grupal, os alunos relataram que participar do grupo permitiu o estabelecimento de um espaço para trocas, apoio, aprendizado e, acima de tudo, foi uma experiência que favoreceu a organização das ideias e pensamentos advindos da experiência acadêmica. Técnicas próprias do Psicodrama, experimentadas no grupo, tal como “se colocar no lugar do outro” permitiram para os alunos a possibilidade de aprender a lidar com a perspectiva do outro. Nesse sentido, o grupo acabou por favorecer o compartilhar de sentimentos, bem como elucidar em algumas ocasiões os conflitos que surgem frente à trajetória acadêmica. Sobre esse ponto, os alunos reiteraram a importância de compartilhar, na vivência grupal, angústias e ansiedades até então vividas solitariamente.

Os autores concluem indicando a importância da instituição e aprimoramento de atividades formativas reflexivas no ensino de graduação que permitam a expressão da espontaneidade, promovendo assim mudanças nas representações que os indivíduos possuem sobre os papéis sociais vividos em contextos educacionais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo realizar uma revisão da literatura sobre a temática da saúde mental em estudantes universitários e os resultados apresentados por esses estudos. Analisando-se os estudos apresentados, percebe-se a importância de que as universidades pensem em ações de intervenção que privilegiem a promoção de saúde

mental dos estudantes, oportunizando aos mesmos a possibilidade de enfrentamento dos principais conflitos vivenciados ao longo do curso, favorecendo assim um melhor aproveitamento da experiência acadêmica.

Os estudos reforçaram a importância do estabelecimento de redes de apoio e de assistência ao estudante universitário, pois verifica-se que as exigências e demandas da vida acadêmica são desafiadoras para os estudantes em diversos níveis: devem desenvolver novos recursos cognitivos e emocionais complexos para lidar com tais desafios.

Nesse sentido, o Sociodrama moreniano apresenta-se como uma possibilidade de trabalho de pesquisa e intervenção com os estudantes, a medida que os participantes desses encontros são estimulados a conhecer e vivenciar, por meio das técnicas de ação, sua problemática vivencial e os possíveis modos de enfrentamento das mesmas. Um dos objetivos do Sociodrama é justamente aumentar o nível de consciência dos participantes acerca de si mesmo e do contexto que habitam, além da busca de clarificação dos conflitos interpessoais existentes no grupo.

4 REFERÊNCIAS

BARDAGI, M. P.; HUTZ, S. Eventos estressores no contexto acadêmico: uma breve revisão da literatura brasileira (2011). **Interação Psicologia**, 15(1):111-119, jan.-jun.

_____. Evasão universitária e serviços de apoio ao estudante: uma breve revisão da literatura brasileira (2005). **Psicologia Revista**, São Paulo, 14(2): 279-301, nov.

BONIFACIO, S. P.; SILVA, R. C. B.; MONTESANO, F. T.; PADOVANI, R. C. (2011). Investigação e manejo de eventos estressores entre estudantes de Psicologia. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, 7(1), 15-20.

BUSTOS, D. M. (1992). **Novos Rumos em Psicodrama**. São Paulo: Editora Ática.

COLARES, M. F. A.; ANDRADE, A. S. (2009). Atividades grupais reflexivas com estudantes de Medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**, vol 33, p. 101-114.

FOX, J. **O Essencial de Moreno: textos sobre psicodrama, terapia de grupo e espontaneidade**. (2002). São Paulo: Editora Ágora.

MORENO, J. L. **Psicodrama**. 16ª ed. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Cultrix, 2008.



NERY, M. P.; COSTA, L.; CONCEIÇÃO, M. I. G. (2006). O Sociodrama como método de pesquisa qualitativa. **Paidéia** (Ribeirão Preto), v. 16, n. 35, Dezembro.

SILVA, R. R. **O perfil de saúde de estudantes universitários**: um estudo sob o enfoque da Psicologia da Saúde. 2010. 90 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, RS.

RAMOS-CERQUEIRA, A. T. A. et al. (2005) Era uma vez... contos de fadas e psicodrama auxiliando alunos na conclusão do curso médico. **Interface** (Botucatu), Botucatu, v. 9, n. 16, Feb.

OSSE, C. M. C. **Saúde Mental de Universitários e Serviços de Assistência Estudantil**: Estudo Multiaxial em uma Universidade Brasileira. 2013. 246 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica)- Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, DF.

XAVIER, A.; NUNES, A.I.B.L.; SANTOS, M.S. (2008). Subjetividade e sofrimento psíquico na formação do Sujeito na Universidade. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 8, n. 2.



**UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL: CONSIDERAÇÕES SOBRE SUA
GÊNESE LEGISLATIVA**

*UNITS OF SUSTAINABLE USE CONSERVATION: CONSIDERATIONS ON ITS
GENESIS LEGISLATIVE*

Sessão temática: Desenvolvimento Ambiental/Sustentável.

FARIA, Gilberto
Uni-Facef

Mestrando em Desenvolvimento Regional
gilbertoflorencio@hotmail.com

BERTELLI, Célio
Uni-Facef

Pós-doutorando em Desenvolvimento Regional

FADEL, Bárbara
Uni-Facef
Doutora em História

Resumo

O Encontro de Founex em 1971 marcou o início do consenso sobre a necessidade de se compatibilizar desenvolvimento e conservação ambiental, a que se chamou desenvolvimento sustentável. O Congresso da União Internacional para Conservação da Natureza em Bali em 1982 o início do processo de integração socioeconômica das áreas protegidas, denominadas de unidades de conservação pela legislação brasileira. A partir de Founex o conceito de sustentabilidade se desenvolveu e hoje faz parte de ordenamentos jurídicos e orienta políticas públicas em diversos países. O mesmo pode se dizer em relação às áreas protegidas cujo atual sistema de categorização ampliou a capacidade de contribuir com o desenvolvimento sustentável. A Lei 9985/00 que instituiu o Sistema Nacional das Unidades de Conservação prevê em seu artigo 7º a existência de dois grupos de unidades de conservação: o grupo de proteção integral e o grupo de uso sustentável. O objetivo deste estudo foi compreender a natureza das unidades de conservação de uso sustentável através da evolução do conceito de sustentabilidade e de áreas protegidas (unidades de conservação). A interpretação dos documentos objetos desta pesquisa bibliográfica demonstrou que a categoria de unidade de conservação de uso sustentável está em sintonia com a categorização da UICN. Ademais, a compreensão da dinâmica do processo de integração socioeconômica das áreas protegidas no nível internacional possibilitou uma compreensão mais ampla da norma brasileira.

Palavras-Chave: Sustentabilidade. Unidades de conservação de uso sustentável. Lei 9985/00.

Abstract

The meeting of Founex in 1971 marked the beginning of consensus on the need to harmonize development and environmental conservation, which is called sustainable development. The Congress of the International Union for Conservation of Nature in Bali in 1982 the beginning of the socio-economic integration process of protected areas, called protected areas under Brazilian law. From Founex the concept of sustainability has developed and is now part of legal systems and guides public policy in many countries. The same can be said in relation to protected areas whose current categorization system expanded the capacity to contribute to sustainable development. Law 9985/00 which created the National System of Protected Areas provides in Article 7 the existence of two groups of conservation units: full protection group and the sustainable use group. The aim of this study was to understand the nature of sustainable use conservation units through the evolution of the concept of sustainability and protected areas. The interpretation of the objects documents of this literature search showed that the category of sustainable use conservation unit is in line with the categorization of IUCN. Moreover, understanding the dynamics of socio-economic integration process of protected areas at the international level has enabled a broader understanding of the standard.

Keywords: Sustainability. Conservation Units. Law 9985/00.

1 INTRODUÇÃO

Se o Encontro de Founex em 1971 marcou o início do consenso sobre a necessidade de se compatibilizar desenvolvimento e conservação ambiental, a que se chamou desenvolvimento sustentável, foi o Congresso da União Internacional para Conservação da Natureza em Bali em 1982 que iniciou o processo de integração socioeconômica das áreas protegidas, denominadas de unidades de conservação pela legislação brasileira.

A partir de Founex o conceito de desenvolvimento sustentável passou a fazer parte de ordenamentos jurídicos e orienta políticas públicas em diversos países. O mesmo pode se dizer em relação às áreas protegidas, gênero do qual fazem parte as unidades de conservação, cujo atual sistema de categorização internacional, espelhado na norma brasileira, ampliou a capacidade de se compatibilizar desenvolvimento e conservação ambiental.

A Lei 9985/00 que instituiu o Sistema Nacional das Unidades de Conservação prevê em seu artigo 7º a existência de dois grupos de unidades de conservação: o grupo de proteção integral e o grupo de uso sustentável.

O objetivo deste estudo foi compreender a natureza das unidades de conservação de uso sustentável através da evolução do conceito de desenvolvimento sustentável nos documentos da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e do conceito de áreas protegidas (unidades de conservação) nos documentos da União Internacional de Conservação da Natureza (IUCN), identificando os reflexos no ordenamento jurídico brasileiro.

A justificativa desta pesquisa é a própria finalidade da Lei 9985/00, pois dentre seus objetivos consta a promoção do desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais e da utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento.

A partir do referencial proposto por Severino (2007) optou-se por uma pesquisa de caráter exploratório, com a coleta de dados para o referencial teórico através do levantamento bibliográfico.

O trabalho, a partir deste ponto está dividido em seções: a primeira sobre sustentabilidade, a segunda sobre as unidades de conservação de uso sustentável e a terceira que apresenta as considerações finais.

2 SUSTENTABILIDADE

O objetivo desta seção é resgatar o conceito de desenvolvimento sustentável nos documentos da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) identificando seus reflexos no ordenamento jurídico brasileiro.

2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NOS DOCUMENTOS DA ONU/PNUMA: DO CONSENSO À HARMONIZAÇÃO DE OBJETIVOS

Para Veiga (2013) foi o encontro do “Grupo de Peritos sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente” que se estabeleceu a agenda que orientou os entendimentos multilaterais sobre a sustentabilidade do processo de desenvolvimento nas quatro décadas que se seguiram. Uma abordagem mais unificada para o desenvolvimento deveria propiciar uma melhor compreensão e tratamento dos problemas ambientais (Declaração de Founex, 1971).

Sachs (2000) esclarece que foi a partir de Founex que surgiu, consensualmente, o “caminho do meio” entre duas posições extremas: a que defendia o crescimento econômico a qualquer custo, em detrimento da preocupação com o meio ambiente, e a que defendia o crescimento econômico zero, em detrimento da diminuição da capacidade de gerar condições capazes de diminuir as desigualdades entre os países do Norte e do Sul.

O caminho do meio nascido em Founex foi aprofundado na Conferência sobre o Meio Ambiente Humano de Estocolmo, em 1972, quando se reconheceu que a defesa e o melhoramento das condições ambientais para as futuras gerações tinha se tornado a meta imperiosa da humanidade, que só seria alcançada se cidadãos, comunidades, empresas e instituições aceitassem as responsabilidades e participassem equitativamente desse esforço em comum. (Declaração de Estocolmo, 1972). Os Princípios 2, 3, 4 e 5 são explícitos nesse sentido:

Princípio 2 – Os recursos naturais da terra incluídos o ar, a água, a terra, a flora e a fauna e especialmente amostras representativas dos ecossistemas naturais devem ser preservados em benefício das gerações presentes e futuras, mediante uma cuidadosa planificação ou ordenamento.

Princípio 3 – Deve-se manter, e sempre que possível, restaurar ou melhorar a capacidade da terra em produzir recursos vitais renováveis.

Princípio 4 – O homem tem a responsabilidade especial de preservar e administrar judiciosamente o patrimônio da flora e da fauna silvestres e seu habitat, que se encontram atualmente, em grave perigo, devido a uma combinação de fatores adversos. Consequentemente, ao planificar o desenvolvimento econômico deve-se atribuir importância à conservação da natureza, incluídas a flora e a fauna silvestres.

Princípio 5 – Os recursos não renováveis da terra deve empregar-se de forma que se evite o perigo de seu futuro esgotamento e se assegure que toda a humanidade compartilhe dos benefícios de sua utilização (Declaração de Estocolmo, 1972, p. 3).

A conservação e restauração dos recursos naturais e a participação da população aparecerão novamente em outros dois documentos ligados a ONU/PNUMA: a Declaração de Cocoyoc de 1974, que defendia uma menor exploração da natureza através da diminuição do consumo pelos países ricos e uma estratégia de *self-reliance*², e o Relatório Dag Hammarskjold (1975) para o qual o “outro desenvolvimento” deveria ocorrer dentro dos limites da biosfera e através das forças da própria sociedade que o empreende.

Em 1983 a ONU/PNUMA criou a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), órgão incumbido de redigir uma agenda global para mudanças. O documento que se tornou conhecido como “Nosso Futuro Comum” definiu desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades (CMMAD, 1988, p. 46).

A Declaração do Rio, fruto da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, confirmou o conteúdo dos documentos até aqui mencionados. A seguir a transcrição os princípios 4 e 10:

Princípio 4 – Para alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental deve constituir parte integrante do processo de desenvolvimento, e não pode ser considerada isoladamente.

Princípio 10 – A melhor maneira de tratar as questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. No nível nacional, cada indivíduo deve ser acesso adequado a informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações sobre materiais a atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar de processos de tomada de decisões. Os Estados devem facilitar e estimular a conscientização e a participação pública, colocando a informação à disposição de todos (Declaração do Rio, 1992).

Por fim, destaca-se do compromisso assumido pela Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, através da Declaração de Joanesburgo, o reconhecimento da existência de três pilares que propiciam o desenvolvimento sustentável: o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social e a proteção ambiental (Declaração de Joanesburgo, 2002).

A breve passagem pelos documentos da ONU/PNUMA mostrou que o “caminho do meio” nascido em Founex (1971) e cristalizado em Estocolmo (1972), evoluiu para a ideia de “um outro desenvolvimento” em Cocoyoc (1974) e no Relat rio Dag Hammarskjold (1975). Mas foi em 1987, através do documento Nosso Futuro Comum que a definição de desenvolvimento sustentável se consolidou, passando, em seguida, a contemplar as dimensões econômicas sociais e ambientais, nos termos da Declaração de Joanesburgo (2002). O tópico seguinte analisa os reflexos dessa jornada na legislação brasileira.

² Significa que cada país tenha confiança em si mesmo, se apoie em seus próprios recursos humanos e naturais, e se considere dono da capacidade autônoma necessária para fixar suas próprias metas e tomar suas próprias decisões (Declaração de Cocoyoc, 1974, p. 595).

2.2 SUSTENTABILIDADE NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

A Lei 6938/81 que trata da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) reproduz no primeiro inciso do artigo que trata de seus objetivos a ideia de “caminho do meio” de Founex e consolidada em Estocolmo na medida em que visa a compatibilizar desenvolvimento e equilíbrio ecológico:

Art 4º - A Política Nacional do Meio Ambiente visará:
I - à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;
(BRASIL, 1981)

Já a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, influenciada pelo documento Nosso Futuro Comum (1987), reconheceu o meio ambiente ecologicamente equilibrado como bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida e elevou sua defesa à categoria de princípio da ordem econômica:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:
(...)

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
(BRASIL, 1988).

Ao comentar o artigo 170 da Constituição, Machado (2015) reconhece a influência do referido documento e esclarece que a defesa do meio ambiente passa a fazer parte do desenvolvimento nacional, pois se pretende um desenvolvimento ambiental, econômico e social, denominado de desenvolvimento sustentável.

Menciona-se por fim a Lei 9985/00 que, influenciada pelas diretrizes de conservação da biodiversidade emanadas da Declaração do Rio (1992) criou o Sistema Nacional das Unidades de Conservação. O inciso XI do art. 2º da referida norma contém a expressão “uso sustentável”, definida como exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável (BRASIL, 2000).

As informações presentes neste tópico mostraram que o conceito de desenvolvimento sustentável foi positivado na legislação brasileira na medida em que se desenvolvia no âmbito da ONU/PNUMA. Ademais, o Princípio do Desenvolvimento Sustentável possui a caráter Constitucional.

3 AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL

O objetivo desta seção é compreender a natureza das unidades de conservação de uso sustentável, previstas na legislação brasileira, a partir documentos da União Internacional de Conservação da Natureza (UICN).

3.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DA UICN: DO ISOLAMENTO À INTEGRAÇÃO SOCIOECONÔMICA.

Vallejo (2002) mostra as áreas protegidas existem desde as primeiras sociedades humanas. Os mais remotos registros históricos são no Irã, há cerca de sete mil anos. No ocidente as ocorrências são mais recentes; iniciam-se na Inglaterra no século XI e na Suíça, a partir do século XIV. Tais práticas chegaram à América do Norte em 1872 quando foi criado nos Estados Unidos o Parque Nacional de Yellowstone. A concepção vigente à época era a de que frente ao rápido processo de consolidação do capitalismo norte-americano, grandes áreas naturais deveriam ser preservadas de forma totalmente isolada. Acreditava-se que qualquer tipo de intervenção humana, inclusive a dos povos nativos, era negativa, o que acabou criando uma dicotomia entre “povos e parques”.

Criada em 1948, a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), um dos principais organismos internacionais voltados à conservação da biodiversidade e ao uso sustentável dos recursos naturais começou, a partir de 1962 a promover, a cada década, Congressos cujos resultados influenciaram decisivamente na construção dos paradigmas relativos à criação e gestão das áreas protegidas em todo o mundo. Os referidos eventos tiveram sempre a mesma estrutura consagrada no primeiro Congresso realizado em Seattle, em 1962: apresentação de estudos, debates e, ao final, a apresentação de Recomendações, que sintetizavam as conclusões e tendências.

O quadro 01 destaca algumas recomendações de cada um dos cinco primeiros congressos.

QUADRO 01 – CONGRESSOS E RECOMENDAÇÕES DA UICN

Congresso/ ano	Tema	Recomendações destacadas
Seattle – 1962	“O significado internacional dos Parques Nacionais”	- Recomendação nº 7: gestão baseada na pesquisa científica e submetida apenas a pessoas qualificadas; - Recomendação nº 11: estruturas como hidrelétricas e hotéis para turistas não deveriam ser permitidos em Parques Nacionais.
Yellowstone – 1972	“Parques Nacionais para o futuro”	- Recomendação nº 10: UICN deveria definir objetivos para a seleção de áreas protegidas, bem como o desenvolvimento de diretrizes e nomenclaturas; - Recomendação nº 19: Os serviços de educação ambiental deveriam ser fomentados no interior dos parques e em associação com eles.

Bali, 1982	“O papel das áreas protegidas para a sustentação da sociedade”	- Recomendação nº 8: inclusão do princípio de conservação nos planos de desenvolvimento; - Recomendação nº 9: utilização dos saberes das comunidades afetadas pelos responsáveis pela administração das áreas protegidas; - Recomendação nº 11: dever das agências de assistência de considerar as áreas protegidas como indispensáveis para o desenvolvimento sustentável.
Caracas, 1992	“Parques para a vida”	- Recomendação nº 2: as áreas protegidas deveriam se adaptar às mudanças globais; - Recomendação nº 7: ampliação do apoio financeiro para as áreas protegidas; - Recomendação nº 8: uso sustentável dos Recursos Naturais; - Recomendação nº 10: formação de parcerias entre governos, organizações não governamentais e proprietários particulares sobre áreas protegidas; - Recomendação nº 13: restauração ecológica em áreas protegidas; - Recomendação nº 17: definição de categorias para o manejo efetivo das áreas protegidas.
Durban, 2003	“Mais além das fronteiras”	- Recomendação nº 16: boa governança como um conceito fundamental para as áreas protegidas; - Recomendação nº 17: reconhecimento e respeito à diversidade de tipos de governança; - Recomendação nº 25: cogestão das áreas protegidas; - Recomendação nº 29: contribuição das áreas protegidas para a redução da pobreza.

Elaborado pelo autor a partir de Adams, 1962; Souza, J., 2013;

Com base na Recomendação nº 17 do Congresso de Caracas, as áreas protegidas passaram a ser categorizadas a partir do objetivo da gestão e a graduação da intervenção humana. Nesse sentido, a categorização da UICN de 1994 pressupõe a definição de área protegida como sendo uma área terrestre ou marinha especialmente dedicada à proteção e à manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais associados, manejada mediante meios legais (DUDLEY, 2008 p. 04), que pode se enquadrar entre seis as categorias:

Categoria I – Proteção estrita – (Ia. – Reserva natural estrita e Ib. – Área natural silvestre);
 Categoria II – Conservação e proteção de ecossistema (Parque Nacional);
 Categoria III – Conservação de recursos naturais (Monumento natural);
 Categoria IV – Áreas protegidas manejadas para conservar características específicas (Área de manejo de habitats/espécies);
 Categoria V – Conservação de paisagens terrestres e marinhas (Paisagem protegida, terrestre e marinha);
 Categoria VI – Uso sustentável de recursos naturais (Área protegida com manejo de recursos) (DUDLEY, 2008, p. 04 e 05).

Este tópico demonstrou que o movimento de integração socioeconômica das unidades de conservação culminou com a categorização que ampliou a capacidade das áreas protegidas de contribuir com o desenvolvimento sustentável na medida em que

existindo diversas formas de organização além das reservas naturais e das áreas silvestres, é possível se abarcar as paisagens terrestres e marinhas e as áreas dedicadas ao uso sustentável.

3.2 OS OBJETIVOS DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL

A Lei 6938/81, influenciada pela Declaração de Estocolmo, estruturou a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) através do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). No artigo 9º, VI, a lei apresenta, dentre os instrumentos da PNMA, a criação de espaços territoriais especialmente protegidos, regulamentado, posteriormente pela Lei 9985/00, que criou o Sistema Nacional das Unidades de Conservação (SNUC). A definição de unidade de conservação encontra-se no art. 2º da Lei 9985/00:

Art. 2º Para os fins previstos nesta lei entende-se por:

I - unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção;

Os objetivos do SNUC estão presentes no art. 4º, *in verbis*:

- I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

(BRASIL, 2000).

A leitura dos incisos do artigo 4º demonstra que os comandos vindos da Declaração de Estocolmo (1972), do documento Nosso Futuro Comum (1987), da Declaração do Rio (1992), relativos à necessidade de inclusão do meio ambiente no processo de desenvolvimento, foram confirmados pela lei do Sistema Nacional das Unidades de Conservação, especialmente pelos incisos III, IV e V acima transcritos.

O Capítulo III da Lei 9985/00 trata das categorias de unidade de conservação. O art. 7º as define e divide em dois grupos, com características específicas: o grupo de

proteção integral, cujo objetivo é a preservação da natureza, sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais (áreas protegidas de uso indireto, segundo a categorização da UICN), e o grupo de uso sustentável, cujo objetivo é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável (áreas protegidas de uso direto, segundo a categorização da UICN). Além do objetivo geral de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável, cada categoria do grupo das unidades de conservação de uso sustentável possui objetivos específicos, que estão apresentados no quadro 02:

QUADRO 02 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS DAS CATEGORIAIS DO GRUPO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL (ART. 14)	OBJETIVO(S) ESPECÍFICO(S)
Área de proteção ambiental (art. 15);	Proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.
Área de relevante interesse ecológico (art. 16);	Manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.
Floresta nacional (art. 17);	Uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável das florestas.
Reserva extrativista (art. 18);	Proteger os meios de vida e a cultura das populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.
Reserva de fauna (art. 19);	Estudos técnicos científicos sobre manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.
Reserva de desenvolvimento sustentável (art. 20);	Preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e melhoria dos modos e vida e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações.
Reserva particular do patrimônio natural (art. 21).	Conservar a diversidade biológica.

Quadro elaborado pelo autor com base no Capítulo III da Lei 9985/00

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interpretação dos documentos objetos desta pesquisa bibliográfica demonstrou que a categoria da unidade de conservação de uso sustentável está em sintonia com a categorização da UICN e com o movimento de integração socioeconômica das áreas protegidas. O mesmo observou-se com o conceito de desenvolvimento sustentável: sua evolução no âmbito internacional influenciou a legislação brasileira.

A compreensão da dinâmica do processo de integração socioeconômica das áreas protegidas no nível internacional, representado pelo histórico dos Congressos da UICN, possibilitou uma análise mais apurada da legislação brasileira e, por consequência, da natureza das unidades de conservação de uso sustentável.

A interpretação da norma, associada aos documentos internacionais, mostrou que existem na legislação três níveis de objetivos: (i) os objetivos gerais do Sistema Nacional das Unidades de Conservação, descritos no art. 4º dos quais se destaca a promoção do desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais e a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento; (ii) os objetivos gerais das da categoria de unidades de conservação de uso sustentável, representado pelo verbo “compatibilizar”, descrito no art. 7º, e: (iii) os objetivos específicos, relativos a cada uma das categorias, descritos do art. 15 ao art. 21. Ressalta-se, por fim, que o verbo compatibilizar, conjugado em Founex para criar o caminho do meio, embrião do conceito atual de desenvolvimento sustentável, é o núcleo do comando normativo presente no caput do artigo 7º.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Alexander (Org.). *First World Conference on National Park*. Seattle, 1962. Disponível em: <http://www.nps.gov/parkhistory/online_books/nps/first_world.pdf>. Acesso em 25 out. 2015.

BRASIL. Lei nº 6938/81, de 31 de agosto de 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm>. Acesso em 27 mar. 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 12 mar. 2015.

BRASIL. Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Lels/L9985.htm>. Acesso em 27 jan. 2015.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988. 429 p.



DAG HAMMARSKJOLD. Qué hacer. Nova York, 1975.

DECLARACIÓN DE COCOYOC, 1974. Disponível em:
<<http://revistas.bancomext.gob.mx/rce/magazines/704/2/RCE3.pdf>>. Acesso em 25 jun. 2015.

DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO, 1975. Disponível em:
<<http://www.educacaoambiental.pro.br/victor/unidades/DeclaraAmbienteHumano.pdf>>. Acesso em 25 jun. 2015.

DECLARAÇÃO DO RIO, 1992. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v6n15/v6n15a13.pdf>>. Acesso em 25. jun. 2015.

JOHANNESBURG DECLARATION ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2002.
Disponível em: <<http://www.un-documents.net/jburgdec.htm>>. Acesso em 29. jul. 2015.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. 85p.

SOUZA, João Vitor Campos. *Congressos Mundiais da UICN: registros e reflexões sobre o surgimento de um novo paradigma para a conservação da natureza*. 2013, 225 f. (Dissertação em Desenvolvimento Sustentável) Universidade de Brasília.

THE FOUNEX REPORT ON DEVELOPMENT AND ENVIRONMENT, 1971. Disponível em:<
<http://www.stakeholderforum.org/fileadmin/files/Earth%20Summit%202012new/Publications%20and%20Reports/founex%20report%201972.pdf>>. Acesso em 12 set. 2015

VALLEJO, Luiz Renato. Unidades de Conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de territórios e de políticas públicas. *GEOgraphia*, v. 4, n. 8, 2002. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/88/86>>. Acesso em 30 mai. 2015.

VEIGA, José Eli. *A desgovernança mundial da sustentabilidade*. São Paulo: Editora 34, 2013. 151 p.



editora

Uni-FACEF
Centro Universitário Municipal de Franca

SÉRIE

Desenvolvimento Regional em Perspectiva

Uni-FACEF

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-87406-99-6



9 788587 406996



www.unifacef.com.br